

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo

**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS: Reestruturação  
produtiva do capital e trabalho não-agrícola no município de  
Itabaiana – SE**

**ADELLI CARLA SILVA NASCIMENTO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**Orientador Dr. Celso Donizete Locatelli**

**São Cristóvão, 2011**

**Adelli Carla Silva Nascimento**

**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS: Reestruturação  
produtiva do capital e trabalho não-agrícola no município de Itabaiana  
– SE**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Orientador e presidente da Banca** \_\_\_\_\_

**Prof Dr. Celso Donizete Locatel - UFRN**

**2º Examinador** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr Anieres Barbosa da Silva - UFPB**

**3º Examinador** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marleide Maria Santos - UFS- Campus de Itabaiana**

---

**Adelli Carla Silva Nascimento**

**São Cristóvão, 2011**

## **DEDICATÓRIA**

**À minha mãe, por todo amor.**

## AGRADECIMENTOS

Desde muito criança sempre houve em mim uma inquietude grande em relação às diferenças sociais. E essa inquietude ficou guardada desde então, hoje, escrevendo os agradecimentos, não posso deixar de lembrar da criança que fui, que a partir dos sonhos de um mundo melhor construí, e construo, a cada dia a minha história, contudo, essa não foi, nem será escrita isoladamente, muitas pessoas, que estimo, participaram e participam desta, e a estas agradeço:

Deus, muito obrigada pela vida e pela força nos momentos de grande fraqueza, por me guiar, me abençoar, me proteger. A TI toda honra e toda a Glória. A certeza da tua presença em mim, me faz ir adiante.

Minha mãe, a quem dedico minha dissertação, a quem dedico minha vida. Meu espelho, minha fortaleza, o meu AMOR maior, obrigada pelas palavras de compreensão, pela torcida, e pelo amor à educação, não fosse sua força e consciência enquanto educadora o percurso seria, sem sombra de dúvida, mais árduo, eu sou eu por você, mãezinha!

Meus irmãos: Caio, meu melhor amigo, meu companheiro, sua calma me acalma, sua sabedoria me encanta, seu bom humor faz a vida mais bela. Ellen, minha irmã mais nova que eu tenho um amor muito grande e sinto muita falta. João Antônio, meu pequenininho, como foi difícil sair de casa e não vê-lo todos os dias, você é o amor mais lindo do mundo.

Ao avô mais lindo e mais amado, que me acolhe com um simples olhar tamanho amor que este representa, obrigada pelo seu carinho. Minha avó Stela, maior exemplo de força e determinação, gostaria de ser metade do que tu és, eu os amo incondicionalmente.

Aos meus amigos, agradeço a amizade e o carinho, vocês que são psicólogos, conselheiros amorosos, psiquiatras e tudo o que tiver que ser para me fazer feliz, obrigada pela grandiosa falta de compreensão que tiveram todas as vezes que eu não podia sair para estudar, e vocês não me ouviam, e vinham me buscar... Obrigada, Murillo, por tentar me convencer que meus problemas não são grandiosos. Marcelo e Jailton, amigos da graduação e anjos da guarda da pós, muito obrigada! Raphinha e Eline, Obrigada pelo torcida, adoro vocês!

Todos os professores da UFS, desde os tempos de graduação até os tempo de mestrado, que me mostraram o que é a geografia, e os seus ensinamentos me fizeram expandir os horizontes geográficos e amar cada vez mais esse curso tão rico, muito obrigada! Em especial agradeço a LUZ que surgiu no fim do túnel nas aulas de Alexandrina LUZ, mulher guerreira, determinada e com um amor incondicional pelo que faz, devo muito dessa dissertação a você, muito obrigada!

Everton, ninguém pode esquecer de agradecer a Everton, não é? Chegamos todos perdidos, totalmente “sem norte” neste núcleo, e lá está o campeão, que mais parece uma bússola a nos indicar o caminho, obrigada!

Agradeço à CAPES, por ter financiado a minha pesquisa, sem sombra de dúvidas, as bolsas dão um apoio muito grande ao pesquisador.

Todos os meu amigos de turma (a turma mais unida do NPGeo), fizemos amigos para sempre, amigos queridos que “CONQUISTARAM” nosso coração, e isso foi uma grande “VITÓRIA”, um muito obrigada mais que especial a Andreckska, que corrigiu, orientou, e sempre me estendeu a mão. Uma verdadeira mãezona! Vilomar, amigão, mestre-cuca, um baiano fora do comum. Venozina, seu humor me alivia qualquer stress. E Gabriela, amigona, fofíssima e linda. A gente não se separa mais! E a todos os outros amigos de turma, que nos acompanharam sempre como Rodrigo, Nacelice, Áurea, Ana, Carmem, Sheila, Katinei, Emerson, Boni, Dayse, Núbia, Hilário, Márcia.

À minha amiga, companheira de toda a graduação, do mestrado, do campo, de toda a vida, obrigada pela compreensão sempre, pela acolhida em sua casa, por me ouvir, por me ajudar no que sempre precisei, obrigada por todo o amor, amor de irmã (gêmeas), eu amo você, Gleisinha! Obrigada também à Laercio, que nos acompanhou em campo, ouve minhas lamentações e será nosso advogado, gosto demais de vocês!

Meu querido e amado orientador Dr. Celso Locatel, que teve que me ensinar a pegar no lápis praticamente (em relação ao trabalho científico), e teve paciência pra isso. Parabéns por ter esse coração lindo em meio a esse mundo de “concreto” que é a universidade. Obrigada por me ensinar o que sabe, por me nortear sempre, eu sinto muito a sua falta, gosto muito de você!

Agradeço muito a professora Josefa Lisboa e ao professor Marco Mitidiero, pela análise feita (muito bem feita) em minha qualificação. Ao professor Eloísio que muito fez e faz pelo Núcleo de Pós Graduação.

E, no finzinho dessa dissertação, na fase mais agitada, surge um AMOR para me acalmar, durante todo esse tempo eu não sabia o bem que isso faz, obrigada por me mostrar esse BEM, meu querido, meu companheiro, meu amigo, meu lindo, Zeca. É muito bom saber que você existe, meu amor!

Enfim, obrigada a toda a minha família, pela torcida, pelo amor, pela base, e principalmente, pela alegria. Meus tios e tias, Primos e primas, em especial à Nanda, minha irmãzinha mais nova, que foi obrigada a me aturar nos momentos de stress.

A sensação de dever cumprido e de alívio que se sente ao escrever os agradecimentos é indescritível, como é bom poder dizer “chegamos ao final de mais uma etapa em nossas vidas”, e o melhor de tudo, é poder dizer que cheguei, mas não cheguei sozinha, obrigada a todos por me acompanhar, sempre!

## RESUMO

O cerne deste estudo está na territorialização e reestruturação do capital no meio rural e as mudanças nas relações de trabalho que estes trouxeram para o campo, no município de Itabaiana-SE. Para realizarmos a pesquisa, levamos em consideração os processos históricos que dão respaldo para entendermos o que vivenciamos hoje, e o que está por vir, a partir da nossa “construção” diária da história. O desenvolvimento do capitalismo e sua re-estruturação no campo trouxeram, para este, algumas mudanças nas relações sociais e de produção. A crescente modernização agrícola e o investimento em tecnologia aumentaram a dificuldade do camponês para manter-se no campo apenas com seu trabalho na agricultura, pois, o capitalista, quando não os apartam do seu principal meio de produção, a terra, os mantém na mesma, contudo, sem possibilitar condições dignas de trabalho, muito menos estímulo em relação ao cultivo na própria terra. Todavia, a falsa ideia de incentivo por parte do Estado, que se apresenta como o “apoio” ao camponês através das políticas públicas, não o beneficiando de fato, fazendo com que o mesmo busque outras estratégias de sobrevivência que não o trabalho agrícola. E, ante a necessidade de buscar alternativas para permanecer no campo, analisamos a precarização das relações de trabalho e a grande exploração da mão-de-obra familiar vivenciada por estes, além da intensificação das migrações campo-cidade, campo-campo e migrações temporárias. Para os que permaneceram no campo, diante da miserabilidade cada vez mais crescente, com o aumento do nível de indigência e pobreza entre a população camponesa, a estratégia de reprodução social encontrada tem sido o trabalho acessório, em especial na forma de trabalho não-agrícola. A partir dessas mudanças ocorridas buscamos entender, no município de Itabaiana, a resistência do campesinato, como estes superam as crises mesmo diante de situações totalmente desfavoráveis à sua reprodução. Diante disso, a reestruturação do capital modifica, até certo ponto, as relações de trabalho e o modo do homem lidar com a terra sem, contudo, modificar as peculiaridades do ser camponês que resiste e mantém-se ativo enquanto sujeito social. Contudo, vemos na geografia, uma ciência capaz de desvelar os espaços existentes entre o que são apenas aparências e o que de fato ocorre no meio, seja este urbano ou rural.

Palavras-chaves: Reestruturação, territorialização, exploração de mão-de-obra, precarização das relações de trabalho.

## ABSTRACT

The focus of this study is on territorialism and restructure of the capital in countryside and the way they have changed work relationships in rural zone of Itabaiana-SE. In order to carry out the research, we consider the historical process which help us understanding what we are living nowadays, and what is up to come, from our “daily building” of History. The development of Capitalism and its restructure have brought some changes in social and production relationships. The increasing of modernization in agriculture and the investments in technology have increased hardness for the countryman to keep in countryside only by his rural working. The capitalists, when do not pull countrymen up from their great mean of production, the earth, keep them on it, but without providing fair conditions of working, nor even supporting for the countrymen to cultivate in their own earth. However, there is a false idea of encouragement by the State, which shows up like “support” to the countrymen through public policies, but without bringing any effective benefits, just making them to search for other living strategies which are not their rural working. And in the face of the needing for searching alternatives to keep countrymen in their belonging place, we analyze the precariousness in work relationships and the exploration of familiar workforce they have to face, besides intensification of migration from rural to urban zones, from rural to rural ones and temporary migrations. For the ones who stay in countryside, facing the growing of misery, indigence and poverty levels, the alternative has been the helping working, specially non agricultural one. Through these changes, we try to understand, in the municipal district of Itabaiana, the resistance of campestral living, how they overcome crisis, even facing bad situations to its reproduction. In the face of this, the restructure of the capital changes, to a certain extent, the work relationship and the way the countryman deal with earth, but it does not change the particularities of the rural man who resists and keep himself active as a social subject. However, we see Geography as a science which is able to uncover the spaces between what is only appearance and what is real, no matter if it is in rural or urban areas.

Keywords: Restructure, territorialism, exploration of workforce, precariousness in work relationships.

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Descrição</b>	<b>Página</b>
<b>Figura 01 - Mapa do estado de Sergipe com destaque para Itabaiana</b>	21
<b>Figura 02 - Trabalhadores da Cerâmica Santo Antônio no povoado Rio das Pedras no município de Itabaiana</b>	48
<b>Figura 03 – Família de camponeses trabalhando na produção de castanha que representa a principal fonte de renda, povoado Lagoa do Forno, Itabaiana - SE</b>	52
<b>Figura 04 – Itabaiana: Trabalho Temporário, Trabalho Permanente e Trabalho Familiar, 2010</b>	83
<b>Figura 05 - Itabaiana: produção de castanha de caju, povoado Lagoa do Forno</b>	106
<b>Figura 06 – Itabaiana: trabalho não-agrícola, povoado Rio das Pedras</b>	106
<b>Figura 07 – Município de Itabaiana: porcentagem das crianças residente em áreas rurais beneficiadas com o Bolsa Família – 2010</b>	111

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Descrição</b>	<b>Página</b>
<b>Tabela 01: Itabaiana: Porcentagem do trabalho agrícola e não-agrícola, 2010</b>	52
<b>Tabela 02: Distribuição Regional dos Recursos do PRONAF</b>	72
<b>Tabela 03: Crédito Rural: financiamento concedido a produtores e cooperativas – 2009</b>	77
<b>Tabela 04 – Itabaiana : Trabalho Temporário, Permanente e Familiar 1975, 1985, 1995/6</b>	83
<b>Tabela 05 – Itabaiana: Equipamentos utilizados no Trabalho Familiar, 2009</b>	85
<b>Tabela 06 – Itabaiana: Equipamentos mecânicos, 2009</b>	86
<b>Tabela 07 – Itabaiana: Uso de tratores, máquinas e arados –1975 a 1995/6</b>	87
<b>Tabela 08– Município de Itabaiana: pessoas ocupadas em trabalho não-agrícola – 2010</b>	105
<b>Tabela 09 – Município de Itabaiana: porcentagem da renda mensal dos camponeses ocupados em trabalho agrícola e não-agrícola, 2010.</b>	107

## SIGLAS

RP 1 – Entrevistado 1 do povoado Rio das Pedras, Itabaiana .....	48
GDI 1- Entrevistado 1 do povoado Gandu I, Itabaiana.....	50
CR 1 - Entrevistado 1 do povoado Carrilho, Itabaiana.....	51
CR 2 - Entrevistado 2 do povoado Carrilho, Itabaiana.....	53
EST 1 - Entrevistado 1 do povoado Estreito, Itabaiana.....	88
RB 1 - Entrevistado 1 do Povoado Ribeira, Itabaiana.....	89
CJ 1 - Entrevistado 1 do povoado Cajaíba, Itabaiana.....	99
RP 2 - Entrevistado 2 do Rio das Pedras, Itabaiana.....	100
GDII 1 - Entrevistado 1 do povoado Gandu II, Itabaiana.....	100
CR 3 - Entrevistado 3 do povoado Carrilho, Itabaiana.....	100
CJ 2 - Entrevistado 2 do povoado Cajaíba, Itabaiana.....	101
LF 1 - Entrevistado 1 do povoado Lagoa do Forno, Itabaiana.....	111
LF 2 - Entrevistado 2 do povoado Lagoa do Forno, Itabaiana.....	112
CR 4 - Entrevistado 4 do povoado Carrilho, Itabaiana.....	124
RP 4 - Entrevistado 4 do Rio das Pedras, Itabaiana.....	124
LF 3 - Entrevistado 3 do povoado Lagoa do Forno, Itabaiana.....	124
LF 4 - Entrevistado 4 do povoado Lagoa do Forno, Itabaiana	
RP 5 - Entrevistado 5 do Rio das Pedras, Itabaiana.....	125

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	03
AGRADECIMENTOS.....	04
RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
ÍNDICE DE FIGURAS.....	09
ÍNDICE DE TABELAS.....	10
SIGLAS.....	11
SUMÁRIO.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 Territorialização do capital, reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho no meio rural do município de Itabaiana.....	29
2.1 Territorialização do capital no campo.....	29
2.1.1 Concentração de terras X pequena propriedade: estratégia do capital?..	32
2.1.2 - O surgimento da pequena propriedade.....	39
2.2 - Re-estruturação produtiva do capital e o espaço rural.....	41
2.2.1 - Reestruturação produtiva do capital no Brasil: o exemplo do campo itabaianense.....	45
3 A lógica da expansão do capitalismo na busca de novos espaços de acumulação no município de Itabaiana.....	56
3.1- Estratégias do Capital.....	56
3.1.1- Agroindustrialização.....	56
3.1.2- O monopólio do capital sobre a produção, sem, contudo, territorializar-se..	59
3.1.3 - Relocalização Industrial.....	61
3.2 A Atuação do Estado.....	64
3.2.1 Incentivos Fiscais: criação de infra-estrutura para os detentores do capital..	64
3.2.2 PRONAF: uma ferramenta para o fortalecimento do campesinato?.....	70
3.2.3 Os Financiamentos agrícolas.....	75
3.3 Modernização agrícola versus campesinato.....	79
3.3.1 – Uma agricultura verdadeiramente moderna?.....	91
4 Estratégias de reprodução social do camponês: O trabalho não-agrícola e a exploração da mão-de-obra campesina.....	94
4.1 O camponês inserido no modo de produção capitalista.....	94

4.2 Estratégias de reprodução social do campesinato .....	97
4.2.1 Trabalho acessório .....	97
4.2.2 Migrações: o ir e vir incessante em busca da sobrevivência .....	100
4.2.3 O trabalho não-agrícola: a possibilidade da venda da força de trabalho e a permanência na terra.....	103
4.3 Estado e Capital: Políticas públicas X dependência do campesinato.....	108
4.4- Em meio às mudanças ocorridas no campo, é possível dizer que o camponês resiste?.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	131

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência geográfica visa analisar os processos que implicam na dinâmica e configuração do espaço, levando em consideração aspectos políticos, econômicos, culturais, naturais, entre outros. Tendo em vista que a reestruturação do capital tem modificado o espaço (urbano e rural) acarretando em “transformações” nas relações trabalhistas, intensificando a exploração da força de trabalho e “obrigando”, de certa forma, o proletário e/ou camponês a buscar outras fontes de renda. É de fundamental importância para a geografia um conhecimento mais abrangente sobre a complexidade que gira em torno das relações de trabalho (dando ênfase ao trabalho não-agrícola) no meio rural sergipano, para que se possa analisar os impactos da territorialização e reestruturação do capital no campo.

Diante da proletarização do camponês e a destruição da sua economia natural, criaram-se bases para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no meio rural. Para Marx (1971) toda a história econômica da sociedade se resume na antítese existente entre cidade e campo, essa contradição é fundamental a toda a divisão do trabalho desenvolvida e processada com base na troca de mercadorias. Porém, o modo de produção capitalista, desfaz e refaz os laços existentes entre estes, rompe a priori a união agricultura e manufatura, e ao mesmo tempo cria condições para uma nova síntese, como a junção da agricultura e da indústria, sobre as bases que se desenvolveram em mútua oposição.

É sabido que com a expansão do capitalismo no campo, as relações de trabalho fora modificadas. A terra passa a não mais ter valor de uso e a ser vista como mercadoria, e, com a sua compra o proprietário pode extrair a renda da terra. Para tanto, a terra deixa de ser apenas instrumento de trabalho do camponês, o qual trabalha com a família e para a família e passa a ser bem quista pelo capital, pois além da extração da renda, encontra-se também neste meio, mão-de-obra barata e disponível.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação da produção do tipo camponesa. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

O capital a procura de novos espaços de acumulação, busca de todas as formas

manter-se onipresente, todavia, o próprio modo capitalista da produção não consegue manter o capital estável, e para reproduzir-se este (o capitalismo), passou por diversas fases, meios e formas de produzir, a exemplo, o taylorismo, fordismo e toyotismo, contudo, mesmo diante dos milhares de milhões investidos pelo Estado para a manutenção do capital, presencia-se crises constantes.

A reestruturação produtiva do capital tem como objetivo principal contornar essas crises, entretanto, jamais conseguiu afetar a raiz do problema; o que se observa é a intensificação da exploração dos menos favorecidos como proletários, camponeses e o aumento dos desempregados, estes últimos tem crescido imensamente nos últimos anos em todo mundo. Segundo Kremer e Faria (2005, p. 266), o processo de reestruturação produtiva contribui para a deterioração da qualidade dos postos de trabalho, pela intensificação do trabalho nos espaços fabris, promovida por redução dos ciclos de operação simultânea de um conjunto de máquinas, entre outros. A intensificação do trabalho, aliada à extensão da jornada contribui para elevar o risco do trabalhador desenvolver doenças ocupacionais.

Muito se falou, no final do século XX e início do século XXI, em massa de manobra e exército de mão-de-obra, tais termos causavam terror a quem se informava a respeito do mundo do trabalho. Passado alguns anos, estes não causam mais tanto impacto, pois, não há empregos, e, muitos nascerão e morrerão desempregados. Esta é a Era do “Desemprego Estrutural”.

Precarizado, informal, instável, sem direitos trabalhistas, estas são as condições do trabalho no início do século XXI, deste modo, os detentores do capital aproveitam-se da fragilidade a qual se encontra o homem deste século e explora-o de diversas formas. Seja como contratados de empresas terceirizadas, seja monopolizando a produção da mercadoria, o capitalista visa apenas o lucro e a exploração da mão-de-obra.

Manter a classe trabalhadora ativa, não é objetivo do capital, nem do Estado, pois, com os trabalhadores unidos e com segurança no trabalho, surgem sindicatos que reivindicam seus direitos e estes não aceitariam as relações trabalhistas precarizadas, como ocorre nos dias atuais. Sendo assim, é cada vez mais frequente o uso de contratados temporários nas grandes empresas e diaristas no campo, pois, quando acaba o contrato ou são postos para fora, não recai nenhum ônus financeiro ao capitalista.

As repercussões dessas transformações para a classe trabalhadora são sobremaneira importantes e desastrosas, pois a desproletarização e a precarização das formas de trabalho acarretaram a complexificação da classe trabalhadora, e o

enfraquecimento da sua unidade. Essa complexificação da classe trabalhadora, além de fragmentar os trabalhadores, possibilitou que fossem retirados direitos historicamente conquistados, o que ocasionou o enfraquecimento do movimento sindical e, o seu controle através do “sindicato da empresa” (ANTUNES, 2000).

Contudo, mesmo diante da ausência de empregos e dos cortes de trabalhadores feitos nas indústrias, não pode-se falar no fim do trabalho, mas em um novo direcionamento do mesmo, em que cada vez mais ocorre a troca de trabalho vivo pelo trabalho morto, entretanto, o trabalho morto não substitui por completo o trabalho vivo.

À medida que o progresso da indústria ocorre, aprofunda a antítese entre o capital e o trabalho. A máquina, cada vez mais invade o mundo do trabalho, e, o que aparentemente, trás a ideia de desenvolvido, em decorrência dos ganhos na produção e produtividade, na verdade provoca a erosão do trabalho. A alta tecnologia, fruto da reestruturação do capital, poupa o tempo das indústrias, os gastos, poupa o homem e o trabalho. Provoca o enxugamento das empresas, pois não são necessários muitos braços para comandar a máquina, aumenta a expropriação, o sobre-trabalho e, conseqüentemente, o lucro capitalista e diminui o número de empregos.

O meio rural brasileiro, a partir das últimas décadas do século XX, começa a apresentar-se com uma nova face: a da modernização, como instrumento para garantir o desenvolvimento capitalista no campo. Esta modernização foi idealizada e financiada pelo Estado. No entanto, essa nova forma de produzir e comercializar não é homogênea em todo o país, pois como se sabe o espaço geográfico convive com o novo e o velho, o moderno e o atrasado. Desse modo, o que se verificou foi a territorialização de um processo seletivo que provocou a exclusão de uma categoria de produtores – os camponeses – e de regiões do país.

No meio rural, a junção indústria e agricultura, as chamadas agroindústrias, também são responsáveis pela “expulsão” do homem de suas terras, no sudeste e centro-oeste do Brasil, onde a mecanização do campo é intensa, o trabalho não-agrícola cresce em decorrência da ausência de trabalho no campo. Contudo, no nordeste assim como em Sergipe, a industrialização no campo não é tão intensa, salvo algumas exceções. No entanto, mesmo não tendo grande expressividade a máquina substitui, em algumas fazendas, a mão-de-obra campesina e, assim, a busca pelo trabalho não-agrícola se dá, em grande medida, pela ausência de meios de se manter na terra com o trabalho agrícola.

O Brasil para atingir a elevação da produção e modernizar a sua agricultura, adota os pacotes tecnológicos, sem mexer na estrutura da posse da terra e sem realizar a reforma agrária. Além disso, vivencia rápidas mudanças técnicas, econômicas e sociopolíticas que mudaram a paisagem rural brasileira, mas sem passar por uma mudança na sua estrutura social. Esses elementos se constituem como barreiras para o desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida da população do campo.

Como dito anteriormente, diante da ausência de trabalho agrícola, ainda que trabalho noutra propriedade que não a sua, muitos camponeses do município de Itabaiana, buscam o trabalho não-agrícola, como por exemplo, a produção de castanha de caju.

No Brasil, na década de 1970, o campo passou a ser espaço de repulsão de população. A crescente industrialização nas cidades, e a conseqüente geração de empregos provocaram, de certo modo, um esvaziamento no meio rural. Contudo, o inchaço das zonas urbanas, o custo de vida mais elevado neste meio, bem como a elevada especulação imobiliária e os altos impostos, fizeram com que, as indústrias, hoje, sejam atraídas para o campo, ocasionando a realocação industrial.

As indústrias são atraídas para o campo, pela proximidade da matéria-prima, pela facilidade do transporte (ocasionados pelo investimento do Estado), pela isenção de impostos, o pagamento do ITR (mais baixo que o IPTU), e, em grande parte pela mão-de-obra barata, pois o salário pago ao camponês pode ser mais reduzido que o salário pago ao proletário urbano, pelo fato de o camponês plantar para a subsistência, ou seja, sua alimentação é garantida com seu plantio, portanto, o dinheiro que recebe no trabalho não-agrícola é para comprar o que este (o camponês) não planta, enquanto o proletário urbano precisa comprar todos os mantimentos, além de gastar com transporte e aluguel de casa.

O Estado propicia a acumulação do capital, por isso, todo aparato na melhoria de estradas, de transportes para o meio rural são resultado dos incentivos do Estado, com vistas a beneficiar os grandes empresários rurais. Embora o Estado, tenha como dever prezar/propiciar o bem estar para todos os indivíduos, isso não ocorre, este preza apenas pelo bem viver daqueles que detém o poder.

A maioria das políticas públicas no Brasil, não são políticas de Estado, mas políticas de governo, e desta forma à medida que os governantes deixam de exercer suas funções em um governo, as políticas também passam, para surgirem outras em seus

lugares. Contudo, tais políticas públicas, trazem para a população muito mais dependência que benefícios. Nisto reside uma das grandes contradições do Estado, tentar contornar, através de tais políticas, a pobreza, que o mesmo, junto ao capital, criam e recriam. Portanto, o Estado adquire cada vez mais o caráter de um poder público para a repressão da classe trabalhadora.

Desse modo, faz-se crer, que as políticas públicas que tendem (na sua concepção e prática) a apenas reforçar e consolidar as forças de mercado, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual, podem dar lugar a impactos negativos sobre as condições de vida e de trabalho da população, notadamente nas regiões mais atrasadas tradicionais e de ‘menor capacidade de competitividade’ (LISBOA, 2007, p. 40).

Criar a pobreza e a mantê-la é condição para manter a riqueza. E desse modo, as grandes empresas aproveitam-se dos incentivos e das vantagens vultosas, para dessa forma “gerar” empregos para a população menos favorecida. O Estado mascara e impede os conflitos e impele a questão agrária a partir de políticas públicas, além dos financiamentos e dos programas de incentivos como o PRONAF.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) surge, segundo o governo, como uma política pública com vistas a impulsionar o tão propalado “desenvolvimento rural”, através dos créditos concedidos aos camponeses, todavia, o PRONAF apresenta uma fraca atuação junto aos camponeses, e, ao não analisar a relação intrínseca do homem com a terra ao colocar técnicos despreparados para lidar com a questão camponesa, o PRONAF tenta impor de cima para baixo suas regras, e, transformar, da noite para o dia, o camponês em agricultor familiar ou empreendedor rural.

Diante das péssimas condições de vida no campo com a territorialização do capital no mesmo, o camponês busca estratégias de sobrevivência, como o trabalho acessório, e, deixam suas propriedades para trabalhar noutras propriedades, contudo, o tempo usado para o trabalho acessório não é o tempo ocioso, ou o tempo que sobra depois do trabalho em sua terra, e cada vez mais o trabalho acessório, seja este agrícola ou não-agrícola, tem sido uma constante na vida do camponês.

Levando em consideração, que entendemos o trabalho acessório como inerente ao camponês, na medida em que este não consegue reproduzir-se na própria terra, busca trabalho noutras propriedades e, independente deste trabalho ser agrícola ou não-agrícola, o camponês está praticando o trabalho acessório. Diferente do trabalho não-

agrícola que é realizado a partir das atividades econômicas que não apresentam ligação com a agricultura, como garçom, moto-táxi, cabeleireiro, trabalhadores da cerâmica, olaria, entre outros.

Seja como moto-taxista, cabeleireiro, produtor de castanha, ceramista, garçom, vigilante, autônomo, manicure, ou como trabalhador da olaria, cada vez mais é crescente o número de camponês sem trabalho na terra. Segundo muitos camponeses do município de Itabaiana “Isso é a perda da liberdade”, e, parafraseando Marx (2006): “O reino da liberdade começa onde termina o reino da necessidade”.

A perda da propriedade faz do camponês um migrante, um proletário, um trabalhador para o capital, mas nem sempre é preciso perder a terra para ocorrer tal façanha. Mesmo com a terra, muitos camponeses não conseguem reproduzir-se socialmente, e, migra, trabalha para o capital, é proletarizado. Muitos migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, embora muitas vezes não as encontrem, outros tentam lidar com as dificuldades e permanecem no campo, ou buscam nas migrações temporárias os meios necessários para sua sobrevivência.

O migrante temporário vive entre o ficar e o partir definitivamente, devido as dificuldades enfrentadas para a sua reprodução social. Fato que se agrava em consequência das imposições do capital. A deterioração dos preços de seus excedentes agrícolas lhe é particularmente fatal, por que reduz a possibilidade de adquirir artigos que não podem produzir. Desse modo, o camponês vive no limite da sua sobrevivência, não consegue reproduzir-se socialmente com seu trabalho na terra, e não consegue grandes feitos com a venda de sua força-de-trabalho ao capital (MARTINS, 1986, p. 53).

Os camponeses que tornam-se trabalhadores temporários, vivem numa relação de semi-escravidão, sem nenhum ou quase nenhum direito trabalhista. Todavia, a exploração da força de trabalho camponesa é ainda mais intensa, quando, ao mesmo tempo, o camponês trabalha na agricultura e busca o trabalho não-agrícola como alternativa de complementar a renda familiar.

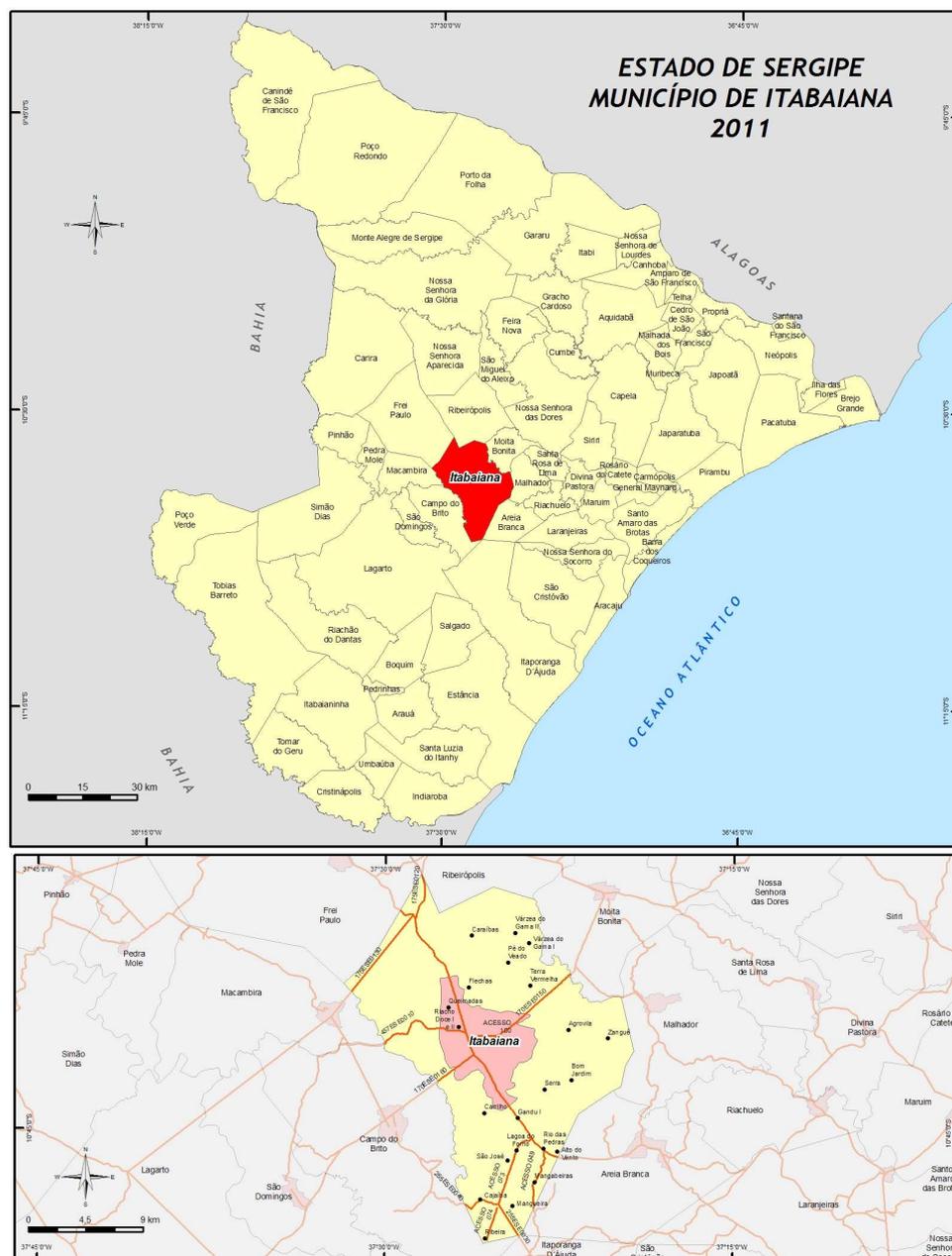
As migrações sejam estas, migração campo-cidade, campo-campo ou migração temporária, são exemplos também do que encontramos em expressividade no município, e que são reflexos da reestruturação produtiva do capital no campo. Nestas, o ir e vir incessante do camponês em busca de melhores condições de vida, mostram a forma perversa com que o detentores do capital agem com os trabalhadores, principalmente os do campo, dilacerando as famílias; os camponeses estão sempre

saindo e nunca chegando.

O intuito em analisar a reestruturação do capital e o trabalho não-agrícola no município de Itabaiana foi o fato de que historicamente o agreste sergipano foi composto por minifúndios policultores. Contudo, nota-se que no município em questão, não há uma concentração de terras muito acentuada, e o fato de abastecer grande parte das feiras do litoral sergipano, também leva a apontar para uma grande concentração de trabalho agrícola, em que o camponês, com o trabalho na terra, consegue reproduzir-se. Todavia, essa realidade é um tanto quanto diferente do que se observa, em geral, no estado.

Ainda há um paradoxo nesse território de grande produção agrícola, pois observa-se que cresce cada vez mais o trabalho não-agrícola. Tal contradição pode ser explicada pelos mecanismos e caminhos percorridos pelos detentores do capital para expansão do mesmo. Por um lado, é preciso manter as velhas estruturas, e assegurar o preço baixo do salário mínimo e a sexta básica do proletariado, mantendo o camponês na terra. Por outro lado, é preciso separar o camponês de seus meios de produção, enfraquecendo, desse modo, o poder do campesinato sobre o território.

A realidade agrária do município está atrelada ao processo histórico de ocupação do mesmo. A vila que deu origem à cidade de Itabaiana foi fundada em 1698 pelo ouvidor D. Diogo Pacheco de Carvalho, sob a denominação de Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. A priori, a ocupação das terras se deu com base na notícia de que havia metais preciosos na serra de Itabaiana, todavia estes nunca foram encontrados. Desde a ocupação, as terras foram utilizadas para a produção agrícola e pecuária, o que persiste até os dias atuais, tendo em vista que o setor industrial é pouco desenvolvido. As atividades agrícolas mais importantes do município são o cultivo de: banana, manga, laranja, mandioca e batata-doce (IBGE, 2004). A Figura 01 serve para localizarmos o município de Itabaiana no estado de Sergipe:



Base Cartográfica: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, 2004.  
 Elaboração por: Diretoria Geral de Informações Geográficas e Cartográficas - DGEIC / SUPES / SEPLAG, 2011.

### FIGURA 01: Mapa do estado de Sergipe com destaque para Itabaiana

Itabaiana está localizada a  $10^{\circ}27'$  e  $10^{\circ}50'$  Sul e longitudes  $37^{\circ}10'$  e  $37^{\circ}40'$ . Sua área é de 338,4 km<sup>2</sup>. Apresenta um total de 76.813 habitantes, o número de habitantes na zona urbana (55.472 hab.) é maior que na zona rural (21.341 hab.), segundo o IBGE (2000). A cidade de Itabaiana apresenta grande destaque pelo seu papel polarizador, exercido pelo fato de apresentar um conjunto de funções urbanas, como: hospitais, escolas, universidade, comércio e serviços.

O município tem destaque na vasta produção agrícola que abastece boa parte do

mercado consumidor do estado, em particular do litoral. Todavia, mesmo apresentando um caráter agrícola expressivo, este não é suficiente para suprir as necessidades da população que aí reside, fazendo com que o camponês busque outros meios de manter-se no campo.

Tendo em vista que a população residente no município de Itabaiana é composta por população rural expressiva e que esta se encontra em um elevado nível de pobreza, é de suma importância entender quais são as estratégias que são utilizadas pelos camponeses do município. Estes meios variam, principalmente, entre migrações temporárias e o trabalho não-agrícola, acarretando na exploração da mão-de-obra camponesa, que na maioria das vezes “abre mão” de exercer suas funções na própria terra, delegando essas ações à esposa e/ou filho, e trabalham nas fazendas dos mais abastados da região, ou na produção de castanha de caju, olarias, entre outros.

### **O estado da arte**

Em busca de um maior embasamento teórico que desse respaldo a um desenvolvimento claro sobre a pesquisa, e a fim de obter uma melhor compreensão a respeito do tema em questão, foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de obras de autores que são referência no Brasil e no mundo, tais como: Karl Kautsky (1980), Teodor Shanin (1980, 2008), José Vicente Tavares dos Santos (1978), José de Souza Martins (1986, 1991, 1993), Ricardo Antunes (1999, 2006), Thomaz Júnior (2004), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), Jaime Pinsk (1977), David Harvey (2002), entre outros. Autores que discutem a respeito do desenvolvimento e da reestruturação do capital no campo e as estratégias de reprodução social do camponês, bem como, os mecanismos utilizados pelo capital na busca pela extração da mais-valia, da ampliação do capital, e da manutenção da pobreza; posto que pobreza e riqueza são pares dialéticos e para manter um é necessário a existência do outro. O referencial teórico foi construído pelo viés da análise crítica com o intuito de melhor explicar as diferenciações de classe e todo o conflito territorial que se dá nesse espaço. Para tanto, parte-se do princípio que o desenvolvimento do capitalismo no campo e sua territorialização trouxe para este uma exclusão social ainda maior para os camponeses e maiores lucros para os detentores do capital, e a pobreza crescente gerada pela reestruturação do capital acarretou numa maior precarização das relações de trabalho no campo.

O objeto de estudo foi analisado, de forma a desvendar os espaços de dissimulação criados pelo capital junto ao Estado. Estes passam a ideia de que a modernização agrícola, o crescimento do trabalho assalariado no campo e o crédito rural, trouxeram benefícios ao camponês, que a renda deste aumentou. Todavia, só tem aumentado o nível de exploração do trabalhador que, para obter renda necessária para manter-se no campo, tem que trabalhar em sua terra e noutros trabalhos.

As estratégias de reprodução social campesina devem ser vistas enquanto processo inerente ao sistema capitalista. A partir da lei de terras, quando a terra passou a ter valor de troca e não apenas de uso, a grande massa de camponeses passou a ter que lutar pela sua permanência no campo. Tal análise precisa ser realizada de forma processual e histórica, o que foi possível por meio da revisão bibliográfica.

Optou-se pela categoria território, pois não há como desvencilhar a questão agrária do lugar de conflitos e disputas. Contudo, o entendimento de território nesse trabalho, não se resume ao substrato territorial ou área, nem à luta pela terra enquanto matéria, mas sim tratamos do território enquanto relação de poder como resultado dos embates travados no campo político, social, econômico. A busca pelo território campesino, seria a busca pelo não desenvolvimento das estruturas do capitalismo, contra a monopolização da produção, bem como, contra a todas as mazelas sofridas pelos camponeses a partir da territorialização e reestruturação do capital.

A categoria camponês foi escolhida em detrimento da categoria agricultor familiar, pois acredita-se, dessa forma, não homogeneizar o campo. Sabemos da diferenciação de classe e dos constantes conflitos existentes neste. Sendo assim, optar por outra categoria, a nosso ver, seria acreditar em um mundo sem diferenças de classes, sem embates políticos, econômicos e sociais. Para tanto, o termo agricultor familiar engloba contradições e ambiguidades, dificultando a construção de identidades sociais.

O termo agricultor familiar emerge em meio a um processo de sustentabilidade econômico-social e globalização, portanto, o agricultor diante de significados amplos deve, além de saber lidar com a agricultura, ser também um empresário, lançar-se no mercado e ser competitivo (NEVES, 2007). Diante dessa concepção predominante, não podemos considerá-la adequada para a análise pretendida.

Ao se falar em pobreza rural no Brasil, faz-se necessário levar em consideração a desigualdade social existente em nosso país, deste modo observa-se a discrepância que existe no acesso aos recursos para a reprodução social. Em se tratando de uma sociedade capitalista, é visível a escassez de recursos monetários que permitem o

pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria. No meio rural, o indivíduo sofre restrições ainda mais nítidas, que no meio urbano para satisfazer as suas necessidades, e esta se tornou ainda mais acentuada com a mecanização do campo.

De acordo com Salama e Destremau (1999), o conceito de pobreza é, na sua essência, multidimensional. A pobreza está intimamente relacionada à falta de alguma coisa. Desta forma, a falta de necessidades básicas muitas vezes é relativa a depender da cultura de cada lugar. A falta de patrimônio físico para morar, precariedade na assistência à saúde e à educação, falta de emprego, ausência de capital para reproduzir, e até a impossibilidade de consumir o que “virou” necessidade básica na sociedade capitalista atual, é em algumas sociedades definido como pobreza (claro que em maior ou menor grau a depender do país). Como exemplo, podemos pensar que se um indivíduo tem um rendimento baixo, ele pode sofrer ao perceber que outros adquirem produtos (mesmo que supérfluos) que com seu rendimento mensal, não dá para adquirir. Esse indivíduo se considera pobre dentro da sociedade a qual pertence.

A pobreza analisada erroneamente a partir somente de fluxos monetários, é classificada como pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta é aquela na qual qualquer indivíduo vive convertendo seu valor monetário no mínimo de calorias suficientes para realizar sua reprodução fisiológica. E a pobreza relativa seria aquela onde a renda obtida seja apenas 40% ou 60% da renda média obtida pela população em geral, de acordo com Salama e Destremau, (1999). Observa-se que estes dois conceitos acima, como já mencionados anteriormente, levam em consideração somente o fator monetário sem considerar que ela é multidimensional e explicada através de múltiplos fatores sociais. A pobreza pode ser medida além do fator renda, através de más condições de saúde e educação, impossibilidade de exercer direitos públicos, ausência de dignidade e respeito, falta de acesso ao lazer e a comunicação, degradação do meio ambiente, discriminação de qualquer que seja o tipo, etc.

Em meio às mudanças ocorridas no campo brasileiro, como a ausência de meios de permanecer neste através do trabalho agrícola e o conseqüente crescimento do não-agrícola (fruto da concentração de terras que impossibilita a reprodução social do camponês na terra), surge o termo pluriatividade, como a “salvação” do meio rural, a partir desta gama de atividades que podem ser exercidas pelo homem, este obtém renda, permanece no campo e a tão propalada distribuição igualitária de terras não é mais necessária diante deste “novo mundo rural”.

O termo pluriatividade, é um termo importado da Europa, e teve como um dos

primeiros autores a fazer uso deste no Brasil o sociólogo Sérgio Scheneider. Tal expressão tende a mascarar os efeitos da concentração de terras no meio rural, pois esta surge como alternativa para os pobres do campo. Desse modo, não é preciso haver distribuição de terras, está tudo resolvido com a “nova busca por outras ocupações”.

Sendo assim, o termo foi aceito de forma rápida pelos governantes e autores que visam cada vez mais o desenvolvimento do capital no campo e não veem este (o campo) como complementar à cidade, mas como um meio fadado ao desaparecimento, deste modo, negam o rural, negam o trabalho, negam o camponês. Contudo, é por estas razões que optamos pela discussão do trabalho no campo, analisando criticamente o “surgimento” destas “novas” ocupações no mesmo, pois não podemos negar a presença destas no meio rural, porém não as vemos como novas possibilidades, mas como ausência de possibilidades de reprodução do campesinato e como resposta à urgência que se tem em nosso país de uma Reforma Agrária efetiva. Informamos, contudo, que neste trabalho não se discutirá o conceito de pluriatividade.

A delimitação territorial se fez necessária, para que pudéssemos avaliar com maior detalhamento como está organizado o meio rural sergipano, não esquecendo-se do todo, analisou-se como as variáveis que engendram a organização espacial do campo no mundo refletem no meio rural de Sergipe, ocorrendo também o inverso, numa relação dialética. Para compreender este recorte territorial foram utilizadas obras de autores como: Alexandrina Luz Conceição (1991), Josefa Lisboa dos Santos (2007), Diana Mendonça de Carvalho (2009), que são autores que muito contribuíram com suas teses e dissertações para os estudos da questão agrária no Estado de Sergipe, analisando criticamente o meio rural, bem como, a relação do Estado e das políticas públicas com este meio e com o camponês.

Com o intuito de melhor compreender os processos que permeiam o tema deste trabalho, foram necessárias a realização do levantamento de dados secundários. Estes foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Banco do Nordeste (BNB), Secretaria de Agricultura familiar do MDA (PRONAF infraestrutura). Contudo, temos a clareza de que os dados secundários não são coletados de forma minuciosa a ponto de serem considerados tradutores da realidade, pois os números são passíveis de deturpações. Desse modo, analisou-se alguns dados, sem, contudo, nos prendermos totalmente a estes, levando sempre em consideração o que nos foi/é apresentado pelos camponeses ao longo do trabalho, bem como, ao longo da história do campesinato.

Os dados colhidos nos bancos serviram para mostrar a diferença entre o que nos é mostrado pelos números e o que ocorre na realidade. Como exemplo tem-se os empréstimos concedidos, que são colocados como “a salvação do camponês”, porém, o que os dados escondem são as reais intenções desses empréstimos, que é extrair a renda da terra. O PRONAF tido como a mão amiga do governo para o homem do campo, endivida o mesmo e como consequência acaba sendo a comentada anteriormente.

### **Pesquisa de campo**

Em busca de bases mais sólidas para a pesquisa, foi realizado trabalhos de campo, para o levantamento de dados empíricos. Através da observação direta e de conversas com a população local, pode-se averiguar a instalação de novos empreendimentos capitalistas no meio rural, bem como a existência da contratação de empregados domésticos, além de diaristas e empregados agrícolas e não-agrícolas pelos proprietários rurais mais abastados.

O roteiro de entrevistas foi feito com o intuito de analisar as questões que se referem às estratégias de reprodução social campesina, a exploração da mão-de-obra familiar, a atuação do Estado neste meio, bem como, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste roteiro não foram entrevistados apenas a população local, como também, os donos de indústrias, com o intuito de compreender o porquê da busca pelo espaço rural por parte dos detentores do capital, e da importância da mão-de-obra barata existente no campo.

Foram aplicadas aproximadamente 100 entrevistas, sem utilizar critérios estatísticos para a definição dessa amostra. Sendo assim, trata-se de uma amostra na probabilística, onde os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente. Houve a intenção de entrevistar mais camponeses, contudo, as repostas concedidas estavam cada vez mais repetitivas, por isso optou-se por encerrar a realização das entrevistas, pois as respostas eram suficiente para uma análise qualitativa. Com base destas, fez-se necessário uma análise das respostas dos camponeses que são explícitas ao longo do texto, bem como, a construção de gráficos e tabelas com o intuito de melhor explicitar ao leitor o que foi observado em campo.

Os povoados que foram feitos os trabalhos de campo são: Carrilho, Gandu I, Gandu II, Lagoa do Forno, Rio das Pedras, Cajaíba e Ribeira. A escolha destes foi aleatória, com exceção dos Povoados Carrilho e o Rio das Pedras, dos quais se tinha um

conhecimento prévio sobre estas localidades, por ocasião de visitas anteriores. Estes são povoados, que destacam-se no trabalho não-agrícola que é objeto deste trabalho, como produção de castanha de caju e das olarias, respectivamente.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a reprodução social camponesa ante o desenvolvimento e a reestruturação do capitalismo no campo, a partir da expansão do trabalho não-agrícola e da exploração da mão-de-obra familiar, no município de Itabaiana (SE).

Para atingir tal objetivo, fez-se necessário a elaboração dos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Analisar a organização espacial do campo a partir da reestruturação produtiva do capital, no município de Itabaiana – SE;
- ✓ Verificar os meios que levam ao crescimento do trabalho não-agrícola através da territorialização do capital no espaço rural;
- ✓ Analisar a lógica da expansão capitalista em busca de novos espaços de acumulação no município de Itabaiana;
- ✓ Compreender a manifestação e o estágio da modernização agrícola no município em questão;
- ✓ Analisar o trabalho não-agrícola e a subordinação deste ao capital;
- ✓ Verificar as alternativas de reprodução social do camponês ante a exploração do trabalho;

Diante do quadro observado no município de Itabaiana surgiram algumas questões que mereceram respostas, e nortearam esta pesquisa, tais como:

1. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva do capital, acarretaram mudanças na relação de trabalho do camponês com a terra?
2. De que forma o crescimento do trabalho não-agrícola e a exploração da mão-de-obra camponesa tem configurado o espaço rural do município de Itabaiana?
3. De que maneira o capital se apropria dos meios de produção do camponês e subordina a mão-de-obra campesina?
4. Qual é o mais importante dentre as atividades laborais dos camponeses no município? Essa duplicidade do trabalho é sazonal?
5. O trabalho agrícola significa produção de subsistência, enquanto os outros trabalhos (não-agrícola) significa possibilidade de renda em dinheiro?

Este trabalho contém, além dessa introdução, três outros capítulos e as considerações finais. No capítulo 2 discute-se a Territorialização do capital, reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho no meio rural do município de Itabaiana, no qual se fez necessário uma discussão a respeito dos seguintes temas: Territorialização do capital no campo, concentração de terras X pequena propriedade: estratégia do capital? O surgimento da pequena propriedade, reestruturação produtiva do capital e o espaço rural, reestruturação produtiva do capital no Brasil: o exemplo do campo itabaianense.

No capítulo 3 intitulado “A lógica da expansão do capitalismo na busca de novos espaços de acumulação no município de Itabaiana”, discutimos a respeito das estratégias do capital, para tanto, fez-se necessário uma discussão sobre: A agroindustrialização, o monopólio do capital sobre a produção, sem, contudo, territorializar-se, sobre a realocação industrial, e a atuação do Estado, bem como, os incentivos fiscais e criação de infra-estrutura para os detentores do capital. Analisamos o PRONAF e discutimos se este é uma ferramenta para o fortalecimento do campesinato, analisamos também, a modernização agrícola versus campesinato, e, se existe no Brasil uma agricultura verdadeiramente moderna?

No capítulo 4 que discorre sobre “As estratégias de reprodução social do camponês: o trabalho não-agrícola e a exploração da mão-de-obra campesina”, analisamos o camponês inserido no modo de produção capitalista, as estratégias de reprodução social do campesinato, o trabalho acessório, as migrações: o ir e vir incessante em busca da sobrevivência, o trabalho não-agrícola: a possibilidade da venda da força de trabalho e a permanência na terra, Estado e Capital: Políticas públicas X dependência do campesinato, e analisamos também se em meio às mudanças ocorridas no campo, é possível dizer que o camponês resiste?

## **2 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA**

Ao adentrar no meio rural ou urbano o capital territorializado, modifica, de certa maneira, as relações existentes nestes meios. No meio rural do município de Itabaiana no estado de Sergipe, não ocorre de forma contrária. O capital, ao territorializar-se, seja com investimento direto na produção, seja na circulação de mercadorias, monopoliza o território, e isto “modificou/modifica” o modo do camponês de lidar com terra e intensifica essas mudanças com a reestruturação do mesmo. A tendência é cada vez mais a separação do camponês dos seus meios de produção, fazendo com o que o mesmo deixe de trabalhar para si e em sua terra para trabalhar nas terras dos detentores do capital, seja este trabalho agrícola ou não, sob relações trabalhistas altamente precarizadas.

Para melhor compreender a dinâmica existente no meio rural, fez-se necessário abordar temas como territorialização do capital no meio rural, o surgimento da pequena propriedade, bem como a reestruturação produtiva do capital. Para tanto, iremos analisar a organização espacial do campo a partir da reestruturação produtiva do capital, no município de Itabaiana – SE.

### **2.1 Territorialização do capital no campo**

O desenvolvimento do capitalismo no campo é uma realidade que atinge todo o mundo, e, em decorrência desta penetração têm-se, conseqüentemente, a proletarização do trabalhador rural e, como ressalta Singer (1999), o capital só pode se assenhorar de um ramo de atividades, separando o produtor direto de seus meios de produção. Nesse sentido, é inevitável, portanto, que a territorialização do capital no campo, despojasse o camponês de seu acesso direto a terra, transformando-o de produtor independente a assalariado.

Todavia, no modo de produção capitalista, mesmo havendo a concepção de que o capital torna o camponês “livre”, tanto no sentido de sem propriedade como sem entraves à sua mobilidade, ocorre contraditoriamente à venda sistemática e contínua de sua força de trabalho, por consideráveis períodos de tempo, a uma mesma unidade de produção. Desse modo o processo de produção capitalista é uma sucessão de ciclos que

se entrelaçam continuamente, e essa continuidade é imprescindível tanto para a reprodução do capital, quanto para a força de trabalho (SINGER, 1999).

Este processo pressupõe que o trabalhador entre numa série de relações contratuais a prazo – aluguel de casa, escola para os filhos, compra de prestações – que requerem um fluxo contínuo de renda. Sendo assim, uma relação de emprego que se faz, desfaz e refaz em intervalos curtos e irregulares – como, por exemplo, o trabalho temporário dos “boias-frias” – não pode constituir uma base adequada para a reprodução “normal” da força de trabalho.

Entretanto, ainda para Singer (1999), apesar de tudo isso, a proletarização do trabalhador rural no Brasil, não redundou na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas, mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou “volantes”.

A prática de exploração da mão-de-obra familiar camponesa está enraizada no próprio processo de penetração do capitalismo no campo, pois o assalariamento, o colonato e a parceria são compatíveis na agricultura capitalista, porém, o migrante temporário ou assalariado intermitente, permite intensificar, ainda mais, a exploração do trabalho, pois, vivem num ir e vir constante, sem nenhuma segurança no “emprego”.

Para o camponês, que possui os meios de produção, o baixo salário é apenas complemento para a sua reprodução no campo, enquanto nas cidades o mesmo salário pago no campo não é suficiente, por não haver a produção do próprio alimento por parte dos operários, e, em decorrência disso é viável para o capital implantar indústrias no meio rural, desse modo, intensifica o trabalho e paga salários ainda mais baixos que na zona urbana.

Nesse sentido, Singer (1999) destaca que ao romper as relações tradicionais de produção, nas quais o trabalhador auto-reproduz sua força de trabalho, ao produzir grande parte de sua subsistência, o capital suscita uma oferta abundante de mão-de-obra, totalmente dependente do salário monetário para sobreviver. E, mesmo na condição de assalariado temporário, o trabalhador embora raramente deixe o emprego, não adquirem direitos e por isso pode ser mandado embora a qualquer momento, sem ônus financeiro para o empregador.

Na década de 1970, com o aumento do emprego nas cidades e a exacerbada urbanização decorrente do intenso êxodo rural, e a escassez de mão-de-obra no campo poderia redundar na escassez de alimentos no mercado urbano, o que, segundo Singer (1999) teria um aumento dos preços pagos ao dono da produção, e este repassaria ao

camponês sob a forma de salário melhor ou pagamento dos direitos trabalhistas. Porém, o que esse ponto de vista não leva em consideração são as desigualdades na repartição da renda, ou seja, o empregado não se beneficia dos lucros obtidos pelo proprietário com aumento dos preços na produção agrícola. A exploração do trabalho gera a riqueza dos detentores do capital.

A cidade passou a ser a busca principal do camponês que não conseguia meios de permanecer no campo, e, que, conseqüentemente, foram expulsos, além de ser a alternativa de emprego devido ao crescimento do setor industrial. Porém, a falta de formação do camponês e a crise estrutural do mercado de trabalho fizeram com que a busca por “novos rumos” na cidade fossem frustradas, ocasionando muitas vezes no retorno ao campo, ou a submissão a condições de vida piores que as anteriores, com a instalação nas periferias das cidades e a venda da força de trabalho para o empresário rural.

Assim, a partir de 1960, torna-se visível, no campo brasileiro, o fenômeno do chamado trabalho volante. Denomina-se volante o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se desloca continuamente para executar tarefas, em regime de empreitada (pagamento por trabalho realizado) ou de diária, nas áreas rurais. O trabalho volante em alguns Estados é de grande significado no total da força de trabalho empregada em trabalhos agrícolas. Estes trabalhadores encontram-se desprovidos de qualquer meio de produção, possuindo apenas sua força de trabalho que, para sobreviver, vendem aos detentores do capital.

Não obstante, mesmo com as profundas transformações estruturais a qual vem passando o campo é ainda da agricultura que grande parte da população brasileira sobrevive, em especial no nordeste brasileiro. A modernização da agricultura tem crescido de maneira desigual, aumentando o desemprego, o que leva o camponês a buscar outras fontes de renda, que não apenas a agrícola, que lhes dê condições de sobreviver, ainda que este trabalho seja árduo e o camponês seja explorado.

Mesmo diante dessa realidade desfavorável com a expansão do capital no campo, de alguma forma, a pequena propriedade camponesa permanece, ainda que descapitalizada e subordinada ao capital. Esse fato nos obriga a discutir a relação entre a propriedade camponesa e o latifúndio para compreender melhor a lógica de reprodução do capital, que, por um lado, se moderniza e reestrutura sua base produtiva e, por outro, recria ou permite a reprodução de formas “arcaicas” e não-monetarizadas de produção.

### 2.1.1 Concentração de terras X pequena propriedade: estratégia do capital?

A história agrária do Brasil mostra que a organização do campo, desde os primórdios, esteve sobre uma estrutura de grandes propriedades, na qual (com a valorização das terras, através, principalmente, da Lei de Terras de 1850), ou se mantinha latifúndios como reserva de valor para concentrar a renda da terra, ou propriedades monocultoras, com produtos destinados a exportação, com o sistema conhecido como *plantation*. Diante dessas "raízes" históricas do meio rural brasileiro, a pequena propriedade, policultora, que tem como trabalho principal o familiar, e o excedente de sua produção voltada para o mercado interno, nasce em meio a um sistema totalmente desfavorável a sua reprodução, no qual há grandes concentrações de terras, e as áreas de subsistência, que não estava ligada as áreas monocultoras, eram/são consideradas como decadentes.

É sabido que a população indígena que aqui vivia, não tinha propriedade demarcada e a terra, para estes, tinha apenas valor de uso. Com a chegada dos portugueses e a posterior colonização, a dinâmica espacial do território brasileiro se modificou. Erthal (2000, p. 58) destaca que as terras brasileiras pertenciam à coroa portuguesa, o rei era o senhor das terras, das minas e do comércio. E, dada a cobiça de potências rivais nessas terras, o Estado português resolveu o processo de colonização, via iniciativa particular, a fim de garantir, sem riscos, a sua posse obtida pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Para garantir a ocupação das terras brasileiras, o reino de Portugal se baseou na sua legislação vigente, o sistema de sesmarias, criado no reinado de Fernando I, pela lei de 1375, que tinha como objetivo ocupar as terras e que estas fossem cultivadas, caso os sesmeiros não as cultivassem as terras seriam devolvidas (devolutas) à coroa, para que fosse redistribuída a quem as soubessem aproveitar, desse modo, se acabaria com a ociosidade das terras. Segundo as normas, os sesmeiros teriam um prazo de cinco anos para começar a produzir, todavia, as autoridades desprezavam na prática esta recomendação (ERTHAL, 2000).

As pessoas que recebiam as terras da coroa até o século XVIII poderiam requerer mais de uma sesmaria, não apenas para o chefe da família, como para sua esposa e filhos, contribuindo para a concentração de terras. Com o passar do tempo, e com a valorização da colônia, multiplicou-se as normas sobre a doação de terras e muitas exigências vão se incorporando ao sistema das sesmarias (cada vez mais era

dificultado o acesso as terras para os menos abastados), porém, estas normas passam a ser cada vez mais ignoradas, o que fez as doações ficarem em meio a confusas e contraditórias normas vigentes. Contudo, a distribuição de terras feitas pela concessão das sesmarias, não mais é voltada para a ocupação das terras e crescimento/investimento da agricultura, esta passa a ser um dos maiores meios à concentração de terras no Brasil, e, serviu, antes de qualquer coisa, para consagrar a extensão dos latifúndios.

Tais questões, relacionadas as normas de entrega das sesmarias, fizeram com que a questão com a terra chegasse a um impasse, isso fez com que o príncipe regente D. Pedro II, optasse pela suspensão das concessões em 13 de julho de 1822, porém o propósito somente seria alcançado em 1950 com a Lei de Terras, sob o auspício e interesse dos grandes proprietários devidamente entronizados no poder político. (ERTHAL, 2000)

A classe menos abastada, que não se enquadrava às exigências legais da concessão das terras, buscava um meio de ocupar as terras devolutas. Tanto sesmeiros, quanto posseiros, expandiam os seus domínios além das necessidades e capacidade de utilização da terra, principalmente pela falta de uma fiscalização mais acirrada. Em caso de conflito entre posseiros e sesmeiros, o Estado, enquanto mediador, sempre defendia o lado dos sesmeiros, pois a legislação lusitana não reconhecia o direito de posse.

Sem leis que os protegessem, coube ao camponês, seja este posseiro ou intruso, enfrentar o grande poder do latifúndio. Sem o amparo da lei, o camponês se lançava às ocupações, nos espaços vazios das sesmarias, nas terras devolutas, áreas internas dos latifúndios semi-explorados. Só assim começou a “desmoronar” o monopólio da terra (SERRA, 2003).

A apropriação do território chegou ao século XIX com grande força. D. Pedro II concedeu à mesa do Desembargo do Paço, em 14 de março de 1822, a autoridade de mandar fazer medições e demarcações de sesmarias, desde que não prejudicassem os posseiros que estivessem, realmente, aproveitando suas terras. Desta forma a categoria passa a ser oficialmente reconhecida (ERTHAL, 2000).

Tanto a pequena propriedade, quanto o trabalho livre com base no assalariamento, sofreram alguns entraves ao seu crescimento. O trabalho livre, para os detentores do capital, era uma espécie de ameaça, pois dava “poderes” ao homem, e estes tenderiam a se igualar com os proprietários de terra, portanto, não era viável com base no pensamento das pessoas da época, que houvesse o assalariamento, principalmente pela subordinação do escravo ao seu dono, o que não teria no trabalho

livre. O modelo implantado na agricultura do Brasil, o qual importava-se apenas em satisfazer as necessidades da metrópole, utilizava-se do sistema de *plantation*, grandes propriedades monocultoras para a exportação dos produtos.

Erthal (2000) afirma que o trabalho livre passou a ser mais bem visto pelos “poderosos” da época em decorrência de uma “transformação” estrutural ocorrida ao longo do século XIX. O crescimento demográfico e a urbanização dinamizaram o mercado interno, a chegada da imensa massa de colonos europeus (trabalhadores livres) e o fechamento do mercado ao tráfico negreiro, também são expressões das mudanças ocorridas na organização do espaço brasileiro.

Segundo Erthal (2000) a agricultura de subsistência existia para saciar as necessidades da população que vivia, principalmente, na zona rural e difusa pelo território, as técnicas utilizadas eram rudimentares, devido ao, dentre outros fatores, pequeno ou “inexistente” fluxo monetário, deficientes vias e meios de transportes, além da insegurança nas rotas. Em períodos de retração da demanda externa (como por exemplo, século XVIII – esgotamento das minas; século XVII – desvantagem em relação ao açúcar das Antilhas), havia certa “ascensão” da agricultura de subsistência, o contrário ocorria em períodos de maiores demandas e preço no mercado externo (século XVIII – Revolução Francesa), a monocultura tornava-se quase que absoluta nas plantações, fazendo retrair a agricultura de subsistência.

O autor complementa afirmando que a subsistência tendia à expansão, mesmo diante das flutuações no mercado externo. Com a crise do Sistema Colonial, ocorreu o rompimento do monopólio comercial, e o aumento demográfico (principalmente da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, na época), isso acarretou em intensas mudanças no mercado consumidor.

O setor de subsistência reforça uma situação existente, isto é, o seu caráter mercantilista – escravista, inclusive com a reprodução ampliada do capital. Por outro lado, abrem-se perspectivas para o trabalho livre e a pequena propriedade, com a abertura do vice-reino à imigração estrangeira (ERTHAL, 2000, p. 74).

Com a chegada dos imigrantes europeus no sul do país, aos poucos a pequena e média propriedade passaram a fazer parte das feições rurais do Brasil. Contudo, tais feições passaram a ter certo destaque apenas três séculos após a colonização. Todavia, este fato isolado, não foi o fator principal do surgimento da pequena propriedade em nosso país, mas sim, toda a luta que fora, e tem sido, travada no campo entre a classe dos detentores do capital e dos menos abastados.

A pequena propriedade sempre fora hostilizada pelos latifundiários, contudo, teve grande impulso com a Lei Imperial de 28 de setembro de 1848, que concedia áreas territoriais às províncias para fins de colonização e proibia o trabalho escravo nessas áreas. A iniciativa particular se interessa pela colonização estrangeira e cria áreas de loteamentos de modo que os imigrantes pudessem comprar. No nordeste não se implantou o regime de colonização dos imigrantes estrangeiros. O pretexto usado para evitar qualquer tentativa foi o clima tropical (SERRA, 2003).

Serra (2003) destaca que embora o sistema de latifúndios no Brasil tenha sofrido golpes severos nos últimos cem anos, com a extinção da escravidão em 1888, a primeira superprodução cafeeira no início do século XX e a crise geral de 1929-33, continua a ser um país de alta concentração fundiária, com predominância do latifúndio por exploração, isto é, imóvel improdutivo voltado à especulação imobiliária. E, desenvolveu-se no campo uma classe antes não existente, a burguesia rural, e nas cidades, a burguesia industrial, ambas abrem caminhos à crescente penetração do capital em nossa agricultura e a consequente concentração fundiária.

À classe campesina falta tudo, falta principalmente o acesso a terra. Os que a possuem, muitas vezes, acaba tendo que vende-la aos latifundiários ou a grandes empresas agrícolas, fato que acarreta nas migrações. Deve-se ressaltar que tais alternativas não solucionam o problema do camponês, nem amenizam sua pobreza, fazendo com que o mesmo, em muitos casos, passe a morar nas periferias das grandes cidades, continuando servindo de mão-de-obra barata para o latifundiário.

A elevação especulativa do preço dos imóveis rurais perpetua o domínio dos latifúndios e tende a diminuir a oferta de alimentos no mercado interno, contribuindo para o aumento da fome no país (SERRA, 2003, p. 244). Desse modo, a classe menos abastada sofre as mazelas de um sistema extremamente concentrador, são expulsos do campo e aumenta a pobreza e a fome nas cidades.

A estrutura agrária brasileira, constituída de latifúndios e exploração de mão-de-obra, manteve-se praticamente intacta. Mesmo com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, não afetou a natureza estrutural da grande exploração. Em alguns casos a grande exploração se ampliou e integrou ainda mais. É o que se deu recentemente com a lavoura canavieira no nordeste, onde os antigos engenhos foram sendo progressivamente absorvidos pela usina. (PRADO JUNIOR, 1968).

Para Prado Júnior (1968) as etapas principais decisivas para a evolução brasileira (no século XIX) foram a Independência Política, a supressão do tráfico africano, e dois corolários que daí derivam: a imigração dos europeus e a abolição dos escravos. Contudo, os primeiros passos decisivos da incorporação efetiva da massa trabalhadora à sociedade brasileira consistem na supressão do tráfico africano (1850). O afluxo de trabalhadores europeus e a abolição da escravidão significariam na sua expressão mais ampla e profunda o início da integração da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira, estes trabalhadores não passavam, nem deveriam passar de simples fornecedores de energia produtiva, nada mais que instrumentos de trabalho. "Esse processo de integração é ainda hoje, sobre certos aspectos, incompleto, particularmente no que diz respeito à população rural" (PRADO JUNIOR, 1968, p. 121). Mesmo essa constatação de Prado Junior (1968) tenha sido feita na década de 1960, ela ainda continua válida para esse início do século XXI.

Entendemos a história como processo para se chegar o que somos hoje, ora superamos antigos paradigmas, ora damos continuidade a outros. Desse modo, fatos ocorridos há séculos são "refletidos" em nosso presente. Partindo dessa premissa é que Prado Junior (1968) diz que o caráter originário da economia brasileira, que se estruturou com bases a atender as necessidades externas, assim como também, o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária, suas condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, conservam ainda alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada passado colonial.

Nossa economia, desde os primórdios, esteve voltada para fora, ou seja, sempre serviu ao mercado consumidor estrangeiro, fato este que na fase do imperialismo norte americano se intensificou, o que nos mostra que a economia brasileira sempre esteve com as portas "escancaradas" ao modo capitalista de produção, desse mesmo modo, podemos inferir a respeito das relações trabalhistas (principalmente no campo) onde a exploração da mão-de-obra do trabalhador é gigantesca, aproximando-se das relações de escravidão. Nas atuais relações de trabalho, bem como nos período de escravidão, apenas o lucro interessa aos grandes detentores do capital, pouco importando-se com as péssimas condições de trabalho de seus empregados.

Segundo Prado Junior (1968) durante muito tempo, grande parte dos produtos alimentícios consumidos no Brasil eram vindos do exterior, e, em decorrência da escassez de recursos financeiros necessários a adquirir tais produtos, fez com que fossem produzidos em solo brasileiro, todavia, as empresas imperialistas não perderam

sua “clientela”, instalando-se no Brasil, produzindo e fornecendo aqui mesmo o que antes nos fornecia do exterior.

E, diante das contradições nas relações de trabalho, numa economia que dá espaço ao crescimento do imperialismo, a entrada do capital estrangeiro com a construção de estradas, aparelhamento portuário, navegação marítima, abriu ainda mais caminhos para a diversificação das atividades produtivas. Implanta-se a industrialização (tanto na cidade quanto no meio rural).

Segundo Prado Junior (1968) grandes modificações da economia brasileira, representam, sem dúvida, um passo considerável no sentido de superação do velho sistema de colônia produtora de gênero de exportação. Mas doutro lado, renova sobre outras bases que, nem por serem diferentes das antigas, livram a economia brasileira das contradições que a embaraçam.

Entretanto, Martins (1979, p. 13) não corrobora com a afirmação de que houve superação do velho sistema e afirma que a contradição que permeia a emergência do trabalho livre, expressa-se na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter e não de fato uma superação.

Concordamos que a lógica de “mudar para manter”, está enraizada no processo histórico do meio rural nordestino, em particular, e brasileiro, no geral. O capital territorializa-se, e com o desenvolvimento da tecnologia e a modernização do campo, tem-se uma maior produtividade, em contrapartida as estruturas fundiárias permanecem intactas, as relações de trabalho cada vez mais precarizadas, e o desenvolvimento desigual e combinado perdura por séculos, numa relação dialética entre a manutenção das velhas estruturas e modernização agrícola, num amálgama de formas arcaicas com mais modernas. Portanto não houve superação do velho sistema, mas algumas “transformações” com o objetivo de ampliar ainda mais o capital, seja no campo ou na cidade.

Contudo, entendemos que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é marcado por um profundo antagonismo, assim a modernização da agricultura serviu, antes de qualquer coisa, para aprofundar as desigualdades existentes no meio rural. Mesmo a agricultura tendo apresentado ganho de produção e de produtividade e tendo contribuído para a dinamização da economia brasileira, isso não levou à diminuição dos problemas sociais no campo (LOCATEL, 2004, p. 13). E, a

impossibilidade de manter-se no campo, leva a população rural a migrar, como dito anteriormente, é sabido que essas migrações, principalmente a campo-cidade, fora estimulada, por um lado, pelo aumento da quantidade de empregos disponíveis no meio urbano, criado principalmente pelo setor industrial e, por outro, pela exclusão social e expropriação dos meios de produção do camponês.

Todavia, a migração não é o caminho de todos os camponeses e, mesmo diante da crescente miserabilidade, do grande índice de indignação, da falta de acesso às mínimas condições de sobrevivência, muitos permanecem na zona rural, contudo, é sabido que a reprodução social campesina tem sido cada vez mais dificultada pela falta de acesso a terra e pela forma de inserção ao mercado. Os detentores do capital expropriam os camponeses separando-os dos seus meios de produção e submetendo-os à exploração capitalista do trabalho. Dessa forma, o camponês deixa de trabalhar para si e trabalha para o capital, não vende mais sua produção e sim sua força de trabalho, fragilizando assim a reprodução do campesinato, levando em consideração que para reproduzir-se é fundamental o acesso a terra.

Martins (1995) afirma que mesmo o produtor permanecendo com a propriedade da terra e sem o recurso do trabalho assalariado, estando este apenas com o seu trabalho e o de sua família, ainda assim cresce sua dependência em relação ao capital. Segundo o autor, estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital, este processo é observado tanto na grande propriedade quanto na propriedade campesina. Na grande propriedade o capital unifica as figuras do proprietário e do capitalista, estabelece a dependência do produtor em relação ao crédito bancário. O que ocorre com o camponês é:

Está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimentos e, sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio extrai a renda da terra (MARTINS, 1995, p. 176).

Portanto, o primeiro “objetivo” do capital ao expandir-se no campo é a extração da renda, esta é feita principalmente nas grandes lavouras de cana-de-açúcar, café, soja. Todavia, nas propriedades camponesas, a renda “flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de

trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas” (MARTINS, 1995, p. 177).

A Lei de Terras de 1850 marca transformações no campo e inaugura um regime fundiário que irá modificar a forma de exploração das terras, pois esta passou a ter valor de troca e, inicia-se uma crescente concentração da propriedade privada da terra, possibilitando a sujeição da renda agrícola ao capital, além de causar uma intensa expulsão dos trabalhadores da terra. Desde esse período até os dias atuais, estas têm sido uma das maiores problemáticas no campo.

Seja pela manutenção do latifúndio como reserva de valor, seja pela expansão das pastagens ou pela modernização no campo, a tendência é uma crescente expropriação seguida de exploração da força de trabalho camponesa. Nas áreas onde a modernização se intensificou houve redução da mão-de-obra empregada. A modernização do processo produtivo é poupadora de mão-de-obra, o que contribui para o desemprego estrutural aumentando o número de camponeses sem trabalho. Assim, “ao mesmo tempo que o capital cresce, acumula contradições inerentes ao seu próprio crescimento: ele não pode crescer sem o trabalho e, ao mesmo tempo, cada vez mais dispensa trabalho devido à modernização técnica” (MARTINS, 1991, p. 52).

Contudo, para que o campo brasileiro apresentasse feições diferentes à que estavam acostumados os grandes latifundiários, e a pequena propriedade despontasse no meio rural do Brasil com os primeiros passos a uma agricultura camponesa, foi preciso séculos de lutas sangrentas, sustentadas, em sua maioria, pela população pobre do campo. Os grandes capitalistas sempre fizeram o possível, para que as massas menos abastadas, que viviam sobre domínio dos donos das fazendas tivessem sua terra. Quando ocorria de um destes “pobres do campo” conseguir pequenas porções de terras para seu sustento, era com a finalidade de manter sua mão-de-obra para os períodos de safra.

### **2.1.2 O surgimento da pequena propriedade**

Guimarães (1977) afirma que o correto é situar o aparecimento da pequena propriedade no Brasil, como instituição consolidada, no século XIX, após a chegada dos imigrantes europeus, todavia, torna-se um equívoco não levar em consideração a etapa anterior de gestão de classe camponesa, a qual parte de um longo processo de

espoliação, cujas primeiras consequências foram a incorporação aos engenhos de açúcar de uma multidão de trabalhadores livres e miseráveis: os agregados.

E em meio ao sistema de espoliação dos camponeses e o conseqüente benefício junto a aristocracia rural, à pequena propriedade restava apenas um caminho, a posse, posto que os camponeses eram desprovidos de qualquer proteção. Segundo Guimarães (1977), o processo de despojamento da incipiente camada camponesa, e preservação do domínio absoluto do monopólio da terra nas mãos de uma minoria, esta presente por todo o nosso passado, portanto, é destituída de veracidade a afirmação de que o surgimento da propriedade foi durante o século XIX, a partir da colonização estrangeira instituída ao sul, isso desvincula-a de seu anterior processo histórico. Como se a pequena propriedade tivesse retardado por tanto tempo a sua irrupção, por causa da “indolência” das populações nativas ou de sua incapacidade para o trabalho.

Portanto, é um grande equívoco analisar os fatos históricos como se emergissem de forma brusca, ou como se mudasse de uma hora para outra o que estava posto. Os acontecimentos não são implantados por decretos, seja da majestade, da aristocracia, ou do presidente, colocar os fatos nesses moldes faz com que se apague a longa batalha, lavada muitas vezes com o sangue dos menos favorecidos. Tais concepções implicam na negação do papel da luta entre camponeses e latifundiários que acarretou no início do século XIX na institucionalização da pequena propriedade. Vale ressaltar que em nenhum momento da história do Brasil, a luta de classes e o antagonismo entre latifundiários e camponeses deixou de existir, e, diferente do ocorrido noutros países (europeus), onde a grande propriedade cresce sobre a “morte” da pequena, no Brasil, o latifúndio “nasceu” primeiro, mas não morre (ou pelo menos não morreu até hoje), todavia, a longa e obstinada batalha camponesa contra a aristocracia fez surgir, a passos lentos, a pequena propriedade.

O início do “rompimento” do monopólio da terra teve em suas bases a presença notável dos intrusos e posseiros, os quais, amparados apenas com sua audácia, atacam os poderosos latifundiários e ocupam terras nos intervalos das sesmarias, sesmarias abandonadas ou não cultivadas, terras devolutas a áreas internas dos latifúndios semi-explorados. Esses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagam com a vida, foi/é para a história, estratégias de grande alcance e eficácia na batalha contra o monopólio da terra.

O campo brasileiro sempre esteve nas mãos dos mais abastados, restando para a massa de trabalhadores nada além de um trabalho escravo, exaustivo, sem direitos

trabalhistas. Erthal (2000) diz que a economia açucareira no nordeste constituiu-se no modelo de plantagem tropical, assentada na tríade latifúndio, escravidão e monocultura. O Instituto sesmarial, ao ser implantado no Brasil, não levou em consideração as características físicas, ecológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais da colônia. Em Portugal, as sesmarias serviram para o não esvaziamento do campo, como tentativa de impedir o desabastecimento das cidades, as terras distribuídas eram devolutas e tal sistema, serviu para crescer a pequena propriedade, em contrapartida, no Brasil, a população nativa desconhecia a propriedade de terra, e estas eram distribuídas sem seguir normas e regimentos sesmarias, contudo, serviram apenas para expandir a grande propriedade.

Mesmo diante desse quadro, a pequena propriedade camponesa surge em meio a lutas, períodos de aflições e grandiosos “golpes” dos detentores do capital, onde o comando territorial, por parte de alguns capitalistas, os faziam considerar-se “donos” das terras e vendê-las repartidas em pequenos lotes quando estas já não apresentassem altos lucros enquanto latifúndios.

Para Guimarães (1968, *apud* Nardoque, 2005, p. 3) a pequena propriedade surgiu como produto da luta de classes, travada entre os camponeses sem-terra e a classe latifundiária e o elemento decisivo na vitória dos sem terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse. Outros meios, que não a posse, só superaram essa forma de acesso à terra, depois dos anos 1930, com a redivisão das terras cansadas ou de qualidade inferior, nas áreas cafeicultoras do sudeste, e do alargamento das áreas de fronteiras agrícola.

## **2.2 Reestruturação produtiva do capital e o espaço rural**

A reestruturação produtiva do capital “redefine” a economia dos países, sejam estes desenvolvidos ou subdesenvolvidos, desse modo, o subemprego, o emprego informal e o desemprego, hoje, é uma constante tanto em países “ricos” quanto em países “pobres”. Esse “cenário” fazia parte, há pouco tempo, apenas dos países subdesenvolvidos, que não tinham como competir no mercado e a desigualdade na distribuição da renda é ainda mais intensificada. Nestes a minoria fica com a maior parte do “bolo” e a grande maioria deve contentar-se com migalhas, pois, não tem sequer acesso aos direitos básicos como educação e saúde, nem ao assalariamento, que

mesmo não sendo esta a melhor saída em relação à miséria (principalmente por parte do camponês) é o único, ou principal, meio de sobrevivência nos países pobres, e esse direito tem sido negado, em decorrência das constantes crises do capital e o consequente desemprego estrutural.

Para os detentores do capital todas as vias são de livre acesso ao lucro, dizer que estes ficam cada vez mais ricos, não significa, necessariamente, dizer que todos os seus investimentos no mercado foram bem sucedidos, mas significa dizer que mesmo não obtendo o sucesso, o Estado vai arcar com as consequências, e cifras jamais imaginadas por nós (trabalhadores) saem dos cofres públicos para reparar os “erros” e “maus” negócios dos mais abastados.

As grandes crises são essencialmente resolvidas pela injeção de gigantescas somas de dinheiro público. Dezenas de milhões de dinheiro (público) são “injetados”, nas grandes “ações” dos detentores do capital, e estes são justificados em nome da alegada “importante lição da história” e naturalmente da incontestável boa causa de salvar o sistema (MÉSZÁROS, 2009).

A entrada de novas tecnologias no mundo do trabalho trouxe o que já não é uma novidade, o desemprego, ou um número limitado de empregos, selecionados pela mão-de-obra qualificada; neste modo de produção só se abre novas vagas se isso for lucrativo ao capital.

Os modelos econômicos sejam taylorismo/fordismo ou toyotismo, mesmo diante das suas diferenças, sempre buscam alcançar superação da crise e continuidade de acumulação capitalista, sobretudo, por meio da intensificação da exploração da força de trabalho. “No seu processo de desenvolvimento, o capital tem de lidar com um conjunto de contradições geradas pela articulação de, entre outros, dois elementos básicos: a concorrência intercapitalista e a luta antagônica com a classe trabalhadora” (TUMOLO, 2001).

Os novos processos de trabalho que começaram a se desenvolver, nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensidade da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora (TUMOLO, 2001).

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise

deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua *forma de ser* (ANTUNES, 2006, p. 23).

Durante mais da metade do século XX, o processo hegemônico de produção de mercadorias no modo de produção capitalista é aquele que combina os princípios da administração científica de Taylor com as inovações introduzidas por Ford, tais como a linha de montagem, a padronização dos componentes e a verticalização da produção. Contudo, o modelo fordista de produção de mercadorias entra em declínio no final dos anos 1960 e início dos 1970, desencadeando um processo de reestruturação produtiva do capital, que vem a constituir um novo regime de acumulação, denominado por Harvey (2002) de regime de acumulação flexível. Este busca superar na esfera jurídico-política a rigidez do compromisso fordista (KREMER e FARIA, 2005).

Para Oliveira (1994) o processo de reestruturação está atrelado a implementação de um novo aparato técnico, compreendendo a implementação de novas tecnologias físicas de base microeletrônica no mundo do trabalho que promovem profundas modificações no espaço (urbano e/ou rural). As mudanças ocorridas a partir desse processo não estão apenas atreladas a organização da gestão do trabalho, mas envolve além da produção da mercadoria todo um arranjo societal. Essas transformações, segundo o autor, vêm a ser uma resposta do capital ante a crise do modelo fordista de acumulação, que após a segunda guerra mundial serviu de base ao crescimento econômico dos países capitalistas centrais.

O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, dado pela incapacidade de responder a retração do consumo, crise do welfare state, queda da taxa de lucro pelo aumento da força de trabalho, bem como a intensificação das lutas sociais dos anos de 1960, que objetivavam o controle social da produção, estes e outros acontecimentos na economia dos países mais ricos do mundo, fez com que o longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, começasse a dar sinais de um quadro crítico (ANTUNES, 2007).

A competitividade torna-se cada vez mais acirrada, países que não tinha grandes destaques na produção, cresce rapidamente (a produtividade) como o Japão e a Alemanha e, desse modo, o mercado e o lucro é reduzido ou “repartido” entre os países ricos. Portanto, o excesso de produção, a competição entre as indústrias, a queda na taxa de lucros, a profunda crise do capitalismo, e acima de tudo, os países sem capacidade de superá-la (a crise), como também, a estagnação econômica, resultado da redução secular

da taxa de acumulação, acarretaram em desempregos estruturais, baixa produção e produtividade. A crise do fordismo exprime a crise estrutural do capital (ANTUNES, 2007).

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a Era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso seguiu também um intenso processo de reestruturação de produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2007, P. 31).

Expandir-se, manter-se crescendo, para o capital, significa não medir esforços, ultrapassar as fronteiras em busca do lucro, significa, principalmente, uma luta, antiga e recente, do capital contra o trabalho. Nisto reside a antítese dessa relação capital X trabalho, pois, para que haja a reprodução ampliada do capital, o trabalho é necessário, só o trabalho pode gerar a riqueza dos grandes capitalistas, e o mesmo capital que se beneficia do trabalho, parece querer destruí-lo.

Com a reestruturação produtiva do capital, os menos abastados sempre saem perdendo, os trabalhadores desempregados; a crise econômica gerada pelos países ricos cai sobre os países de industrialização recente e que não possuem base suficiente para suportar os abalos trazidos pela crise.

E, quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação dos que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo (ANTUNES, 2007, P. 33).

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização da era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e valorização do capital (ANTUNES, 2007, p. 34).

As expressões mais evidentes da reestruturação do capital são o desemprego com dimensões gigantescas, destruição em massa do meio ambiente, aumento da

jornada de trabalho com redução dos direitos trabalhistas, incertezas, inseguranças no emprego, baixos salários, enfim, essas são as respostas do capital à crise estrutural.

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série e de massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novas formas de adequação da produção a lógica de mercado. Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os círculos de controle de qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total” são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são agudos também ao que diz respeito aos direitos do trabalho, estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumento necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2006, p.24).

### **2.2.1 Reestruturação produtiva do capital no Brasil: o exemplo do campo itabaianense**

No Brasil a partir de 1974, o projeto desenvolvimentista passa a atravessar um período de declínio, dado o esgotamento do modelo de substituição das importações, declínio que se manifesta com mais intensidade nos anos de 1980. É justamente nesse período que a indústria brasileira volta sua atenção, de forma mais intensa, para o mercado externo. Esse impulso exportador ocorre, de um lado, pela necessidade de geração de divisas, para saldar compromissos da dívida externa brasileira e, de outro lado, em função da forte retração do mercado interno, motivado pela crise econômica que então se verificava. É nesse contexto que se inicia um processo de reestruturação produtiva do capital, ainda que de forma restrita (ALVES, 2000; LEITE, 1994; ARAÚJO e GITAHY, 1998 *apud* KREMER e FARIA, 2005).

Tendo em vista que a indústria brasileira era voltada até então principalmente para o mercado interno, fez-se necessário obter melhores padrões de competitividade a fim de atingir os objetivos de penetração no mercado externo. São considerados também como fatores que impulsionam a reestruturação produtiva deste período: a emergência

do novo sindicalismo, notadamente na região do ABC paulista; as estratégias das empresas multinacionais de difundirem em suas subsidiárias, de forma restrita, os programas de reestruturação de inspiração toyotista (ALVES, 2000; LEITE, 1994; ARAÚJO e GITAHY, 1998 *apud* KREMER e FARIA, 2005).

O caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva do capital repercute diretamente sobre o trabalho, produzindo, pois, resultados diferentes para o conjunto dos países. Mas o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais, poderíamos apontar: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; informal; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da exploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas (THOMAZ JUNIOR, 2004).

No toyotismo aumentou a fragilidade das relações de trabalho, este foi intensificado e o trabalhador passa a receber por produtividade. É necessário inovar, modificar a produção, o individualismo cresce desenfreadamente, enfraquece o sindicato, e fortalece o medo do homem de fazer parte do grande, e cada vez mais crescente, número de desempregados. Tais mudanças na produção e no mundo do trabalho, aliado à tecnologia, abre caminhos tanto para uma grande exploração da força de trabalho quanto para um maior controle sobre o mesmo por parte do capital.

Ao contrário do que ocorre no fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada, pronta para suprir o consumo e sustenta-se na existência do estoque mínimo (ANTUNES, 2006).

Portanto, no toyotismo, produz-se uma quantidade mínima, e, estes são “repostos nas prateleiras” numa relação próxima às dos supermercados, tal processo é denominado *kaban*<sup>1</sup>, o inverso do fordismo, onde a grande quantidade de produtos

---

<sup>1</sup> Kanban é uma expressão japonesa que designa um método de fabrico em série aplicado aos processos de aprovisionamentos, produção e distribuição, seguindo os princípios do Just-in-Time (Nunes, 2007).

levava a uma superprodução, além de no toyotismo haver uma maior “qualidade” dos produtos e menor número de trabalhadores.

A redução no número de empregos levou até mesmo o Japão, que não possuía mão-de-obra em excesso (ou sobrando) a crescer consideravelmente o desemprego estrutural, e, os trabalhadores que permaneceram nas indústrias passaram a ter que fazer várias atividades, fato também contrário ao fordismo, já que na produção em série o trabalhador tinha apenas uma função, em apenas uma máquina. No toyotismo, o trabalhador deixa de ser um especialista, um profissional qualificado e passa a ser um trabalhador multifuncional.

E a chamada “polivalência” do trabalhador, mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando várias tarefas (ANTUNES, 2006).

Desse modo, o trabalhador é explorado cada vez mais, trabalhando ora numa coisa, ora noutra, fazendo hora extra, tentando a todo custo manter o emprego, sustentar a família, enquanto o capital aproveita de toda a fragilidade no mundo do trabalho, da insegurança e da necessidade de aumentar a renda familiar, e explora o trabalhador para extrair a mais valia.

Em um dos trabalhos de campo a uma indústria ceramista no município de Itabaiana estado de Sergipe, vimos essa realidade de perto, os transportadores de bloco recebem um salário mínimo, e a grande maioria não consegue manter a família com o que recebe, ao terminar o expediente, trabalham nos fornos, colocando os blocos para assar (Figura 02).



**Figura 02 – Trabalhadores da Cerâmica Santo Antônio no povoado Rio das Pedras no município de Itabaiana**  
Foto: Adelli Nascimento, 2010

Em entrevista, um trabalhador da cerâmica nos disse que “mesmo cansado de um dia inteiro de trabalho, vou colocar os blocos para assar, o que recebo é pouco e não dá para manter minha família, o que recebo no fim do dia ajuda”.

Outro empregado da indústria nos disse que também trabalha na agricultura nas horas vagas, pois o que recebe na cerâmica não dá para sustentar sua mulher e sua filha, e aos finais de semana, principalmente, trabalha na agricultura, e confessa que se pudesse só trabalhava na agricultura.

O que planto eu como, só pra isso mesmo, não tem como vender no mercado ou na feira, mas já é suficiente, porque o dinheiro daqui (da cerâmica) é pra outras necessidades, se tivesse que comprar tudo seria mais difícil ainda. Mas o que eu queria mesmo era trabalhar pra mim mesmo, mas as condições de trabalho na terra não são boas, se ficar só na terra, passa fome (R P 1).

A exploração do trabalho é muito grande, em muitos lugares o trabalhador acaba morrendo subitamente, provocado pelo ritmo e intensidade do trabalho, isso acontece muito nos canaviais, nos cafezais, e nas indústrias, além do trabalho intenso as péssimas condições de alimentação e moradia contribuem para a redução da expectativa de vida do trabalhador.

Segundo Locatel (2008) essa característica desumana e perversa predomina nas relações de trabalho no setor canavieiro tem levado à exploração extrema do

trabalhador, uma vez que o salário que ele receberá depende da capacidade física de cada um, o que torna essa forma de salário uma das mais arcaicas existentes no meio rural brasileiro. E, destaca que, mesmo havendo aumento da produtividade do trabalho não há aumento de salário.

Não é raro que, em meio a tanta exploração do trabalhador, em muitos casos, ocorra mortes súbita por exaustão. Locatel (2008) destaca que de acordo com dados da Comissão Pastoral do Migrante, em 2004 houve pelo menos onze mortes de cortadores de cana no estado de São Paulo. Entre 2005 e 2006, o Serviço Pastoral dos Migrantes registrou 17 mortes de trabalhadores migrantes no corte da cana nesse estado. Em 2007, foram registradas mais cinco mortes de migrantes por excesso de trabalho nos canaviais de São Paulo.

Podemos inferir, portanto, que a busca desenfreada pela extração da mais valia, leva o capital a usar todos os artifícios possíveis. Contudo, vemos os reflexos da reestruturação do capital em todos os meios, seja no urbano ou no rural, e, ainda que em certas áreas não tenha “chegado” a tecnologia, onde possamos ver de fato a modernização, podemos ver os reflexos do capital (mundializado) através da monopolização sobre venda de determinados produtos ou monopolização das terras (extração da renda da terra).

No município de Itabaiana, mais especificamente no povoado Carrilho, quase não encontramos trabalhadores lidando com a agricultura, embora muitos dissessem que esta atividade é de sua preferência, a grande maioria da população trabalha na produção de castanha de caju ou na indústria ceramista.

A castanha de caju *in natura* é proveniente, principalmente do Piauí, e em menor quantidade da Bahia. Os sacos de castanha *in natura* são repassados aos trabalhadores, por meio dos atravessadores, estes sacos, inicialmente pesam, em média, 50 quilos. Após passar pelo processo de produção (torrar na brasa, ser quebrada e tirada a pele), os sacos, que pesavam 50 quilos, passam a pesar entre 11 a 15 quilos. Para finalizar o processo de produção é necessário um dia inteiro de trabalho, e estes produtores recebem apenas R\$15,00 reais por todo o trabalho realizado para processar um saco de castanha *in natura*.

Estes não podem vender a ninguém a sua produção, apenas ao atravessador e, como tudo é controlado, não pode retirar nada da produção, pois tudo é contabilizado no pagamento e caso tenha uma diferença grande no peso final da produção o trabalhador é ameaçado de não trabalhar mais para o mesmo.

Durante a realização do trabalho de campo questionava os trabalhadores se eles não poderiam comprar a castanha *in natura*, prepará-la para o consumo e em seguida vendê-la nas feiras ou entregar nas cidades e, um morador do povoado Lagoa do Forno, respondeu:

Isso é coisa de gente grande, de quem tem estudo e conhecimento na cidade, eles já tem a quem vender nas cidades. Vai eu, sem conhecimento com ninguém, não vendo nada e fico sem trabalhar. (GDI 1).

É notória a submissão dos trabalhadores ao capital; estes não têm condições de manterem-se apenas com a agricultura, e têm medo de “aventurarem-se” nas cidades. A subordinação ao capital, ao capitalista, ao atravessador, tira-lhes a visão da “estrada”, e recolhem-se em “seu(s) mundo(s)”. Desse modo, também lhes são tolhidas a ideia da luta, e, acomodam-se, alienam-se, não se reconhecem no próprio trabalho, não têm dimensão da exploração, da extração da mais valia em cima do seu “suor”.

Perceber-se a reestruturação produtiva do capital no município através da busca por trabalho não-agrícola, como a cerâmica, a produção de castanha, garçons, frentistas, moto-taxistas, entre outros, como também pela monopolização da produção, seja da castanha de caju, seja dos hortifrutigranjeiros. Enquanto a grande maioria sofre as mazelas provocadas pela exploração e pobreza no campo, há uma minoria, que fica cada vez mais rica com o trabalho destes.

Pode-se ver também ocorrendo com frequência, o fenômeno das migrações. Diariamente trabalhadores se deslocam das suas propriedades, para trabalhar noutras propriedades, na maioria das vezes não são assalariados, trabalham e recebem o pagamento em produtos de subsistência, plantados por eles próprios. Numa outra situação, camponeses migram (temporariamente ou de forma definitiva) para outras cidades em busca de melhores condições de vida.

Nota-se (ainda no trabalho de campo), que a modernização não é tão explícita, grande parte dos camponeses se utiliza apenas do arado e da enxada para plantar, todavia, nas fazendas dos mais abastados, é notório o uso de tratores, adubos e inseticidas. Em entrevista, uma moradora do Povoado Carrilho, disse o porquê de não trabalhar na agricultura:

Não trabalho por que chegou esse negócio de castanha, e negócio de roça é mais devagar. Depois do trator o servicinho nas roças é mais pouco. Ali (apontou para o lado) tem um fazendeirão, não bota um

trabalhador, tudo é o trator que faz. O serviço da castanha com toda “ruindade” é bom pra tirar um dinheirinho (CR 1).

Mesmo com a modernização não sendo tão intensa, ainda assim, esta serviu para acirrar a competição desleal entre os que têm acesso a tecnologia e os que não têm. Além de ter diminuído a quantidade de empregos na agricultura.

A moradora citada acima mostra a situação das suas mãos, com uma casca vermelha em volta. A entrevista foi feita num dia de domingo, enquanto a mesma lavava roupa numa bacia no chão, e esta confessou preferir a cidade à vida que leva hoje, mas prefere o campo, caso trabalhasse em sua própria terra:

Se eu tivesse com o que sobreviver na cidade eu preferia. Você já pensou sentar duas ou três horas da manhã até meio dia, uma hora, sem se levantar? Mas se fosse trabalhando numa terra minha, prefiro a roça (CR 1).

Tais situações, nas quais não se encontram condições de se manterem, nem de manterem suas famílias no campo com o trabalho agrícola, além da desleal concorrência, os que não possuem a terra e também não encontra trabalho, a alternativa é o trabalho não-agrícola, mesmo contra a vontade (cerca de 98% dos entrevistados preferem o trabalho agrícola), este é o que mais cresce no meio rural de Itabaiana. Isto é reflexo da reestruturação produtiva do capital no campo, a Tabela 01 nos mostra a realidade no trabalho apresentado pelo município em questão.

É grande o número de camponeses que trabalham no agrícola e não-agrícola ao mesmo tempo, intensificando ainda mais a exploração da mão-de-obra camponesa. Na Tabela 01 verifica-se que o número de camponeses que trabalha na agricultura por conta própria é grande, na maioria dos casos plantam raízes para o consumo, não conseguem reproduzir-se socialmente apenas com o trabalho na agricultura e por isso procuram o trabalho não-agrícola para conseguir manter-se e manter sua família.

**Tabela 01: Itabaiana: Porcentagem do trabalho agrícola e não-agrícola, 2010**

Tipo	Variações	%
Trabalho agrícola	Por conta própria	35,56
	Assalariado	0,99
Trabalho não-agrícola	Indústria ceramista	7
	Castanha de caju (a domicílio)	8,89
	Construção civil	4,94
	Comércio	10,87
	Empregado doméstico	4,94
	Outros	6,15
Trabalho agrícola e não-agrícola	Trabalho agrícola familiar; vários tipos de trabalho não-agrícola	20,66

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

É notório, que o trabalho não-agrícola é intenso nessa área do Estado de Sergipe, quase metade dos entrevistados tem esse tipo de trabalho, e a renda obtida com essas ocupações (na maioria dos casos) é a renda principal (Figura 03), dentre os setores da economia que se destacam no trabalho não-agrícola do município está o setor secundário (indústria ceramista, olaria) e o setor terciário o comércio, bem como, o trabalho doméstico.



**Figura 03 – Família de camponeses trabalhando na produção de castanha que representa a principal fonte de renda, povoado Lagoa do Forno, Itabaiana - SE**

Foto: Laércio Santana Filho, 2010.

A maioria dos que trabalham na agricultura é para o consumo, o que acarreta nos menores salários no campo em comparação aos da cidade, pois a renda advinda do

trabalho não-agrícola não é destinada para o pagamento de aluguel de casa, nem para comprar alimentos, desse modo, é preciso “menos” (renda) para se manter no campo, o que leva a maiores lucros para os donos das empresas rurais, ou atravessadores que monopolizam a comercialização de produtos agrícolas produzidos pelos camponeses.

Grande parte da população que mora na zona rural do município nasceu em Itabaiana mesmo, algumas migraram para outros lugares em busca de empregos, mas devido à baixa escolaridade conseguem apenas empregos como doméstica, Office boy, no corte da cana, nas fazendas de café, e, na maioria das vezes, não conseguem arcar com as despesas, nem sustentar-se, muito menos enviar dinheiro para a família, esse quase sempre é o principal intuito.

Além das condições ainda mais precárias da moradia nas cidades, moram nas periferias e em casas alugadas, e, em meio à violência urbana e a convivência diária com o tráfico, com a prostituição e com a fome. Os filhos, quando saem de casa, são sempre por causa do emprego ou do casamento. Sobre isso um entrevistado afirmou:

Moro na cidade e venho trabalhar no campo todo dia, acordo as 4:00 horas da manhã e as 5:00 horas pego o carro, eu prefiro trabalhar assim que trabalhar em casa de família, como recebo pelo que trabalho, tem dias que trabalho mais, tem dias que to cansada e trabalho pouco. Aqui é divertido, é todo mundo amigo. Meus filhos moram em São Paulo, aquilo é lugar de gente?! O mais velho foi trabalhar na colheita de café, sempre que falava com ele (aos domingos pelo telefone) me dizia que tinha muitos amigos que usavam drogas para suportar o trabalho puxado, sempre reclamava da comida (arroz com mortadela). O que faz o jovem querer ir pra lá é a carteira assinada, só isso, pra receber o seguro desemprego quando voltar. Repare se vale a pena esse desgaste todo por causa do seguro desemprego, as vezes não dá nem pra comprar uma moto quando voltam, meu filho não aguentou, e voltou (CR 2).

A grande maioria dos jovens migra em busca de melhores condições de vida e, na maioria das vezes, não as encontram, acabam voltando para o município de origem, ou até mesmo, ainda que não tenha acontecido o esperado por estes (boas condições de vida), permanecem fora, longe da casa e da família, para não ser mais um em casa, para não aumentar a fome. E, muitas vezes, se submetem a condições inferiores em relação à vida que levavam com os pais (moram de aluguel nas periferias das grandes cidades, se alimenta inadequadamente), para conseguir ter uma carteira assinada, pois 100% dos entrevistados que trabalham na agricultura, no município de Itabaiana, não tem carteira de trabalho assinada.

A lógica do trabalho está subsumida a lógica do capital e, diante de todos os macetes utilizados para a reprodução ampliada do mesmo, o trabalhador fica “encurrulado”, sem alternativas para livrar-se das imposições deste.

O processo de exploração do trabalho refere-se à degradação das condições de trabalho e emprego e é utilizado, com mais frequência, em relação ao trabalho informal. A classe trabalhadora não se restringe aos proletários ou subproletários, sejam estes urbanos ou rurais, mas incluem os trabalhadores avulsos, temporários, diaristas, seringueiros, pescadores, camponeses sejam estes com pouca terra ou que lutam por terra, entre outros, estes são homens e mulheres que enriquecem a noção do sujeito social que trabalha.

Segundo Antunes (1999), de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado), e por outro lado do capital (grande proprietários de terra, latifundiários, capitalistas), e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), têm-se os elementos centrais e conceitualmente estruturantes das diferentes formas geográficas. Assim, o trabalho diante delas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês), desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas ou improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe, e níveis diferenciados de consciência de classe.

Ainda para o autor, dessa forma, estaríamos colocando em questão a fluidez com que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora no campo, no Brasil, extrapolando os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; colhedor de algodão; servente de pedreiro na construção civil; metalúrgico e em outros tempos, temporada, ser ocupante de terra, segurança, motorista, catador de papel e papelão, camelô, etc.

Desse modo, a figura do camponês é vista como uma multiplicidade de sujeitos em luta, e busca sua reprodução social não mais como proprietário da terra e detentor dos meios de produção, mas como trabalhador rural, assentado, ocupante, sem terra.

Com a reestruturação produtiva do capital há transformações no meio rural do município em questão. A modernização no campo, embora não tão expressiva quanto noutras regiões do país, também tem contribuído para aumentar o índice de miserabilidade dos municípios, diminuindo a mão-de-obra empregada e substituindo

por máquinas. Por outro lado, o camponês que não “acompanha” a tecnologia, não tem condições de “competir” com os detentores do capital no mercado, embora essa competição jamais tenha sido o seu objetivo, a desigualdade da mesma, faz com que o camponês não consiga manter-se na terra apenas com o trabalho agrícola, torna-se proletário no campo e submete-se a condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Embora a crise do capital tenha raízes profundas, os capitalistas as enfrentam de modo superficial, não atingem a raiz do problema, muito menos “revolucionam” o modo de produzir. Assim, reestrutura o padrão de acumulação sem de fato transformar os pilares essenciais, ou seja, reorganizam o ciclo reprodutivo e preserva os seus fundamentos. Dessa maneira, o capital visa alternativas que lhes proporcione maior dinamismo, maior produção, maior lucratividade, com mais cortes nos gastos, por isso, as transições entre os padrões de acumulação para novas formas de acumulação.

### **3 A LÓGICA DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA BUSCA DE NOVOS ESPAÇOS DE ACUMULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA**

É sabido que o capital busca novos espaços para acumular lucros e utiliza-se dos mais diversos mecanismos, sejam estes: agroindustrialização, realocização industrial, terceirização da produção, modernização agrícola. Sendo assim, faz-se necessário compreender as estratégias utilizadas pelo capital, seja na figura do capitalista industriário, latifundiário ou do próprio Estado, para alcançar seu principal objetivo. Todavia, para atingi-lo, são utilizados meios como: exploração da mão-de-obra familiar, expropriação e a alienação do trabalho.

O Estado, que deveria ter como princípio básico prestar assistência à sociedade, apresenta-se como financiador da produção do camponês. Contudo, seus programas, que muitas vezes apresentam características assistencialistas, além de não suprir as necessidades camponesas, “libera” o Estado de suas obrigações para com o camponês, gerando mais dependência que solução para a pobreza no campo, além de favorecer a sujeição da renda camponesa ao capital.

Para tanto, tem-se como objetivo analisar os caminhos percorridos pelo capital, no município de Itabaiana, para apoderar-se dos meios de produção do camponês, bem como, verificar a assistência prestada aos camponeses deste município, através dos incentivos financeiros dados pelo banco e pelo Estado, através de programas como PRONAF.

#### **3.1 Estratégias do capital**

No processo de reprodução do capital são várias as estratégias adotadas, individualmente e coletivamente, pelos donos dos meios de produção, na busca pela reprodução ampliada. Sendo assim, no que concerne a territorialização do capital no campo, serão abordados a agroindustrialização, realocização industrial, atuação do Estado, PRONAF, financiamentos agrícolas e modernização do campo.

##### **3.1.1 Agroindustrialização**

O desenvolvimento atual da agricultura está, em grande parte, atrelado à indústria e, a internacionalização da economia brasileira em muito tem contribuído para isso, principalmente, em decorrência das exportações da matéria-prima que em muito contribuiu/contribui para o pagamento da dívida externa. Contudo, no capitalismo, para

lucrar mais é preciso produzir mais, ou reduzir custos de produção, ou ampliar a exploração do trabalho. No caso do campo brasileiro esses três aspectos estão presentes, e o caminho para a materialização desse processo tem sido as máquinas (incorporação da técnica), que, conseqüentemente, leva à agroindustrialização.

Diante da proletarização do camponês, e algumas modificações em sua economia natural, criaram-se bases para a hegemonização do modo de produção capitalista no meio rural. Para Marx (1971), toda a história econômica da sociedade, se resume na antítese existente entre cidade e campo, essa contradição é fundamental a toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias. Porém, o modo de produção capitalista, desfaz e refaz os laços existentes entre estes. Rompe a priori a união agricultura e manufatura, e ao mesmo tempo, cria condições para uma nova síntese, como a junção da agricultura e da indústria, sobre as estruturas que se desenvolveram em mútua oposição.

A modernização no campo (entendida com base da incorporação de novas técnicas à produção) teve maior impulso a partir do pós-guerra, em um esforço de aumentar a produtividade, principalmente em decorrência da política de substituição de importações, no caso brasileiro. A agricultura torna-se intensiva, produz mais, mas passa a depender do exterior – e, portanto das exportações, da capacidade de endividamento externo e das políticas comerciais e cambiais – para importar máquinas e insumos. A priori, havia a preocupação com “o que” seria produzido no interior do país, em decorrência das exigências do mercado nacional, contudo havia limitações nos instrumentos necessários a produção, estes dependiam das iniciativas individuais e pioneiras dos produtores. Em contrapartida, atualmente, pode-se dizer que a forma de produzir é imposta por instâncias externas à unidade de produção, e o camponês se vê “obrigado” a adotar todas as regras sob pena de não sobreviver em sua terra.

Contudo, a modernização consolidou-se, no Brasil, a partir da década de 1960. E neste sentido, a agricultura brasileira toma “novos” rumos, não cresce apenas em função das *commodities* para o mercado externo, mas também em função das demandas industriais que se estabelecem sobre a agricultura, e o camponês, em busca da sua permanência na terra e da sua reprodução social, muitas vezes, produz o que o mercado quer que o mesmo produza.

Pode-se perceber até certo ponto, a “subordinação” do trabalho agrícola à indústria, esta (a agricultura), em muitos casos, não sendo mais “autônoma”, pois ao

ditar as regras de o que plantar, o que produzir e em qual época do ano, o mercado toma para si “as rédeas” do trabalho agrícola, e dita suas regras.

É notório o crescimento do trabalho acessório no meio rural, no qual o camponês passa a trabalhar não mais em sua propriedade, mas fora desta. E em relação à industrialização no campo o que trás um maior impacto ao camponês é a mudança no processo de trabalho agrícola, no qual este (o camponês), muitas vezes, deixa de ser autônomo e controlador dos meios de produção, para se tornar um complemento das máquinas. O ritmo (seja nas agroindústrias, seja nas grandes fazendas) é imposto aos camponeses, por um sistema no qual o pagamento é feito de acordo com o que foi produzido em um dia inteiro de trabalho. Portanto, para alcançar um salário que supra a necessidade familiar, é necessário trabalhar intensamente. Esta é a verdadeira “cara” da agroindustrialização que permite a criação de um proletariado rural explorado, diminuindo a possibilidade de reprodução social do trabalhador camponês, mantendo-o, de certa forma, distante do controle do processo de trabalho.

A mecanização no meio rural sergipano não é tão expressiva, porém em alguns municípios como no de Capela, Laranjeiras, Nossa Senhora da Glória, dentre outros, podemos perceber a agroindustrialização através das usinas de açúcar, onde são produzidos o açúcar, aguardente, rapadura, produção de álcool e até energia elétrica, como na usina Iolando Leite no município de Capela.

Em trabalho de campo a estas usinas (noutro momento, não relacionado à este trabalho), percebeu-se todo o incentivo do Estado para mante-las; o presidente de uma destas nos falou da quantia gigantesca do empréstimo que havia sido feito, e que o nome atual da usina havia sido mudado há pouco tempo, e já tinha passado por mudança de nome outras vezes. O que nos coube observar que, quando se aproxima a data limite para o pagamento do empréstimo, a firma abre falência e muda de nome, renovando outros empréstimos, estes são concedidos porque, além de ser uma “ajuda” ao capital, a usina no campo abre novos empregos, tanto para o camponês, quanto para o bóia-fria, de um lado mantém o homem no campo não contribuindo para o inchaço das cidades, e por outro diminui a pressão pela geração de empregos nas cidades.

No município de Itabaiana, não constatamos a presença das agroindústrias. Contudo, destaca-se neste município as casas de farinha, pode-se notar com a ida a campo a grande importância, para a população rural do município, da mandioca e seus derivados, em especial a farinha, que desde os tempos remotos fora cultivada em solo sergipano, sendo que a maior parte era exportada para a Bahia e Pernambuco.

Atualmente, mesmo diante de uma queda relativa em relação à produção de farinha, ainda há uma grande importância desse alimento para a população rural, todavia a produção sergipana de mandioca não atende às demandas das casas de farinha. Assim, em vários municípios que produzem a mesma, recorre-se à matéria-prima de outros estados, a exemplo da Bahia. Entretanto, a farinha produzida em Sergipe é exportada para a própria Bahia, Pernambuco, Alagoas e São Paulo.

O produto exportado é proveniente principalmente do município de Lagarto, sendo que o município de Itabaiana é responsável por 70 % da comercialização da farinha de mandioca consumida em Sergipe (IBGE, 2000). É grande a população do campo que sobrevive das casas de farinha no Estado, seja o agricultor, o proprietário e os trabalhadores das casas de farinha, o atravessador, o feirante, além dos municípios e o Estado que arrecadam impostos pela sua produção e comercialização. Assim, a mandioca ajuda a movimentar a economia sergipana.

Destaca-se também, a produção de castanha de caju a domicílio, que será mais detalhado ao longo deste trabalho, bem como, o fato de parte da produção agropecuária ser processada em agroindústrias localizadas noutros municípios do estado, ou seja, mesmo não tendo grande destaque na agroindustrialização, o município em questão abastece com matéria-prima algumas agroindústrias.

Entretanto, podemos ver que, embora a tecnologia esteja cada vez mais crescendo no meio rural do Brasil, esta não atingiu em massa todo o território brasileiro, e, como alguns autores tais como Teixeira (1996), Botelho Filho (1999), colocam a agroindústria como a prova de que o rural está por um fio e que tudo está se tornando urbano, vimos que esta é uma colocação não verídica, o meio rural, mesmo modificado, continua rural.

### **3.1.2- O monopólio do capital sobre a produção, sem, contudo, territorializar-se**

No meio rural, o processo de industrialização se instalou, e “proporcionou”, a possibilidade dos latifundiários de apropriar-se da renda capitalista da terra, fazendo com que intensificasse a concentração fundiária, contudo, ao passo em que se intensifica a territorialização do capital, contraditoriamente, a agricultura camponesa também é mantida. Oliveira (2008, p. 468) explica tal fato dizendo que o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não tem necessariamente

se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses.

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Um processo engendra o outro. Como consequência desse movimento contraditório, temos ora o monopólio do capital na produção, ora esse monopólio, sobretudo, instaura-se na circulação. No atual estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura (OLIVEIRA, 2008).

Pode-se ver em campo, que a tecnificação do meio agrícola não é homogênea, portanto, podemos dizer que não há de fato uma modernização, a porcentagem de propriedades que se utilizam de tratores, colheitadeiras, adubos, dentre outros, é infinitamente menor que as que não as utiliza, isso em nível de Brasil. E, mesmo que se leve em consideração o estado mais industrializado, que é São Paulo, ainda assim, o número de propriedade que se utiliza de insumos industriais é menor que as que utilizam.

No campo do município de Itabaiana, a reestruturação do capital é notória, porém, não de modo a observar alta tecnologia, todavia, podemos verificar o capital no controle da circulação de produtos, seja para a comercialização nos supermercados do próprio estado, seja para a exportação dos produtos para outros estados ou até mesmo outros países (como é o caso dos derivados da batata doce).

O abastecimento de produtos agrícolas dos grandes supermercados do estado de Sergipe é garantido, em grande parte, pelo município de Itabaiana, isto leva o camponês a ficar a mercê das regras postas pelos donos do capital comercial. Se por um lado o camponês decide plantar o produto que seja da sua vontade, a falta de recursos e de incentivos, impossibilitarão sua permanecer no meio rural. Contudo, por outro lado, se este arrenda a sua terra, ou faz pacto com o capitalista, perde, de certo modo, a sua liberdade, pois, só deverá plantar o que o capitalista impuser, e só poderá vender sua produção a preços muito baixos, o capitalista monopolizará a circulação da produção.

A comercialização dos produtos não é feita apenas no estado de Sergipe, produtos como a castanha de caju é exportada para a Bahia, São Paulo e Paraná. Na maioria das vezes, os atravessadores são quem realizam a comercialização das

mercadorias agrícolas, mas, presenciamos também, algumas famílias que produziam a castanha durante alguns meses e posteriormente os homens (pai e filhos mais velhos) vendiam no sul do país.

O monopólio da circulação dos produtos pode ser visto, além da produção de castanha de caju, na venda das hortaliças e leguminosas, por parte do atravessador, este monopoliza a comercialização da produção, e paga um preço muito baixo ao camponês pelo que produziu. Para Oliveira (2008) quando o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e redefine relações de produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. A produção do capital nem sempre é gerada por relações especificamente capitalistas de produção.

### **3.1.3 Relocalização Industrial**

Para melhor compreender a reestruturação produtiva no campo se faz necessário abordar a relocalização industrial que se observa nas últimas décadas (desde 1990 até os dias atuais).

Na ciência geográfica, encontram-se estudos que vão desde a identificação dos fatores de localização industrial, da organização espacial de empresas tanto nacionais quanto multinacionais, bem como as relações de trabalho estabelecidas, além da mobilidade do trabalho, e, ao monopólio, seja da terra ou da circulação da produção.

As “transformações” que ocorreram no espaço brasileiro, relacionadas às mudanças econômicas relativas às mudanças das formas de operação da economia que foram decorrentes da abertura comercial e financeira, além do advento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e da “estabilidade” monetária (em especial no pós plano real), influenciaram a mobilidade das atividades econômicas, principalmente, a industrial.

A reestruturação produtiva do capital, que fora evidenciada no novo modelo de economia mundial, mudou, significativamente, o rumo da indústria, anteriormente concentrada nos países tidos como centrais e considerada um dos ramos de grande concentração de empregos, sendo a indústria uma das grandes responsáveis pela urbanização (êxodo rural). Atualmente, com as constantes crises do capital, seu novo modelo se baseia na produção flexível ou pós-fordista<sup>2</sup>, numa tentativa de superar o

---

<sup>2</sup> Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de

modelo anterior. Este “atual” modelo se caracteriza, em linhas gerais, pelo uso intensivo de novas tecnologias, flexibilização do trabalho, diversificação das séries, dentre outros.

De certo modo, tal “superação” do modelo anterior, modifica o espaço e, conseqüentemente, há uma nova divisão territorial do trabalho, onde as grandes empresas são realocadas em áreas que apresentam maiores vantagens competitivas para estas. A priori, tais vantagens eram encontradas (nos países periféricos) nas grandes cidades, nas quais o acesso à informação, ao transporte, dentre outros, era mais facilitado.

Atualmente, as áreas interioranas e rurais, são as mais procuradas pelas empresas estrangeiras e nacionais, para a localização das mesmas. Portanto, está havendo uma grande desconcentração industrial, principalmente, pela mão-de-obra abundante e barata, que existem nesses meios mais afastados das grandes metrópoles, além desta, há a isenção fiscal, como fator que estimula esse processo. Nestes, também há maior possibilidade, por parte do capital, de explorar ainda mais a mão-de-obra familiar, pois, o salário do proletário urbano é mais elevado que o das áreas mais interioranas e rurais. Assim como, nas áreas mais distantes das grandes cidades, a oferta de solos apresenta-se mais baratos, em muitos casos, há também isenção de impostos, além de maiores espaços para expansão e circulação de mercadorias, e estacionamento.

O processo de desconcentração industrial, no Brasil, além de provocar a realocação de investimentos em cidades médias, tem estimulado a instalação de indústrias em áreas rurais. As indústrias buscam o meio rural para extrair o sobretrabalho da população do campo, e não ocorre de maneira diferenciada em Itabaiana. O pagamento de impostos sobre a terra, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), são mais baixos que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), além de encontrar no campo uma grande concentração de desempregados e/ou camponeses sem condições de permanência no campo, o que leva os mesmos a aceitarem todo tipo de trabalho e salários mais baixos, posto que a subsistência do camponês, na maioria das vezes, é proveniente do plantio em sua propriedade, e o salário recebido pelo trabalho não-agrícola, serve para comprar apenas o que os mesmos não podem plantar, ou seja, a renda proveniente da indústria ou agroindústria lhes serve para comprar bens de consumo industrializados (roupas, sapatos, entre outros) ou para investir na produção agrícola.

---

fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, P.140).

Oliveira (2007, p. 32) diz que

A agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir e na da circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços vis. O endividamento constante é a consequência desse balanço desfavorável.

Verifica-se, assim, que o capital está juntando o que havia separado antes, a agricultura e a indústria, segundo (OLIVEIRA, 2007, p.32) “o capital solda o que ele mesmo havia separado: agricultura e indústria, cidade e campo. Aqui, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo”.

Em campo pode-se notar que grande parte dos donos de indústrias não são dos povoados em que as mesmas estão implantadas, no máximo, são de Itabaiana (sede do município), e alegam terem ido para o campo devido a concorrência nas cidades, ou porque já tinham um terreno na localidade, além da proximidade da matéria-prima, a argila, já que grande parte das indústrias são no ramo da cerâmica.

A escolaridade dos que trabalham nestas indústrias é baixa, ou seja, a falta de qualificação profissional, aliada à falta de investimentos na produção agropecuária, portanto ausência de meios que assegurem o homem no trabalho agrícola, faz com que os mesmos busquem as indústrias. Contudo, os fatores que levam a implantação de uma indústria em determinada área, podem ser: proximidade da matéria-prima, mão-de-obra abundante e barata, facilidade no transporte (por terra ou por água), proximidade do mercado consumidor.

O município de Itabaiana possui 286 empresas, sendo que muitas delas estão localizadas em áreas rurais ou em povoados. Assim, podemos constatar que o crescimento industrial tem contribuído para a movimentação do mercado local, bem como, para a diminuição do desemprego no município, dentre as principais indústrias estão: Fábrica de café Novo Horizonte, fundada em 20 de março de 1974; Indústria Nova Aurora, fundada em 20 de setembro de 1962; UBATAL, beneficiadora de Algodão, fundada em 17 de março de 1988; Fábrica de Vinagre Reunidos Fontes, fundada no ano de 1969; Cerâmica Mandeme Ltda, fundada em 1999; Cerâmica Marcela Ltda, fundada em 1º de julho de 1994; Fábrica Nordeste Mármore e Granito, fundada em 8 de setembro de 1994 (SERGIPE PANORÂMICO, 2002).

Na área rural do município, constata-se a presença de muitas indústrias ceramistas, mas apenas uma destas apresentam trabalhadores com carteira assinada, as

outras, são menores, localizam-se nos fundos das casas dos proprietários e, mesmo pequenas, empregam grande parte da população local.

A produção de castanha de caju é outra atividade com grande destaque no município, principalmente nos povoados Carrilho e Lagoa do Forno, onde a maioria dos moradores trabalha na produção. Nestes povoados, pouco se encontra camponeses trabalhando na atividade agrícola. Contudo, os entrevistados confessaram não trabalhar na agricultura porque o que recebe do trabalho agrícola não dá para o sustento da família, por isso, é necessário submeter-se à exploração do trabalho na produção de castanha.

A castanha *in natura* é proveniente de outros estados principalmente do Piauí, a produção do município vai para cidades da Bahia, do Rio de Janeiro, de Alagoas, de Brasília, São Paulo, Santos, Guarujá além de outras localidades. Famílias inteiras participam do processo de produção, que apresenta-se da seguinte maneira: a castanha é deixada ao sol, em grandes áreas calçadas, em seguida torradas e descascadas, antes da seleção qualitativa. Os trabalhos são diurnos e noturnos.

Assim, pode-se perceber que as indústrias, desde a mais artesanal até as que utilizam-se de máquinas de grande porte para funcionar, invadem, de certo modo, o meio rural, e dão a falsa impressão de melhoria nas condições de vida da população rural, pois junto a estas vem o trabalho para a população local. Todavia, o trabalho não-agrícola, para o camponês é a prisão, é ausência de autonomia, é exploração.

### **3.2 A Atuação do Estado**

O espaço agrário, tem se tornado, cada vez mais, o meio onde o capital mostra suas características mais perversas e marcantes, um meio onde a acumulação de capitais é o mais importante, ainda que para essa reprodução ampliada, seja necessário explorar, expropriar, excluir. Nesta incansável busca por lucros, o Estado, que deve ter como base a assistência à sociedade, apresenta-se como um dos grandes reguladores do modo de produção vigente e dá respaldo à essa busca desenfreada pelo processo acumulação ampliada do capital.

#### **3.2.1 Incentivos Fiscais e criação de infra-estrutura para os detentores do capital**

A despeito do que fora explanado no capítulo anterior, as diversas “fases” pelas quais passou capitalismo (desestruturação, reestruturação, mundialização,

financeirização), levou/leva o mesmo a constantes crises, e estas tem sido contornadas pelo enxugamento de gastos. Enxugamento este obtido através do desenfreado desemprego, da precarização do trabalho, que impôs o recuo das conquistas sociais dos trabalhadores.

A falta de emprego, ou de segurança no mesmo, tornaram-se o ponto-chave na desregulamentação das leis trabalhistas. Desse modo, o desemprego estrutural, assim como o trabalho temporário “obrigam” o trabalhador a buscar qualquer tipo de trabalho, posto que é necessário sobreviver, ficam a mercê dos grandes capitalistas que lucram com a falta de amparo no trabalho.

O Estado sempre esteve presente no funcionamento da sociedade capitalista, muda a forma de funcionar à medida que a sociedade também se modifica e o capitalismo amadurece. Harvey (2005) diz que o Estado não é a expressão ativa, consciente e oficial da atual estrutura da sociedade como disse Hegel, mas, como disse Karl Marx e Engels (1974, citado por HARVEY, 2005), o Estado é uma forma independente que surge da contradição entre o interesse do indivíduo e da comunidade, portanto, todos os conflitos dentro do Estado são formas meramente ilusórias, nas quais os conflitos reais das diferentes classes lutam entre si.

Assim o Estado não é de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é “a realidade da ideia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico de seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 1941:155 *apud* HARVEY, 2005, p. 80).

O Estado é criado e sustentado pela sociedade como uma “força” (à parte) capaz de, aparentemente, manter o controle dos conflitos de classes e o interesse de cada uma delas. Entretanto, o Estado é controlado pela classe economicamente dominante e, em épocas distintas este atuou/atua em favor da classe que (por trás dos bastidores) representa, favorecendo desse modo os donos de escravos, os senhores de terras, os detentores do capital, em favor da exploração dos trabalhadores e do fortalecimento da

classe dominante. Portanto, a sociedade mantém o Estado e este serve de instrumento para a sua dominação, ou seja, aparece como o equilíbrio para os conflitos de classe e favorece a classe mais abastada. Nesse sentido, “o uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos” (MARX e ENGELS, 1970: 106, *apud*, HARVEY, 2005, p. 80).

É explícito o simulacro que envolve o poder estatal, aparentemente mostra-se em favor da sociedade em geral e como mediador dos possíveis conflitos de classe, e, contrariamente, encontra-se em favor da classe que apresenta maior poderio econômico. A classe dominante traz em seu discurso que suas ideias são as mais racionais e são para o bem geral da nação. Harvey (2005, p. 81) diz que assim essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de justiça, direito, liberdade são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico.

A intervenção do Estado é necessária como poder capaz de difundir suas ideias como sendo de interesse da sociedade como um todo. Sobre esse aspecto, Harvey (2005) diz que o Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários a reprodução e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro, contudo, o interesse privado não leva em consideração o interesse comum.

Para que o capital não fique concentrado nas mãos de apenas um grupo e este não conquiste o controle total de todos os instrumentos de dominação de classe, o Estado, segundo Miliband (1969) citado por Harvey (2005) divide-se em Governo Central, burocracia administrativa, polícia militar, ramo judicial, governos subcentrais, assembleias legislativas. Desse modo, o Estado impõe freios e equilíbrios ao sistema, evitando uma maior concentração de poderes nas mãos de um único grupo. Tal estrutura assegura que o Estado atue como árbitro efetivo entre os diversos interesses fracionários dentro da classe capitalista.

Portanto, o interesse da classe mais abastada prevalece, porém sem totais privilégios, pois se deve levar em consideração também a disputa interna a essa classe. Esse aspecto da manutenção do poder gera uma falsa ideia de que os interesses das classes subordinadas também são levados em consideração nas ações do Estado, ou seja, são considerados os interesses da classe dos subordinados (ainda que em menor

expressividade), desse modo, o poder não é “total a nenhuma classe”, apesar dos privilégios concedidos a classe mais abastada. Um exemplo são as políticas públicas que apresentam um “apoio” a classe baixa, a priori este apoio apresenta-se como algo de encontro aos interesses dos mais abastados, porém, a longo prazo, a vantagem acaba sendo direcionada a classe alta.

Programas sociais para a compra da casa própria, por exemplo, proporciona padrões mínimos de abrigo a classe baixa e abre-se um novo mercado para a produção capitalista, impulsiona o mercado imobiliário. Harvey (2005) considera inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores. E complementa dizendo que é bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido (HARVEY, 2005).

Portanto, o capitalismo cresceu, ascendeu e desenvolveu-se com o respaldo do Estado, as instituições e funções estatais tem sido criadas e transformadas ao longo do processo histórico com o intuito de satisfazer as necessidades do capital. O Estado não exerce suas funções de maneira igualitária nos países, mas de forma diferenciada, e embora haja formas diferentes da atuação estatal, o mesmo apresenta em comum sua base alicerçada na sociedade burguesa moderna.

Um exemplo claro de diferenciação das funções do Estado está na própria história referente a cada nação, como afirma Harvey (2005) a transformação do Estado Feudal emergiu o Estado Burguês, todavia, esta “transformação” ocorreu de diferentes maneiras: Nos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia não tiveram que superar sociedade feudal alguma; nos países europeus estas tiveram que ser superadas e nos países latino-americanos (colonizador por Portugal e Espanha) tiveram uma curiosa forma híbrida de capitalismo feudal. Nos países Europeus houve grandes diferenças na estrutura feudal.

O poder do Estado Camponês na Suécia e o poder do capital agrário e mercantil na Inglaterra no período pós-dissolução deram a ambos os países uma base muito mais ampla para o poder político do que era possível, por exemplo, na Espanha ou Prússia. Na França, o violento processo de transformação eliminou efetivamente a aristocracia feudal. Na Inglaterra o lento processo de transformação depois da guerra civil resultou na firme integração entre aristocracia e proprietários de terras, inicialmente na

agricultura capitalista e depois, no século XIX, na estrutura do poder industrial (HARVEY, 2005).

Contudo, o processo de transformação se diferencia muito de um país a outro, bem como o exercício do poder das instituições que formam o Estado. Todavia, o Estado continua a desempenhar suas funções básicas em cada um desses lugares, principalmente, “mostrando-se” como árbitro nos conflitos de classes e intraclasses da sociedade.

No caso brasileiro, também observa-se que o Estado está voltado a atender os interesses dos mais abastados, embora, as políticas públicas aparentemente mostre um Estado a favor do povo. Para que essa pequena concessão seja feita à população, é necessário que os capitalistas usufruam da grande parte do bolo. Por isso, políticas públicas tais como bolsa família, bolsa escola, vale gás, entre outros, servem, antes de mais nada, de “cala a boca” para a classe expropriada, que contenta-se com as migalhas.

A exemplo disso, o programa de governo “Minha Casa, Minha Vida”, é um dos programas que muito favorecem a acumulação capitalista. Neste, o governo “libera”, a depender da renda do mutuário (trabalhador que financia sua moradia), um valor, que é pago à construtora, através do sistema de crédito operado geralmente pela Caixa Econômica Federal. Neste procedimento, a burguesia extrai capital por diversos ângulos, ou seja, as construtoras constroem cada vez mais, recebem o valor concedido pelo Governo Federal. Contudo, o valor dos imóveis, desde a criação desse programa, tem aumentado absurdamente, favorecendo a acumulação ampliada do capital, nesse caso imobiliário. Nesse caso, o trabalhador assalariado não se beneficia em quase nada com esse programa, pois com os preços de casas e apartamentos elevados, acaba pagando o mesmo (ou até mesmo mais) que o preço que pagaria sem o programa. Contudo, o trabalhador compra a casa própria, realizando o sonho, na ilusão de que parte deste será pago pelo governo, que de fato será, mas o maior favorecido não será o comprador, mas sim quem constrói e financia.

No meio rural, também existem políticas públicas que, aparentemente, favorecem ao camponês, contudo, ao analisar tais política é notório que os beneficiados são sempre para os que detém o poder. Historicamente, pose-se citar como exemplo, os programas criados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), citados por Locatel (2004), segundo o qual os objetivos de cunho social recebem tratamento diferenciado dos de cunho econômico. Embora os documentos produzidos pelo MAPA assegurem a ideia de segurança alimentar, proteção ambiental,

diminuição da desigualdade no campo através do emprego e do aumento da renda, fazem parte dos objetivos principais desta política favorecer a expansão do capital no campo. De acordo com Locatel (2004) basta uma análise simples para se constatar que os objetivos do MAPA estão muito mais voltados para o estímulo no processo produtivo, conservando assim as características marcadamente produtivista, herdadas da fase de implantação do projeto de modernização da agricultura brasileira, baseada na Revolução Verde.

Para exemplificar a efetiva atuação do MAPA, pode-se citar alguns dos programas que vêm sendo implementados em alguns segmentos agrícolas. Programa Integrado de Apoio a Cafeicultura (pró-café), programa criado para dar continuidade a proteção oficial dada ao segmento desde a década de 1930 com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Além desses programas existem vários outros, que ao analisar os principais objetivos destes verifica-se que estão focados no aumento da produção, potencializar o processo de crescimento econômico do país, alavancar a modernização e a competitividade do agronegócio, inserir, cada vez mais, a agropecuária e o agronegócio nos mercados financeiro e de capitais, o que demonstra a real face destes programas, onde os paradigmas que servem de base para o direcionamento das políticas públicas para o setor agropecuário brasileiro, ainda são os mesmo de períodos anteriores, ou seja, continua-se adotando políticas que demonstraram, ao longo de três décadas, ser ineficientes para promover o desenvolvimento do meio rural, promovendo apenas o crescimento econômico, com altos custos sociais e ambientais, em alguns casos, gerando degradação dos recursos naturais, concentração de riquezas etc. (LOCATEL, 2004).

Dentre outros programas que estão ligados ao campo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apresenta considerável destaque. Neste, segundo Locatel (2004), pode-se verificar que existe concentração da aplicação dos recursos do crédito rural em alguns segmentos agrícolas, em especial naqueles ligados as cadeias produtivas mais complexas, ou destinadas ao mercado externo, como é o caso da soja, do milho, da bovinocultura, da avicultura, do arroz, em seguida aparece o fumo, o café e o trigo.

Locatel (2004) expõe o caráter setorial das políticas destinadas ao meio rural brasileiro. Segundo o autor isso pode ser notado principalmente quando se compara o volume de crédito destinado ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o crédito agrícola mantido pelo Ministério da Agricultura. E

complementa dizendo que mesmo sendo uma iniciativa diferenciada, o PRONAF não tem a consistência necessária para promover transformações significativas na realidade rural do país.

### **3.2.2 PRONAF: uma ferramenta para o fortalecimento do campesinato?**

O tão propalado “Desenvolvimento Territorial” no meio rural, que aparentemente se mostra mais próximo com todas as políticas públicas, incentivos fiscais e programa de financiamento ao crédito rural, na realidade está muito distante de se concretizar.

Compreende-se o desenvolvimento como totalmente atrelado ao social, portanto, para que haja esse “desenvolvimento rural”, é necessário, muito além da modernização no campo, da elevada produtividade, e das *commodities* que tanto “orgulha” o meio econômico agrícola do Brasil; é necessário uma melhor distribuição de renda, uma justa distribuição de terras (terras produtivas), é necessário meios de reprodução social para o camponês.

Contudo, enquanto permanecer a relação Terra-Capital-Trabalho assalariado, onde o capital em decorrência das suas constantes crises e na busca por sua ampliação subordina o trabalho e a renda da terra, não podemos pensar em desenvolvimento de fato para o campo, contudo, as linhas de crédito oferecidas aos camponeses, nada mais são que mais uma maneira de extrair a mais-valia por parte dos bancos, do capital, bem como manter a condição de pobreza do homem, que, como falado noutra oportunidade, esta é necessária para a manutenção da riqueza.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu em 1996, teve início em decorrência da falta de apoio, por parte do governo, ao meio rural na década anterior, o crédito farto e barato, concedido aos mais abastados durante a década de 1960, havia ficado escasso. O Programa tem como objetivo principal o apoio aos trabalhadores do campo, especialmente daqueles com maior dificuldade de integração econômica. Para tal propósito, este se organizou a partir de três modalidades: PRONAF Crédito, PRONAF Infra-Estrutura/ Serviços Municipais e PRONAF Capacitação.

A priori, o PRONAF Crédito era o principal liberador de créditos, concentrava seus atendimentos nas regiões sul e sudeste do país, e não se estendia a todos que trabalhassem no campo. Os menos abastados ficavam de fora, principalmente, por toda

a burocracia existente na lógica dos bancos, que repassam o recurso. Há pouco tempo, ocorreram algumas mudanças que, ao menos teoricamente, teriam como propósito a alteração do perfil do Programa.

Essas alterações tiveram como intuito ampliar a direção dos recursos a um número maior de agricultores familiares (camponeses), incorporando principalmente aqueles agricultores com menores condições financeiras, não só o PRONAF Crédito, como também, o PRONAF Infra-Estrutura, a ideia tem sido a de “fortalecer” esta classe menos abastada, estimulando o “desenvolvimento local”, a partir da incorporação do debate do paradigma do Desenvolvimento Territorial (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

O PRONAF Agroindústria tem como objetivo criar linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural (Ministério do desenvolvimento agrário, 2011).

Mattei (2006, p.51) destaca que:

Foram sugeridas mudanças no processo de concepção dos planos municipais de desenvolvimento rural, os quais deveriam contemplar outros aspectos, além das atividades agrícolas, para efetivamente dar o caráter de desenvolvimento rural.

Contudo, percebe-se que o viés da pluriatividade impera nos discursos atuais, ou seja, para que haja de fato o desenvolvimento, segundo autores como Sergio Scheneider (1999), Marques (1994/5), entre outros, é necessário investir não só na agricultura (agricultura comercial, diga-se de passagem), mas também investir na exploração do turismo rural, bem como outras atividades que não as ligadas “apenas” ao trabalho agrícola.

No entusiasmado fechamento do artigo de Schneider (2010, p. 26), Graziano conclama

aos agentes de desenvolvimento, por sua vez, cabe uma indagação sobre como o Estado e as políticas públicas poderão impulsionar a pluriatividade em contextos e situações em que ela é débil ou inexistente. Seja como for, a sociologia e as demais ciências sociais que se ocupam com os temas rurais tem aí uma promissora e instigante agenda de (pluri) atividades pela frente. (*apud*, MITIDIERO, 2011, p. 24)

Isso possibilita entender que a agropecuária pode não constituir mais o fundamento de existência de determinada classe social, que são os camponeses, e a prova destes fenômenos é informada pela teoria e não pela realidade (MITIDIERO, 2011, p. 24).

Todavia, o programa que leva o *slogan* de apoio aos menos abastados do campo, que nos impulsiona a pensar numa busca por melhores condições de vida para estes, bem como, nos leva a pensar que são levadas em consideração as reais necessidades do camponês, nada mais é que um “apoio” a manutenção da estrutura agrária do país, o viés produtivista ocupa o centro das ações do PRONAF, e este, contudo, deve visar o desenvolvimento das atividades não-agrícolas como forma de isentar o governo das suas obrigações com a população em relação a distribuição de terras, e, dar a impressão de que o campo está desenvolvendo, e com elevada “renda familiar”.

Além das fragilidades apresentadas anteriormente, há uma grande disparidade dos investimentos nas diferentes regiões do país, o que demonstra outra fragilidade do programa, tendo em vista que não visa a melhoria do campo como um todo, mas prioriza uma região em detrimento das outras, um “homem” em detrimento do outro. Na Tabela 02, pode ser vista a discrepância que ocorre nas regiões do país em relação a distribuição desses recursos.

**TABELA 02: Distribuição Regional dos Recursos do PRONAF**

Região	Percentual de Recursos (%)		
	1999	2004	2008
Norte	3,12	11,93	6,86
Nordeste	25,67	18,19	15,80
Centro-oeste	5,59	6,23	5,09
Sul	48,99	46,65	51,64
Sudeste	16,63	17	20,61

Fonte: IPEA (2010).

Pode-se ver através da Tabela 02 que há uma forte concentração dos recursos na região Sul do país e com uma inserção bem menor nas demais regiões, que respondem, com uma pequena quantidade de camponeses “organizados” em cooperativas. Com isso, alguns estudos chegaram a afirmar que estes mecanismos, na verdade, estão privilegiando as unidades familiares “mais eficientes”, em detrimento daquelas mais fragilizadas segundo Aleixo, Cruz e Lima (2007).

Outro fator mencionado por Aleixo, Cruz e Lima (2007), em relação à distribuição dos recursos apresentados na Tabela 02, foi o quadro natural do nordeste, pois, segundo os autores, este é um fator central que pode não só determinar a diferença entre os assentamentos com maior ou menor nível de desenvolvimento, mas também, impossibilitar o próprio desenvolvimento produtivo. Ainda que o nordeste tenha um grande número de famílias assentadas e uma grande carência de recursos por parte do camponês.

A diferença na repartição é amenizada, por estes autores, pelo determinismo geográfico, ou seja, o fato de os assentamentos se localizarem onde o solo não é fértil e não há chuvas constantes, inibe o programa de liberar fundos. Contudo, o que não se leva em consideração, é que as terras que são “liberadas” para a suposta Reforma Agrária, raramente são as terras que os camponeses escolhem, as terras que ficam acampadas durante anos, pelo contrário, são sempre as terras mais distantes e com péssimas condições de solo. Sendo assim, de um modo ou de outro, o camponês é quem sempre leva a desvantagem.

Para conseguir o crédito, é preciso passar por uma burocracia bancária, e, embora seja alarmado nas propagandas e sites do PRONAF, os juros baixos, há que se pagar o intermédio entre o camponês e o banco, porém, o chamado risco bancário, é pago pelo tesouro nacional, uma quantia gigantesca fica retida nos bancos, ou seja, os maiores beneficiados com o pagamento dos custos são os bancos.

Não há como negar os subsídios do governo com este Programa para o homem que trabalha no campo, contudo, há grandes distinções entre as regiões, bem como, há diferenciação entre a população de diferente poder aquisitivo. Entretanto, não devemos nos descuidar jamais das reais intenções, do banco, do Estado, do capital, levando o camponês a contrair dívidas, que ao serem pagas com o que sobra no fim do ano agrícola, eles (o banco, Estado e o capital), estão abocanhando toda a renda da terra gerada com o trabalho do camponês, que além de não usufruir da renda, pode perdê-la (a terra) a qualquer momento com o não pagamento da dívida.

A relação entre os camponeses e o sistema financeiro no qual o camponês não consegue grandes feitos com sua produção e não obtém dinheiro para pagar suas dívidas, expropria muitos destes, contudo, segundo Oliveira (2008), esta não é a razão básica da expropriação, mas, sua razão principal é que grande parte dos estabelecimentos no Brasil não consegue financiamento. Segundo o autor, cerca de 94%

não utilizam financiamento agrícola. A maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado, no Brasil, nas mãos dos médios e os grandes estabelecimentos agropecuários.

Enfim, não pode-se pensar numa melhoria para o campo brasileiro, quando as reais intenções dos que supostamente tentam esta, é apenas manter elevado os padrões de vida dos mais abastados em detrimento da população mais carente que sofre as mazelas impostas por um sistema injusto. Não há como pensar o desenvolvimento no campo de forma tão superficial, onde as bases fundiárias são extraordinariamente firmes, as políticas de financiamentos são ineficazes e não são acompanhadas de políticas de assistência técnica e extensão rural e programas de comercialização, para que os camponeses possam comercializar sua produção de forma justa, sem serem subjugados pelo capital agroindustrial, comercial ou usurário.

Segundo o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), o Índice médio de inadimplência dos tomadores de crédito do Pronaf B, em abril de 2006, era de 11% para o estado de Sergipe, e de 3,5% para Itabaiana citado por Lopes (2007, p.93), segundo o autor, a inadimplência não é tão elevada neste programa devido aos meses de carência, bem como, a cultura do camponês que está voltada ao cumprimento dos seus deveres, muitos pagam antes do prazo.

O assessor da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) tem a seguinte opinião sobre a elevação da auto-estima que o Pronaf B provocou nos seus beneficiários:

“o pescador era marginalizado, não tinha acesso a crédito. Hoje ele é tratado com respeito, dignidade. Antes ele não tinha acesso nem de chegar à porta do banco, hoje ele escolhe o que quer. Antes não tinha nem linha de crédito, hoje o banco vai lá na colônia pra o presidente assinar os projetos. Hoje ele é procurado até pra receber os documentos... ele (o Pronaf B) ajudou muito o pescador” (LOPES, 2007, p.94).

Na citação anterior, mostra a tentativa do capital de seduzir o camponês e/ou pescador, como se a única intenção do Estado fosse “estender a mão” aos menos abastados, ou seja, na incessante busca de atrair mais seguidores endividados para o banco, envia representantes do banco até as colônias e colocam como se estivessem prestando um favor ao camponês (pescador), e não sendo favorecidos.

Entretanto, se o Pronaf B tem contribuído muito para com os pequenos agricultores, existem algumas falhas como a falta de acompanhamento e orientação, assim que pegam o financiamento. Opinião que é compartilhada por uma assentada do P.A. Florestan Fernandes, quando afirma que “o Banco do Nordeste, às vezes, traz o

técnico e diz quais as culturas que são apropriadas para a região. Às vezes faz exigências, como é o caso da obrigação de plantar coqueiro” (LOPES, 2007, p. 95-96).

Este é um grande problema do programa, deixam sem técnicos para acompanhar a produção e orientar os camponeses, e não dão sequer a liberdade de o camponês escolher o que plantar; é necessário plantar o que os técnicos obrigam, ainda que não seja produção para o consumo como a mamona, o coqueiro, o algodão, o girassol.

Embora observe-se tanto em dados secundários do BNB, bem como, dados primários colhidos por Lopes (2007), dados que indicam a presença de camponeses no município que fizeram empréstimos e se “beneficiaram” com o programa, assim como, os autores citados discorrem sobre a importância do PRONAF no município de Itabaiana, e da “injeção de ânimo” que este programa trouxe para o meio rural e qualidade de vida da população. Contudo, dentre os entrevistados, nenhum havia feito empréstimo algum no banco, o que nos leva a uma gama de questionamentos: por que esse universo pesquisado não teve acesso ao crédito do PRONAF? Falta de informação? Nível de organização e capacidade produtiva? O PRONAF atinge seus objetivos? Podemos inferir que os créditos concedidos ao meio rural, não abrange a toda a classe camponesa como nos é passado através do programa, e as nossas considerações a respeito do PRONAF é que este não atinge seus objetivos e não apresenta o crédito fácil, rápido e acessível a todos.

### **3.2.3 Os Financiamentos agrícolas**

A ideia de desenvolvimento para o nordeste sempre teve como base o pensamento positivista da linearidade dos processos desenvolvimentistas, ou seja, de não levar em consideração os processos históricos referentes a cada lugar, e considerar que, necessariamente, os países seguem a mesma lógica de desenvolvimento: de “subdesenvolvido” passa para “em desenvolvimento” e posteriormente chega ao ápice, país “desenvolvido”, para isso basta apenas inserir alta tecnologia nos países.

Contudo, não há reflexão sobre a natureza do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, Lisboa (2007) destaca que acreditava-se que o caminho para o nordeste era a superação do tradicionalismo e este só seria possível pela ampliação das relações capitalistas no espaço regional, obviamente pela introdução de inovações técnicas para o crescimento econômico via a industrialização.

Parte-se do pressuposto de que todas as nações encontram-se em condições de arrancar para o crescimento e chegar ao desenvolvimento, não leva em consideração que existem nações (a maioria delas) que não tem garantias de reprodução. Negam a história do lugar, além de considerar que o crescimento econômico promove necessariamente o desenvolvimento. Porém, no capitalismo o desenvolvimento não segue um movimento linear e nem se realiza sem a inerente produção das contradições.

A ideia de que co-existem dois Brasis passou a ser o ponto principal para justificar a discrepância existente entre o sudeste e o sul (industrializados) e o nordeste e o norte (com mais “características” de subdesenvolvimento). Considerava-se que o subdesenvolvimento do nordeste estava atrelado aos fatores naturais, acreditava-se que o desenvolvimento regional só seria possível com a resolução do problema da seca.

Porém, a seca sempre trouxe benefícios aos políticos que prometem a cada quatro anos solucionar tais questões, contudo, o “atraso” do nordeste brasileiro não está atrelado a seca, mas as contradições que são inerentes ao processo de reprodução do capitalismo. Na divisão territorial do trabalho o nordeste ficou em segundo plano, como a região exportadora de matéria-prima e mão-de-obra, conseqüentemente, a região com menos recursos e menos possibilidades de emprego.

No pós Segunda Guerra Mundial, o capitalismo busca expandir-se de todas as maneiras; era mais viável, portanto, diminuir as distâncias entre a produção da mercadoria e a matéria-prima, desse modo

A intensificação das relações capitalistas no nordeste foi se ajustando por meio de práticas diretas de apropriação do território, através das quais o Estado era chamado para fazer a regulação, assumir a política de planificação e afiançar objetivos econômicos e sociais determinados (LISBOA, 2007, p. 115).

A aliança do Estado à economia passava a ser vista com “bons olhos”, já que a reduzida intervenção do Estado mostrava-se insuficiente ao desenvolvimento econômico. Estudos acadêmicos, como também, realizados pelas agências estatais (SUDENE, BNB, IPEA) marcavam orientações favoráveis ao progresso da industrialização. As ameaças de conflitos gerados pelas Ligas Camponesas despertou o interesse do governo em ajudar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) através da aliança para o progresso e da apresentação do Relatório de

Bohan<sup>3</sup>, cuja proposta era minimizar as pressões e tensões sociais na região com proposta concreta de ação (LISBOA, 2007).

Desse modo, livre dos conflitos e tensões que poderiam ser causadas pelos trabalhadores descontentes, o Estado, junto a grandes vozes capitalistas, se uniam para obter uma integração nacional, onde o elo principal seria o desenvolvimento urbano-industrial. Lisboa (2007) afirma que o Estado abandona a tese clássica de neutro, e, tomado por princípios protecionistas, assumiu o projeto de desenvolvimento econômico, financiando e construindo as condições para o progresso.

Contudo, dada a largada do crescimento via modernização, com o incentivo do Estado, as regiões brasileiras não foram “beneficiadas” de maneira igualitária, e o crédito rural favoreceu algumas regiões em detrimento de outras, como podemos observar na Tabela 03.

**TABELA 03: Crédito Rural: financiamento concedido a produtores e cooperativas – 2009**

Regiões	Número de contratos	Valor repassado
Norte	5,12%	2,88%
Nordeste	27,52%	8,06%
Sudeste	19,51%	34,83%
Sul	42,68%	39,00%
Centro-oeste	5,17%	15,23%
Total Brasil	2.505.854	R\$ 75.186.147.215,67

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009.

A partir da Tabela 03, observa-se que há uma discrepância nos financiamentos concedidos entre as regiões do país, o sul e sudeste apresentam-se com a maior fatia do bolo. O número reduzido de cooperativas que se tem no norte e nordeste do país, bem como às condições climáticas do nordeste, estão em pauta, em relação a essa diferença na distribuição dos financiamentos no país, contudo, nem a seca, nem a “ausência de organização” no campo podem ser justificativas para a ausência de “apoio do governo”, muito menos justificativa para a não implantação de fato de programas que visem o desenvolvimento real no país.

Grande parte dos investimentos são destinados aos que, supostamente, gerarão

<sup>3</sup>Plano de desenvolvimento para o Nordeste elaborado por Merwin Bohan como uma missão do presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, que pretendia, num prazo de 10 anos e com um investimento de US\$ 20 bilhões, elevar o padrão de vida nos países latino-americanos a índices comparáveis aos do mundo desenvolvido, contudo o programa fracassou (SANTIAGO, 2006).

riquezas para o país, através das exportações dos produtos agrícolas, ou seja, são priorizados os chamados “médios e grandes produtores” em detrimento dos camponeses, que na visão do mercado, não produziria, de forma intensificada, a mais valia.

A lógica subjacente coloca que o obstáculo à transformação do país é de ordem econômica e impõe a difusão, em todos os estados brasileiros, dos níveis e modos de vida das regiões “evoluídas”. A tese central sustenta que na relação entre o rural e o setor urbano-industrial reside uma dificuldade para assimilação da necessidade de rompimento da estrutura de atraso. O campo é colocado como estrangulador do crescimento, impedindo a generalização do processo de modernização. (LISBOA, 2007, P. 55).

Quando observa-se a realidade do município de Itabaiana, constatamos que em muito se distancia de um desenvolvimento rural, mas não atrelando desenvolvimento à indústria, mas sim à qualidade de vida da população, atrelando desenvolvimento ao social, às boas condições de alimentação, moradia, escolas, saúde e trabalho do camponês. Contudo, o que presencia-se são trabalhadores explorados, os quais precisam trabalhar nas atividades agrícolas e não-agrícolas para suprir suas necessidades e da família.

### **3.3 Modernização agrícola versus campesinato**

O Brasil apresenta uma imensa extensão territorial e um elevado número populacional, porém, esta população está mal distribuída, está concentrada no litoral. Por fatores históricos, econômicos e políticos, grande parte da população brasileira se encontra nas áreas próximas ao Atlântico.

A diferenciação regional passa a ser ainda mais gritante a partir da industrialização, intensificando o desnível populacional e econômico do país. No nordeste, região que possui uma economia tradicional e em “vias de modernização”, apresenta uma grande concentração populacional e baixos níveis de renda. Na economia nordestina tem grande destaque a agricultura, parte da produção é consumida internamente, parte é exportada para outros estados, ou outros países. “Essa agricultura é bastante diversificada, face a uma série de fatores como: as condições edáficas e climáticas, a maior ou menor acessibilidade aos mercados internacional e nacional e ao nível econômico e cultural da população” (ANDRADE, 1974).

Assim como no Brasil, a população nordestina se concentra na faixa litorânea, ou zona da mata, nesta área o plantio mais expressivo é o da cana-de-açúcar, são áreas de latifúndios onde constatamos a presença de *plantation* (grandes áreas monocultoras cujo destino da produção é a exportação, característica herdada do passado colonial), o clima tropical úmido, bem como o solo fértil (massapé) são favoráveis a agricultura. Penetrando para o interior, encontra-se as áreas conhecidas como agreste, onde o índice pluviométrico permite, sem o emprego de tecnologia, a cultura de uma série de produtos como o feijão, a mandioca, a batata, hortaliças, entre outros. Adentrando mais a região encontramos áreas de climas mais secos, onde predomina a pecuária extensiva.

A agricultura do nordeste, em especial de Sergipe, mesmo tendo apresentado relativa mudança em relação a insumos e tecnologia no campo, esta não é tão expressiva quanto no sul e sudeste do Brasil, todavia, mesmo apresentando uma modernização mais modesta, os trabalhadores sofreram/sofrem as consequências da implantação desta. Mesmo que sejam elevados os salários no meio rural, a dificuldade de manter-se no campo tendia a aumentar, pois, o preço dos alimentos aumentava cada vez mais porque o mesmo estava tornando-se cada vez mais escasso.

Atualmente, mesmo diante das mudanças ocorridas no meio rural, como a entrada, expansão e reestruturação do capital no campo, o setor agrícola tradicional ainda se mantém. Segundo Andrade (1974) este é fortalecido por uma série de fatores como o monopólio da terra, o caráter seletivo do crédito rural, a organização preferencial da comercialização agrícola para certos produtos, além do baixo nível econômico e cultural da população rural.

Desse modo, percebe-se a lógica do mudar para manter. Muda-se as relações do homem com a terra, o modo de produzir e as relações de trabalho no campo, no entanto permanece a mesma estrutura arcaica, na qual o trabalhador se vê cada vez mais sem perspectiva, a estrutura fundiária permanece intacta e a população menos abastada sofre as mazelas provocadas por um Estado voltado para os interesses da minoria que detém o capital.

A reestruturação produtiva do capital se processa, tanto no meio urbano quanto no meio rural de forma a excluir determinadas áreas e privilegiar outras que estejam mais “adequadas” ao que o capital busca: maior rentabilidade. Há pouco mais de meio século, a agricultura no Brasil passa ter uma “nova roupagem”; os insumos naturais e trabalhos braçais são substituídos por insumos industriais e máquinas. Todavia, somente as máquinas no campo não suprem a necessidade do plantio, é necessário que por trás

das máquinas exista o trabalhador, e, para que este troque o trabalho em sua terra pela terra dos outros, é necessário, para o capital, apartá-lo dos seus meios de produção de forma total ou parcial. Isso se faz, separa o homem da terra ou aumentando a concorrência dos produtos e retirando do camponês as condições mínimas necessárias ao trabalho ou à comercialização justa da sua produção. Quando isso acontece, o camponês como estratégia de sobrevivência e de resistência a não marginalização nas ruas das grandes cidades, permanece no campo, tendo seu trabalho explorado de forma direta pelo capital agrário.

O meio rural brasileiro, a partir das últimas décadas do século XX, passou a apresentar uma nova face: a da modernização, como instrumento para garantir o desenvolvimento capitalista no campo. No entanto, de início, há que se frisar que o processo que permitiu, por um lado, a territorialização do capital nos segmentos agropecuários mais lucrativos e, por outro, a monopolização da circulação dos produtos agrícolas e dos bens de produção e bens intermediários para a agricultura, foi idealizado e financiado pelo Estado, através de um conjunto de políticas públicas bem definidas.

Assim, essa modernização “bem sucedida”, na visão de muitos defensores desse modelo, entre eles os latifundiários, industriais e banqueiros, se deu a partir de um Estado que colaborou (e colabora), junto aos detentores do capital e provocaram, de certa forma, mudanças no campo do país, que de práticas agrícolas rudimentares, passou a ser considerado moderno, com o uso de máquinas.

A partir da segunda metade da década de 1960, a modernização da agricultura foi posta como um processo que iria promover a grande mudança, transformaria o velho, atrasado e arcaico meio rural em um padrão urbano-industrial. No entanto, tais transformações não aconteceram, e, o que se pôde verificar foi a territorialização de um processo seletivo que provocou a exclusão dos menos abastados do campo, os camponeses.

Em meio a toda a efervescência e transformações que ocorreram/ocorrem na estrutura produtiva e econômica do meio rural, está o camponês, que para manter-se na terra (e sua família), se submete a condições precárias de trabalhos, sem qualquer cumprimento dos direitos trabalhistas com total sujeição ao capital, seja de forma direta ou indireta. É diante dessa realidade que se pretende compreender a manifestação e o grau de incidência da modernização agrícola do município de Itabaiana.

Com base na tecnologia desenvolvida em outros países é que o Brasil se espelha e trazer para o nosso rural essa modernização, através da inovação tecnológica, do uso

de máquinas, sementes melhoradas geneticamente, fertilizantes químicos e pesticidas, mediante incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado.

A “modernização”, além de não estar ao alcance de todos os homens que trabalham no meio rural, também não abrange as cinco regiões do país, esta aconteceu em porções “privilegiadas” do território brasileiro, pois o objetivo do Estado era:

Modernizar o agro e o instrumento fundamental era o crédito agrícola subsidiado, aqueles grupos que tinham mais acesso a informações e maior influência com as autoridades políticas e o sistema bancário, e que eram exatamente os que usufruíam dos estímulos utilizados anteriormente, como os grandes proprietários, os que já faziam uso de técnicas modernas, os que tinham maior proximidade com as regiões mais desenvolvidas etc., serão [foram] os que açambarcarão(ram) a maior parte dos subsídios alocados ao setor. Os pequenos produtores, dedicados a culturas de uso doméstico e com a utilização de técnicas tradicionais, situados especialmente fora das regiões mais desenvolvidas, estarão fadados ao fracasso, à utilização das sobras dos recursos (GONÇALVES NETO; 1997, p.231).

As afirmações de Gonçalves Neto (1997) deixa bem explícito a realidade da agricultura brasileira. Entende-se, desse modo, que a partir da entrada e territorialização do capital no campo, passam a existir grupos diferentes neste meio, dentre estes foram destacados na fala do autor: os que participam do processo de modernização e os que são excluídos. Os grandes latifundiários, e o Estado, junto ao capital, desenvolvem projetos econômicos que beneficiem a classe mais abastada, enquanto a grande maioria fica a mercê de ações do Estado que não alteram sua condição. Assim,

O crédito rural, criado em 1965, tinha como objetivo estimular uma política agrícola onde o financiamento era o ponto central. Criado pela Lei n° 829 de 05 de novembro de 1965 e regulamentado pelo Decreto n° 58.380 de 10 de maio de 1966, o crédito rural foi definido como o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos particulares a produtores rurais para aplicação exclusiva em atividades que se enquadre a estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, incentivar a introdução de métodos racionais de produção e favorecer o custeio adequado da produção e da comercialização de produtos agropecuários (GONÇALVES NETO, 1997, p.160).

Portanto, o crédito rural foi criado unicamente para favorecer os detentores do capital no aumento da produção, inovação tecnológica, e ampliação da área de cultivo; enfim trata-se de um verdadeiro mecanismo de crédito para subsidiar a agricultura brasileira capitalizada.

No final dos anos 1970 esse padrão de financiamento apresentou sinais de esgotamento e as estruturas financeiras para o setor agrícola foram redefinidas, com maior seletividade para os empréstimos, estes passaram a ser concedido apenas aos capitalistas ligados ao comércio exterior e atividades econômicas integradas a indústria, ou seja, o camponês, sempre esteve a margem do processo de modernização da agricultura e, com essa maior seletividade, passou a ser ainda mais excluído.

Sendo assim, a história do meio rural brasileiro, segue uma linha não muito propícia aos camponeses, pois, “evolui” do extrativismo e da agricultura de subsistência, para um meio onde há uma intensa exploração agroindustrial, onde o camponês deixa de trabalhar na sua terra e a trabalhar para o capital, numa relação de semi-escravidão, em alguns casos, ou ainda permanece na sua terra, mas é totalmente sujeitado ao capital, a partir dos mercado monopolizados por esse ultimo.

A agricultura nacional sofreu forte influência do ideário produtivo da Revolução Verde e, segundo Zamberlam (2001, p. 38)

a Modernização da Revolução Verde no Brasil, fez com que a agricultura artesanal (onde predominava a influência da natureza e as práticas sem embasamento técnico-científico, mão-de-obra familiar, produção para subsistência e o excedente não integrado a indústria) fosse substituída por uma agricultura quimificada artificialmente e mecanizada, adequando-se ao novo jeito capitalista de produção.

Diante do que foi exposto, fica claro que o modelo de agricultura moderna que predomina no Brasil, trouxe resultados significativos para a economia e para grupos reduzidos composto por fazendeiros e empresários, empobrecendo e excluindo a maioria dos camponeses.

Os grandes proprietários de terras, com o intuito de ficar isentos do cumprimento dos direitos trabalhistas, e não pagar os encargos sociais e os direitos dos trabalhadores rurais, utilizam-se cada vez mais do trabalho temporário. E isto é bem claro no município de Itabaiana, pois ao comparar o número de empregados permanentes em relação aos temporários é visível que este último é bem maior (Tabela 04).

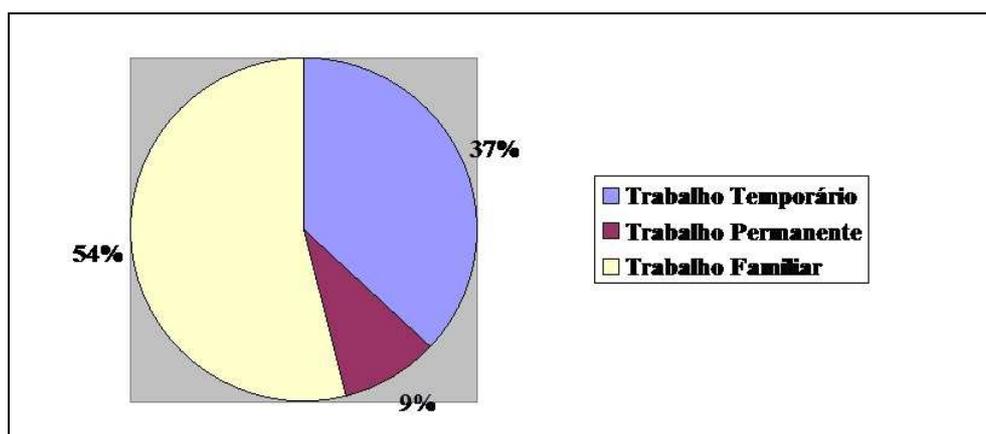
**TABELA 04 – ITABAIANA: TRABALHO TEMPORÁRIO, PERMANENTE E FAMILIAR 1975, 1985, 1995/6**

Itabaiana	Total	Emprego				Trabalho Familiar	
		Permanente		Temporário		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
1975	17.443	159	0,91	486	2,79	13.856	79,44
1985	17.504	368	2,10	488	2,80	12.564	71,78
1995/6	14.133	620	4,39	1.718	12,16	8.135	57,56
2006	9.972	874*		8,76*		9.098	91,24

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário, 1975, 1985, 1995/6 e 2006.

\* Número agregado de empregos permanentes e temporários

O índice de emprego permanente é muito baixo no meio rural do município, até a metade da década de 1990, fato que serve para elucidar o que fora apresentado no capítulo anterior, referente a exploração do trabalho e da extração da mais-valia, posto que independente do quanto o homem irá trabalhar ou quanto tempo irá durar este trabalho, a saída do mesmo não implica em nenhum ônus financeiro ao dona da terra ou da empresa rural; o emprego temporário é mais intenso, o que contribui para o aumento da exploração, como dito anteriormente; o trabalho familiar, tanto nos dados secundários, quanto nos dados primários pudemos notar sua maior expressividade, como podemos observar na Figura 04. No caso dos dados gerais do município (IBGE, 2006, Tabela 04) verifica-se que mais de 90% do trabalho rural é de origem familiar.



**Figura 04: Município de Itabaiana: Trabalho Temporário, Trabalho Permanente e Trabalho Familiar, 2010.**

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Ao contrário dos baixos índices de empregados permanentes e temporários no Município em análise, o trabalho familiar, no geral, abrange mais da metade do número

total de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Contudo, apesar de o camponês continuar sendo proprietário total ou parcial dos meios de produção, sem relações de assalariamento e de sujeição real ao capital, há ainda mecanismo de subsunção, principalmente na esfera da circulação da mercadoria, que possibilita a reprodução ampliada do capital, havendo a exploração do trabalho e da renda da terra sem ocorrer a expropriação dos meios de produção (LOCATEL, 2004).

O trabalho assalariado, seja este temporário ou permanente, tem total relação com o desenvolvimento do capitalismo no campo, desse modo, “o capital” tem controle sobre o homem que trabalha para este, tentando assegurar, através do emprego (na indústria ou fazendas) e da ausência deste no mercado de trabalho, que o camponês não revolte-se contra o que está imposto.

Através dos dados secundários, nota-se que há uma parcela muito pequena dos trabalhadores permanentes, contudo, esta parcela triplica ao se tratar do trabalho temporário. A Figura 04 mostra que a maior parte dos entrevistados (54% destes) ocupam-se no trabalho familiar, o que pode-se inferir que no município é muito grande o número de famílias que trabalham na agricultura. O trabalho temporário representa 37%, de acordo com as entrevistas; este (o trabalho temporário) contribui para o sustento das famílias em períodos em que o trabalho na terra não dá para o sustento, como, por exemplo, no verão.

Ao analisar esta Figura nota-se que, embora o capital esteja totalmente presente no meio rural, este se utiliza de diversos mecanismos para expandir-se, ou seja, mesmo o trabalho assalariado sendo fruto do capitalismo, este não é tão expressivo no município, mas o capital se apodera de relações não-capitalistas para se recriar, através, por exemplo, da monopolização da circulação de mercadorias.

Com exceção da cerâmica Santo Antônio, na qual, segundo o diretor, todos os funcionários possuem carteira assinada, nenhum dos entrevistados a possuía, portanto, em um universo de 49,33% de trabalhadores não-agrícolas, nenhum destes tem emprego permanente: são trabalhadores temporários, sem direitos trabalhistas.

Os dados primários permitiram constatar que no município de Itabaiana, o trabalho agrícola tem mais destaque que o trabalho não-agrícola, contudo, este é expressivo através da análise, tanto do campo, quanto dos dados secundários, chega-se a conclusão de que a modernização trás consigo relativa mudança nas relações de trabalho, assim como nas condições dos camponeses. Isto porque grande parcela da população rural, desprovida de recursos, não consegue se inserir no processo de

modernização e, muitas vezes, tem seu trabalhos substituídos pelas máquinas, sendo obrigados a migrarem, saindo de suas terras, seja para a cidade, seja para o meio rural de outro estado em busca de trabalho em terras alheias. Assim, pode-se inferir que

o modelo de modernização adotado não foi capaz de provocar mudanças profundas nas condições de acesso a terra, evidenciando que se trata de um processo que beneficiou muito mais os setores não-agrícolas, do que a própria agricultura” (LOCATEL, 2004, p. 91).

Na Tabela 05, verifica-se alguns dos principais equipamentos de trabalho utilizados no meio rural do município de Itabaiana.

**TABELA 05 – Itabaiana: Equipamentos utilizados no Trabalho Familiar, 2009.**

TIPOS	ESTAB.	ESTAB.
	Nº	%
Enxada/enxadão/pá/ picareta	64	100
Facão/podão/foice	64	100
Faca/canivete	56	87,5
Alicate/martelo/ chaves	64	100
Tesoura	54	84,4
Tambor/lata/balde	54	84,4
Serra/serrote	56	87,5
Carrinho de mão	52	81,3
Alavanca	56	87,5
Cavador	54	84,4
Machado/marreta	55	85,9
Garfo	52	81,3
Picareta	63	98,4
Ferro marcação	33	51,6
Cultivador	33	51,6
Plantadeira/ adubadeira	33	51,6
Ancinho/rastelo	13	20,03
Lima	08	12,5
Trado	06	9,4
Total	(64)	-

Fonte: Fundacentro, 2009.

Observa-se que os principais meios de produção do município em questão são a enxada a foice, o alicate, o martelo, o cavador, a serra, enfim, são os instrumentos manuais, os quais levam ao camponês a um trabalho braçal e pesado, ocasionando, muitas vezes, em acidentes sérios de trabalho, além de baixa produtividade. Tais dados evidenciam a diferença entre o sudeste e o nordeste, em relação à modernização, bem como, deixa claro que o processo de modernização exclui o camponês. Este não recebe

recurso suficiente para ter acesso aos equipamentos mais sofisticados, não recebe sequer, meios que possibilitem seu sustento na terra.

Na Tabela 06, verifica-se também, através de dados secundários, o uso dos equipamentos mecânicos no meio rural do município de Itabaiana.

**TABELA 06 – Itabaiana: Equipamentos mecânicos, 2009**

TIPOS	ESTAB.	ESTAB.
	Nº	%
Arado/grade	22	34,4
Motor	13	20,3
Pulverizador costal manual	10	15,6
Roçadeira	11	17,2
Plantadeira	08	12,5
Motobomba manual	09	14,1
Sulcador	04	6,4
Motoserra	05	7,8
Trator	06	9,4
Trator cabinado	04	6,3
Pulverizador costal motorizado	02	3,1
Pulverizador tração animal	02	3,1
Máquina de beneficiamento	02	3,1
Caminhão/caminhonete	01	1,6
Picadeira	01	1,6
Carreta	04	6,3
Furadeira	03	4,7
Total	(64)	-

Fonte: Fundacentro, 2009.

Em entrevista aos moradores do município, muitos reclamaram da ausência de transportes, seja caminhão ou caminhonete, isso também pode ser constatado pelos dados secundários acima, a incidência de tecnologia no campo de Itabaiana é muito pequena, chamando a atenção, quando muito, para o arado mecânico, que está presente em 34,4% dos estabelecimentos do município.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 07, no município de Itabaiana a modernização não é tão intensa, o número de máquinas para o plantio e para a colheita é muito pequeno, levando em consideração a intensidade do trabalho agrícola, pois, já que neste meio rural o trabalho na terra é intenso, é reduzido o número de camponeses que lidam com os equipamentos mecânicos. Além disso, o município apresentou um baixo número de tratores, e um elevado crescimento no uso de arados e tração animal, como se pode observar na Tabela 07.

**TABELA 07 – Itabaiana: Uso de tratores, máquinas e arados –1975 a 1995/6**

TIPO DE EQUIPAMENTO	ANO		
	1975	1985	1995/6
Número de Tratores	8	25	24
Máquinas para o plantio	-	6	1
Arados de tração animal	8	58	198
Arados de tração mecânica	5	22	11

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário, 1975, 1985, 1995/6.

Pode-se notar, tanto em campo, quanto nos dados secundários do IBGE, que no município de Itabaiana não há grande expressividade do uso de tecnologias no processo produtivo agrícola. Nesse sentido, analisando o uso de arados no município, percebe-se que, apesar de o mesmo apresentar algumas práticas agrícolas modernas, o uso do arado de tração animal e mecânica denuncia um baixo índice de modernização agrícola, se comparado ao Brasil como um todo. Entretanto, segundo depoimento dos moradores da zona rural do município em questão

“O trator tirou o emprego de muitos trabalhadores” (CR 1). Outro entrevistado afirma que “Tem uns ricos pro lado de lá quem tem trator, a gente não tem, trabalha no braço mesmo. Quem tem trator emprega pouco pessoal, o jeito que tem é arrumar outra coisa pra fazer, a castanha mesmo” (CR 1).

Pode-se perceber que o número de arado de tração animal é superior ao número de tração mecânica. No município em questão, mesmo apresentando elevada produção agrícola aumentou de cinco arados de tração mecânica, em 1975, para 22, em 1985, e reduziu para 11, em 1996. Contudo, o uso de arados de tração animal teve um crescimento elevado passando de oito, em 1975, para 58, em 1985 e 198, em 1996. O uso de máquinas tanto para plantio como para colheita é ínfimo. Segundo os dados do IBGE, em 1996 havia apenas 1 para cada função, em campo notamos uma presença muito pequena do uso dessas máquinas.

A modernização no campo em Itabaiana também pode ser vista através dos perímetros irrigados do Jacarecica e da Ribeira. Segundo os moradores que se beneficiam da irrigação houve uma nítida melhoria com a implantação da mesma; melhorou as condições técnicas, aumentou a utilização de insumos, além da utilização de sementes selecionadas para o plantio.

Os proprietários de terra e possuidores de algum capital para investir na terra foram os únicos favorecidos, pois a maioria dos entrevistados praticavam o trabalho acessório, ou seja, trabalhavam na terra de terceiros, recebem por volta de R\$ 25,00 a diária e não tem carteira assinada. Na maioria dos casos, os trabalhadores afirmaram que é necessário realizar, além do trabalho acessório, outro tipo trabalho, que não na agricultura, para sustentar a família. Nesse sentido uma entrevistada afirma que:

A gente tem que fazer outra coisa, só a terra não dá não! Eu mesmo compro coco verde e revendo aqui na esquina, minha mãe trabalha lavando roupa de outras pessoas e meu pai planta batata-doce, mas não é na terra dele não, recebe a diária que é muito pouco. Às vezes até penso em ir morar na “rua” (cidade), quero ser professora de física, mas eu não sei... Gosto daqui, só não gosto de viver tudo no apertado como a gente vive. Nossa sorte é que meu pai planta na nossa terra, mas é só pra subsistência, o que entra de dinheiro dá pra comprar uma coisinha ou outra (ET 1).

Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação (COHIDRO) de 1991 a 2005 a produção do perímetro da Ribeira cresceu 333,59%. Uma produção muito boa e que ajudaria a muitos camponeses a permanecer na terra com o trabalho na terra, porém como dito anteriormente, esse aumento significativo na produção não possibilitou melhores condições de vida para toda a população, principalmente em se tratando da população menos abastada (citado por Mendonça, 2010).

Carvalho (2010) afirma que a intervenção do Estado nessa área de irrigação é destacada com a inserção da COHIDRO, que presta assistência técnica, serviços operacionais e de manutenção dos equipamentos. Esse “apoio” contribuiu para a diversificação produtiva dos lotes do perímetro da Ribeira que em 2008, ocupou uma área de 715,3 hectares com produção de 7.213,791 de toneladas. O hortelã e a pimenta são cultivos impulsionados pela demanda do grupo Maratá, ou seja, a intervenção estatal é voltada para atender as grandes empresas; é mais viável para o grupo Maratá que a matéria-prima esteja próximo as suas fábricas, com preço baixos e mão-de-obra disponível.

Segundo moradores do povoado Ribeira, o projeto de irrigação era para este povoado, contudo, por questões políticas, as quais a comunidade desconhece, foi transferido para o povoado Cajaíba, a prova disso é que o perímetro leva o nome da Ribeira. Por essas e outras questões os moradores da Ribeira plantam sobretudo a mandioca, pois não é necessário uma quantidade grande de água, ao contrário das

hortaliças. Neste povoado, a maioria dos moradores vende a farinha mole (farinha ainda não torrada conhecida também como farinha de Itabaiana), esta é repassada para o atravessador por um valor ínfimo de R\$ 0,80 centavos o quilo e este vende para padarias nas cidades ou torra a farinha deixo pronta para o consumo e a vende nas feiras. Em entrevista realizada com os camponeses as respostas eram unânimes ao afirmarem que não vendiam diretamente na feira por falta de transporte. Um entrevistado afirma que:

Sai muito mais barato vender a farinha mole e a gente perde muito vendendo pra Tonho da Cajaíba (atravessador), se vendesse nas feiras era melhor pra gente, mas não tem carro pra levar, e vender nas padarias também não dá certo porque a gente não tem conhecimento com o pessoal da cidade. Aumentava o dinheirinho também se a gente vendesse (mesmo pra Tonho) a farinha já torrada, sabe? Por que gente tem as máquinas tudo pra torrar, mas ele compra mole pra ser mais barato e ele mesmo torra, pra ganhar mais em cima da farinha (RB 1).

Diante do exposto pode-se inferir que a exclusão no campo está cada vez mais atrelada às mudanças que lhes são trazidas com o propósito de inová-lo. Através dessa constatação observa-se quão acentuado é o nível de exclusão no campo no município de Itabaiana, sobretudo com o advento da mecanização do processo produtivo agrícola (ainda que esse processo não tenha sido expressivo do ponto de vista da incorporação de tecnologias, o modo de organizar e comercializar a produção foi amplamente incorporado no município).

E em decorrência dessa modernização, é notória a migração do homem do campo para a zona urbana, o que tem agravado os problemas relacionados ao desemprego e as condições de vida na cidade, cerca de 25% dos filhos dos entrevistados (trabalho de campo, 2010), foram morar na zona urbana, a grande maioria migraram para as cidades do sudeste do país; os motivos são sempre a busca por empregos.

Contudo, a partir do que fora explanado, tem-se como alternativa para contornar os impactos trazidos pela modernização uma política voltada para o rural, a fim de melhorar as condições de vida e a permanência do homem no campo. Porém, essa alternativa apenas amenizaria as péssimas condições de vida da população, é necessário uma mudança mais estrutural que modifique as bases políticas e econômicas do nosso país, para que a população do meio rural brasileiro possa, de fato, viver dignamente, e não tenhamos que conviver com a modernização implantada a qualquer custo, de cima para baixo, beneficiando os grandes produtores e excluindo o pequeno produtor,

restando para este, quando muito, o assalariamento. Portanto, carece do desenvolvimento de programas de melhoria das condições de vida da população rural como: água potável, educação, saúde, infra-estrutura de transporte, comunicação.

A modernização da agricultura, de acordo com a nossa perspectiva de análise, se expande no meio rural brasileiro sustentada por bases tradicionais, e neste mesmo meio, o novo e o velho se entrecruzam a todo instante, co-existem. Surge o novo, com inovações tecno-científicas sem, contudo, eliminar o maior atraso do campo brasileiro que é a grande concentração fundiária; pelo contrário, o novo (a modernização) surge para manter o velho (latifúndios). Deste modo, para a realização das análises foi necessário romper com a ideia de que o processo de modernização da agricultura, na medida em que é implantado, torna-se um elemento homogeneizador das condições tecno-econômicas e sociais no campo, pelo contrário, este processo, acirra ainda mais as desigualdades deste meio.

Francisco de Oliveira (2003), afirma que o processo normal mostra “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado, se, se quer manter a terminologia” (apud, LISBOA, 2007, p. 61).

Em virtude do projeto de industrialização que se pretendia estabelecer no país a partir da década de 1950, tem-se a “necessidade” de diminuir a “distância” entre campo e cidade. Afinal, para o Estado, o meio rural não pode ser um impasse às metas do desenvolvimento econômico traçadas pelo governo, mas ser aliado a estas, permitindo o crescimento do setor a ele ligado, segundo as perspectivas que se tinha em relação à modernização.

No Nordeste, onde a população rural é ainda mais expressiva em relação às outras regiões do país, a falta de apoio, propriamente dito, por parte do Estado, que deem possibilidades de reprodução social no campo com trabalho camponês na terra, é altamente visível. No tocante ao município de Itabaiana no estado de Sergipe notamos que a população, sobretudo a do campo está à margem da sociedade (entregue à própria sorte), e sobrevivem com rendas baixíssimas (inclusive de programas assistenciais) o que só faz aumentar a pobreza e a exclusão.

Diante dos índices de tecnificação, através do uso de máquinas e equipamentos, apresentados por Itabaiana, assim como o baixo índice de assalariamento e as condições dos produtores, pode-se afirmar que este processo serve, antes de mais nada, para

aprofundar as desigualdades existentes no meio rural brasileiro. Contudo a ideia de homogeneidade do campo através da modernização é uma falácia.

Sendo assim, afirmarmos que a modernização da agricultura, enquanto mecanismo para o desenvolvimento rural torna-se uma excelente oportunidade de negócio para empresas fornecedoras de bens e serviços e indústrias de diversos segmentos. Ainda, a oportunidade de negócio que se apresenta beneficia, sobretudo, as instituições financeiras que administram os recursos, muitas vezes públicos, que são destinados ao financiamento do setor agropecuário.

Para o camponês, a modernização trouxe o aumento da jornada de trabalho, pois, estes não apresentam o capital necessário para investir em tecnologia, e, em decorrência da baixa produtividade, como tentativa de sobrevivência, para tentar “acompanhar” a alta produção e não ficar totalmente a mercê da própria sorte, o camponês tem que utilizar mais trabalho dos membros da família.

Contudo, o camponês, diante do modo de produção capitalista, da reestruturação e da modernização do campo, tem seu modo de produzir e o seu manejo com a terra “modificados”, alguns destes, têm seus trabalhos subsumidos ao capital, com relações cada vez mais precarizadas.

### **3.3.1 Uma agricultura verdadeiramente moderna?**

Wilson Cano (2008), analisa a desconcentração industrial no Brasil, levando em consideração a tecnologia empregada na agricultura, na indústria extrativa mineral, no setor de serviços e na indústria de transformação, contudo, focamos apenas a agricultura. Cano (p. 52) afirma:

A produção agrícola, entre os anos de 1970 e 1980, recebeu fortes estímulos com a reestruturação do crédito rural e políticas de incentivos às exportações. Mas o crédito foi discriminado, dirigido mais aos produtos de maior interesse capitalista, concentrando-se mais nos exportáveis (soja, suco de laranja, algodão, café, carnes etc.), além de alguns mais nobres para o mercado interno, como álcool carburante de cana, milho, rações frutas e carnes.

Essa “melhoria” na produção se deu nos produtos citados acima, como também na pecuária, com as mudanças técnicas, com a seleção das raças, a ração balanceada, a diminuição no tempo de engorda, enfim, para a economia do país houve grandes rendimentos, contudo, esses rendimentos são localizados em São Paulo e na região sul,

lembrando que mesmo nestes estados não há uma homogeneidade da modernização agrícola, além de, nestes e outros lugares onde estas ocorrem, provocarem uma grandiosa escassez do emprego agrícola.

O aumento dessa agricultura mecanizada expulsa cada vez mais o camponês da pequena e média propriedade e resulta na concentração e ocupação de terras por parte dos capitalistas e, embora nos estudos feitos por Cano (2008) tenha demonstrado um aumento considerável de tratores no meio rural, Oliveira (2008) mostra claramente em suas análises que houve crescimento, porém não é grandiosamente relevante devido a discrepância existente entre o número de tratores existentes e a população do campo.

Ainda nas análises feitas por Cano (2008) o número de tratores triplicou para todo o Brasil, quadruplicou em Minas Gerais e quintuplicou no norte, nordeste e centro-oeste. O autor frisa também que nas regiões de agricultura menos capitalizada, os efeitos dessa mudança técnica foram localizados e de pouca expressividade no total, como é o caso do Estado de Sergipe, que não vemos uma agricultura capitalizada expressiva. Mesmo o nordeste tendo apresentado um aumento nos dados referentes aos tratores, no município de Itabaiana, pouco se vê, são raras a presença de tratores no meio rural, a agricultura baseia-se em trabalhos manuais.

O autor complementa dizendo que “o efeito resultante dessa forte expansão da produção, em termos de empregos, foi negativo com o emprego agrícola caindo 3%”, entre 1970 e 1980. O que acarreta na busca por outros meios que possibilite, ao menos, a sobrevivência do camponês, seja através das migrações (temporárias ou não) seja através de outro tipo de trabalho que não o agrícola.

Ao contrário do que ocorreu na década de 1970, nos anos de 1980 a 1989, o setor agrícola foi atingido fortemente pela alta contração do crédito rural e pelo seu encarecimento, dada a retirada quase total de seus subsídios. Os estímulos que restaram ao setor agrícola foram, de um lado, as desvalorizações cambiais, que contornaram parte da perda dos preços externos e, de outro, a reestruturação produtiva que sofreu (CANO, 2008).

Tal reestruturação na agricultura, como fora explicitada no Capítulo 2, se faz através das técnicas mais especializadas no campo, aumentando o uso de fertilizantes e agrotóxicos, dentre outros insumos, contudo, mesmos nos estados onde a reestruturação produtiva do capital no campo é explícita, como São Paulo, esta se concentra, sobretudo, nas culturas exportáveis e na cana-de-açúcar.

Deste modo, a produtividade fora elevada e, em contrapartida, a área de cultivo foi contida, ou seja, foi substituindo os cultivos menos rentáveis (como alimentos simples), pela lavoura da cana (para a produção do álcool), da soja, da laranja e do café. Cano (2008) afirma que o nordeste foi atingido fortemente pela crise do algodão e da mandioca, ao mesmo tempo, que amplia a área da cana, feijão, milho e soja. São Paulo teve forte substituição de culturas de alimentos e pastagens naturais, pelo cultivo de cana, laranja, e em soja e trigo.

O aumento das culturas exportáveis, bem como das agroindústrias se restringe às grandes propriedades, em contrapartida, as pequenas e médias que conseguiram aderir à modernização, contribuíram para o aumento do desemprego no campo, como também, para a extração da renda da terra através dos empréstimos concedidos para a compra das máquinas.

A agricultura fica cada vez mais relegada a segundo plano, principalmente, a agricultura familiar direcionada à subsistência, e esta é cada vez mais excluída diante da mecanização do meio rural. Contudo, mesmo diante das mazelas provocadas pelo capital, a agricultura é muito expressiva no meio rural do município de Itabaiana, como veremos no capítulo 4. Entretanto, essa resistência agrícola ou resistência camponesa, deve-se à luta constante do campesinato para manter-se ativo, que se deve também às contradições inerentes ao sistema capitalista de produção que, ao passo em que demonstra querer o fim do campesinato e do trabalho familiar, os mantêm.

#### **4 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPONÊS: O TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA E A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA CAMPESINA**

Inserir-se no modo de produção capitalista nem sempre é sinônimo de compactuar com este sistema, mas uma questão de sobrevivência. As mudanças que ocorrem a passos largos no campo, que resultam em novas tecnologias e modernização no meio rural, acarretam também numa crescente expropriação. Esta expropriação não tem relação apenas na separação do camponês da terra, mas também na separação do camponês do trabalho agrícola. Este busca no trabalho não-agrícola, bem como no trabalho acessório, um modo de manter-se na terra, ainda que sob péssimas condições de trabalho e grande exploração da sua mão-de-obra.

Tendo em vista tais aspectos da vida campesina, serão abordados temas tais como: o camponês inserido no modo de produção capitalista, estratégias de reprodução social do campesinato, o trabalho acessório, o trabalho não-agrícola, com os objetivos de verificar os meios que levam ao crescimento do trabalho não-agrícola através da territorialização do capital no espaço rural do município de Itabaiana, bem como, analisar o trabalho não-agrícola e a subordinação deste ao capital.

##### **4.1 O camponês inserido no modo de produção capitalista**

Diante das constantes crises do capital, das mazelas que estas crises provocam à classe menos favorecida, principalmente aos moradores da zona rural, o aumento da pobreza deste meio, fizeram com que a discussão sobre o camponês, se o mesmo permanece, recria-se, transforma-se ou está em via de desaparecimento, que é antiga, seja constantemente retomada. Vários teóricos, tais como Lênin (1982), Teodor Shanin (1980, 2008), Kautsky (1980), entre outros, se posicionaram diante de tais discussões e, tanto através das leituras destes, quanto com a ida a campo e o contato direto com esses sujeitos, nos permitiram um posicionamento a respeito desta classe.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, assim como a divisão social do trabalho, mudaram a relação do homem e sua maneira de viver através da terra, este não mais detém os meios de produção necessários para manter-se na terra somente com seu trabalho. E com o aumento da pobreza e a falta de meios que lhes possibilitem reproduzir-se com o trabalho agrícola e familiar, resta-lhes a alternativa do trabalho

acessório, precarizado, instável, trabalho quase escravo, no qual se trabalha por uma quantia ínfima, sem quaisquer direitos trabalhistas.

Em relação à entrada de capital no campo, alguns teóricos conceituados, chegaram a defender a tese da desintegração do campesinato. Em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, Lênin (1882) afirma que o campesinato está em vias de desintegração pela inevitabilidade do processo de evolução do capitalismo. Para este autor, o desenvolvimento da divisão social do trabalho constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo, bem como, a separação entre a manufatura e a agricultura, transforma a agricultura em uma indústria e seus produtos transformam-se em mercadorias.

O campesinato está fadado a desaparecer e será substituído por novos tipos de população rural, sejam estes, operários assalariados, o assalariado agrícola, o diarista, o operário da construção civil. Ainda, segundo Lênin (1982), a burguesia rural, ou o campesinato rico, associam a agricultura comercial à empresas industriais, fato que levaria, inevitavelmente, a “destruição” do trabalho camponês.

Porém, a modernização do campo, o monopólio dos meios de produção, e da circulação dos produtos, fez com que o camponês buscasse outros meios de permanência na terra, porém sua essência permanece. Este trabalha na indústria, no restaurante, no cabeleireiro, na escola, no bar, no motel, mas trabalha também na terra. Contudo, diante de todas as atividades praticadas por estes, restam-lhes tempo para plantar apenas para o autoconsumo, quando resta. O trabalho familiar permanece, assim como a ajuda mútua entre os vizinhos em épocas de colheita.

Ao comparar as condições de vida dos camponeses frente a melhoria das relações de trabalho assalariado e a formação do mercado interno, Lênin (1982) procura demonstrar que o processo de desintegração do campesinato se dá pelo mercado, na substituição de uma economia mercantil, ou seja, na transformação do consumo monetário ou de pagamento (CONCEIÇÃO, 1991, p15).

Lênin (1982) mostra a necessidade do desenvolvimento da técnica e, conseqüentemente, a desintegração campesina diante do mercado. O autor enfatiza o caráter progressista da história, bem como, a importância do capitalismo. Segundo Conceição (1991), Lênin propõe o caminho da farmerização como meio de luta pelo fim da sujeição feudal, do regime de servidão.

Contudo, o avanço da técnica, o desenvolvimento do capitalismo no campo e o assalariamento do camponês, resulta na inevitável sujeição da renda da terra ao capital.

Disto, pode-se inferir que o camponês permanece no campo, contudo, fica a mercê do capital, pois, este, para assegurar sua permanência no meio rural, faz empréstimos em bancos para comprar insumos, e para pagar tais empréstimos, acaba repassando toda a renda da terra ao banco. Nesse sentido, Chayanov (1974) afirma que o camponês é criador de sua própria existência, a sua permanência se viabiliza no equacionamento do trabalho e da necessidade, com a organização baseada na produção familiar.

Entretanto, esta organização do campo baseada na unidade de produção familiar era considerada pelos marxistas-leninistas um atraso para o mesmo, pois a estrutura fechada na qual estava focada o campo na Rússia (o MIR) não permitia que o capitalismo avançasse no meio rural, e isso fazia da Rússia um país atrasado.

Entretanto, para os anarquistas, o MIR representava a solidariedade campesina, a divisão de terras era feita segundo a necessidade das famílias, bem como o tamanho destas, para os defensores da comuna, as fazendas dos kulaks “eram as únicas capazes de garantir a produção de um excedente comercial capaz de enfrentar as crises” (CONCEIÇÃO, 1991, p. 22).

Todavia, nestas fazendas, as decisões eram tomadas por todos os integrantes, de camponeses à burguesia rural. Contudo, nas assembleias o “peso” dos votos não eram considerados de maneira igualitária, quinze votos dos camponeses equivalem a um (01) voto da burguesia rural e, embora todos votassem, a palavra final era dada por um dos membros “superiores”, que sempre era representado por um burguês. Ou seja, a desvantagem desde sempre recaiu sobre os menos abastados.

E, neste embate, entre o que seria o melhor para o meio rural russo, de um lado foi dada ênfase, por parte do programa agrário leninista à eliminação da unidade familiar de produção, subestimando-se o caráter de classe do camponês e a superestimação do operariado, por outro, os defensores da permanência da unidade de produção familiar, subestimaram as diferenciações, as contradições de classes, dirimindo a força dos conflitos e minimizando o domínio político da nobreza latifundiária (CONCEIÇÃO, 1991).

A desintegração do campesinato exposta por Lênin não ocorreu, e o mesmo autor, noutras bibliografias como “Aos pobres do campo” e no “Programa agrário” considera que houve erro em acreditar que a agricultura capitalista na Rússia estava cristalizada (CONCEIÇÃO, 1991).

Levando em consideração estes debates pela tese que melhor explique o meio rural, bem como, a busca pela melhor “saída” para o camponês diante do modo de

produção capitalista (que separa esses sujeitos do seu meio de produção) percebe-se que há sempre uma lacuna ao representar a luta de classes, ou se dá ênfase a uma coisa ou a outra, não se leva em consideração as particularidades de cada classe e o conflito gerado a partir desse choque de particularidades, deixa-se de lado o caminhar da vida, o caminhar dos camponeses e sua luta pela permanência na terra; deixa-se de lado, principalmente, a contradição que há em estar inserido no modo de produção capitalista e deste não compactuar.

## **4.2 Estratégias de reprodução social do campesinato**

Diante da crescente pobreza no meio rural, principalmente no meio rural do município de Itabaiana, muitas são as estratégias de reprodução social do camponês. Estas, em sua grande maioria, trazem para o homem uma grande exploração. Tais estratégias podem ser vistas tanto com o trabalho agrícola realizado pelo camponês nas propriedades dos grandes fazendeiros que assalariam, nestas condições, mesmo o camponês permanecendo com o trabalho na terra. Outras estratégias também podem ser vistas no comércio na beira da estrada, nas indústrias caseiras, na construção civil, empregados domésticos, e uma gama de serviços, principalmente no setor terciário da economia.

Tendo em vista nosso trabalho de campo e a bibliografia consultada, pode-se constatar que, toda a teoria do fim do campesinato diante da expansão do capitalismo no campo não se confirmou, para a realidade analisada. Percebemos que o camponês vive diante de um ir e vir incessante. Estes podem, a cada seis meses, apresentarem-se com “ocupações” diferenciadas, ou até mesmo, a cada mês, ou seja, ser num determinado período catador de papel, noutro cortador de cana, noutro empregado doméstico e noutro trabalhar na própria terra. É o que Shanin (2008) chama de saber contornar e ultrapassar as crises. Para tanto, iremos analisar no município de Itabaiana o trabalho acessório e o trabalho não-agrícola, chamando a atenção para a indústria ceramista e de produção de castanha, que tem expressividade no município em questão, e através deste, apresentaremos uma classe que mesmo diante das mudanças que foram “obrigados” a vivenciar, não perderam a essência do que é ser camponês.

### **4.2.1 Trabalho acessório**

O trabalho acessório é uma das estratégias utilizadas pelo camponês, para

conseguir resistir a diferentes pressões e agressões provenientes da territorialização do capital no campo. Essa estratégia pode representar a permanência na terra que se dá através da realização de trabalho agrícola e /ou trabalho não-agrícola fora da sua unidade de produção.

Segundo Chayanov, (1974, p.101) ao não ser absorvida na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outros trabalhos não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção agrícola.

Nesse sentido,

O trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar “fora”. Em contrapartida, quando a família se contrai, por migrarem os irmãos ou os filhos, o camponês não pode mais dar conta dos trabalhos acessórios” (SANTOS, 1978, p.38).

Kautsky (1980, p. 34) corrobora tal afirmação e afirma que “esses operários assalariados são formados por braços que se alugam por um salário, são de camponeses proletários, de camponeses que buscam serviços acessórios, filhos e filhas de camponeses que estão sobrando”.

Santos (1978) afirma que a transformação do camponês em trabalhador assalariado, ainda que temporariamente, é uma fonte de renda monetária que suplementa o rendimento obtido com o trabalho agrícola, rendimento este que, frequentemente, é negativo e insuficiente. Assim sendo, precisam de recorrer ao trabalho acessório para compensar os rendimentos negativos, o que explica a constância desse trabalho em suas biografias. Somente são limitados pelo ciclo de existência da família que em algumas épocas os libera e noutras os impede de desempenhar algum trabalho acessório.

Para o camponês é mais viável o trabalho acessório de diarista onde realizam tarefa por empreitada, em detrimento do trabalho permanente, pois neste tem obrigações e o distancia do que realmente gostam de fazer que é o trabalho com a família na sua terra. Por isso, não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica particularmente valiosa para os filhos que desde algum tempo migram para as cidades. O trabalho acessório, significa para o camponês uma combinação técnica e econômica de otimização do uso

da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa se este não ocorresse (SANTOS, 1978, p.39).

Todavia, tal afirmação de Santos (1978), nos leva a acreditar num tempo ocioso por parte do camponês, que por consequência trabalha noutra setor, que não o agrícola, para “preencher o seu dia” ou como forma de “aprendizagem”, entretanto, a realidade presenciada no meio rural do nordeste é outra, o aumento da pobreza e o crescente índice de indigência no campo é que levam o camponês a buscar o trabalho acessório, submetendo-se a exploração da força de trabalho, e tornam-se subproletários sem direitos trabalhistas.

Nesta pesquisa é considerado trabalho acessório todo tipo de trabalho, seja este agrícola ou não agrícola, que não é realizado na propriedade do camponês, o que impõe o deslocamento do camponês de sua propriedade para a de terceiros ou para a empresa ou fábrica para realização desse tipo de trabalho.

No entanto, esse tipo de trabalho poderá ser realizado em outra unidade de produção camponesa. Isso se dá, pois, a contratação da força de trabalho também faz parte das estratégias de sobrevivência do campesinato. Todavia, ocorre de maneira diferenciada da contratação feita por capitalistas. Em tempos de colheita, como em muitos casos no nordeste brasileiro, a colheita do feijão é necessário muitos braços para o trabalho, muitas vezes apenas a família não é suficiente, nestas condições, o camponês contrata a mão-de-obra temporária. No entanto, segundo Oliveira (1991), o camponês que contrata não é um capitalista, até porque o dinheiro gasto para pagar ao trabalhador contratado será reduzido no dinheiro que seria gasto para manter a família, o camponês não se apropria da força-de-trabalho alheia para adquirir grandes somas de capital.

Esse aspecto do campesinato pode ser verificado empiricamente no município de Itabaiana. Em entrevista um camponês afirma:

Aqui, o que se ganha não é quase nada, não dá para dizer é tanto por mês, quando a feira é boa ganha melhorzinho, mas tem que pagar os trabalhadores e o banco, que eu peguei um empréstimo pra ajeitar umas coisas na roça, uns venenos, uns adubos, essas coisas. E no fim das contas, quem é dono da terra e quem trabalha na terra dos outros não tem muita diferença não, as vezes não sobra nada de dinheiro (CJ 1).

Contudo, para sobreviver no modo de produção capitalista é necessário utilizar-se dos mais diversos mecanismos, e até assalariar se preciso for, e ainda que o trabalho

fora da propriedade não seja uma vontade do camponês, esta é umas das estratégias de sobrevivência no campo.

#### **4.2.2 Migrações: o ir e vir incessante em busca da sobrevivência**

Sair do lugar de origem, da terra em que nasceu, muitas vezes é dolorido para o camponês. Muitos saíram e voltaram, outros nunca retornaram. Seria estes a prova da desintegração? Ou, por fazerem parte de uma classe que, historicamente, luta pela permanência na terra, o homem que migra permanece camponês?

Na realidade estudada pode-se constatar que a migração, seja temporária ou permanente, é um fato presente na realidade das famílias camponesas. Diante da necessidade da sobrevivência, não é raro a migração de jovens e até pais de famílias migrarem para garantir a sobrevivência da família. Sobre esse aspecto um entrevistado relatou:

Fui morar no Paraná, minha alma chorava, mas eu precisava ir, em casa não tinha dinheiro pra nada, mas eu sabia também que lá não ia ser fácil. Passei um bocado de dia para me acostumar, e mesmo assim, não me acostumei. Lá acordava cedo, igual aqui, o trabalho era pesado também, mas era trabalho pros outros, não podia parar quando queria como faço aqui. Mas lá tinha o que comer, e aqui já nem isso tinha. Trabalhei duro, chorava de vez em quando com saudade, eu digo “um dia eu volto”, e voltei. Foi bom pra ver como é o mundo lá fora, mas não quero ir de volta não (RP 2).

Muitas vezes a migração corta os laços familiares, pois nem sempre o que migra consegue alimentar a esperança de realizar a migração de retorno. Nesse sentido uma entrevistada relata:

Tenho dois filhos, em São Paulo e um que tá no Rio de Janeiro, tem mais de 20 anos que não vejo, nem tenho notícias, nem sei direito se ainda moram nestas cidades, foram pra trabalhar e nunca mais voltaram. (GDII 1).

Ainda sobre esse aspecto da migração permanente, em depoimento, uma moradora do povoado Carrilho relatou a história de sua irmã:

Ela casou nova, saiu daqui com o marido e já tinha os seis filhos, saiu com a promessa de voltar, esse era o meu maior sonho, o dela também, mas nem pode mais realizar. A gente adorava esse lugar, mas hoje, depois de velha, só fica a saudade mesmo, e já se foi, tá com o nosso Pai do céu, ficou só no desejo de voltar. É muito triste! (CR 3).

Lênin (1982) citado por Conceição (1991, p. 40) afirma que a migração impulsiona a desintegração do campesinato. Os camponeses médios são os que

representam o maior índice de fluxos migratórios. No entanto, o que se observa na realidade do município de Itabaiana, diante do agravamento da pobreza no campo, é o predomínio da migração dos camponeses mais pobres.

No trabalho de campo tivemos contato com camponeses que por apresentarem um poder aquisitivo mais elevado que os demais do município, conseguiu comprar uma casa na cidade de Itabaiana e mudou-se para esta. Permaneceu morando por dois anos e voltou para o povoado Cajalba, de onde havia saído. Segundo relato desse camponês

A roça é bem melhor que a cidade, lá tudo tem que comprar, o barulho é grande, minha casa tá lá, mas quero voltar não. Aqui eu planto feijão, mandioca, só para comer mesmo, não vendo, só quando dá muito, aí eu vendo. Mas não é sempre não. É uma diferença grande de cidade para roça, gosto de cidade não (CJ 2).

Portanto, a maioria dos camponeses que migram, o pensamento primeiro é o retorno. Ainda que não retornem definitivamente, os chamados camponeses médios, mantém o contato com a terra. Para estes, a terra representa muito mais que apenas valor de troca.

Martins (1991) afirma que os camponeses que não conseguem resistência, “cede” as pressões deixando de ser posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores ou proprietários de pouca terra e transformando-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho, não só no campo, mas também na cidade. Os empregos encontrados por esses trabalhadores não são permanentes, além de ocorrer, em muitos casos, o deslocamento a grandes distâncias, sem qualquer direito trabalhista assegurado. Trabalhadores de Sergipe, Bahia, Pernambuco são encontrados com frequência trabalhando em canaviais e laranjais de São Paulo, nos cafezais de Minas Gerais entre outros.

Longe da família e próximo do “gato” (agenciador de trabalhadores), os peões são vendidos como mercadoria, e sua venda é justificada pelas dívidas que o trabalhador é obrigado a contrair durante a viagem com alimentação e o próprio transporte. A dívida é transferida do agenciador ao capitalista (proprietário fundiário e empresário rural) que, em nome dela, “escraviza” o peão enquanto dele necessitar (MARTINS, 1991).

Em muitos casos as migrações campo-cidade tem sido a “saída” encontrada por muitos camponeses cansados de lutar contra as privações, a miséria, a falta de terra e de perspectiva. Estes vêm nas cidades a solução para os problemas que enfrentam diariamente, e seguem pela “estrada” rumo as periferias das grandes cidades, onde

venderão sua força de trabalho e se tornarão ainda mais escravos do capital. Em contrapartida, a mesma estrada, estrada do Estado, pública, trouxe para o campo o latifundiário, o empresário, o grileiro. E, a terra, tida como condição de vida para o camponês, passa a ser apenas mercadoria dos seus proprietários. Estes visam somente o lucro e a renda da terra.

Alguns permanecem no campo e buscam nas migrações temporárias estratégias de manter-se na terra. Entretanto, para Martins (1986) esse tipo de migração desata os laços familiares e ata o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura. Migram, para não aumentar a miséria em casa e deixam meninos e meninas com menos de 14 anos para trabalhar na roça em seu lugar.

O ir e vir incessante dos camponeses decorre principalmente da ausência de possibilidade de reproduzir-se socialmente, essa situação é agravada pela falta de valorização e conseqüente queda dos preços dos produtos agrícolas. Desse modo, os camponeses vivem sempre no limite de sua sobrevivência, não conseguem garantir nem mesmo a reprodução social simples, através do trabalho na terra, nem conseguem grandes feitos com a venda de sua força de trabalho. Nesse sentido, Martins (1986, p.45) ressalta:

mais do que ficar e partir, o migrante temporário vive em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante é viver tais contradições como duplicidade, é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É está em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

As migrações podem ser cíclicas, ou seja, com tempo certo de saída e retorno, como é o caso dos camponeses que migram para as plantações de cana-de-açúcar, permanecendo fora de casa no período de colheita e depois retornam, configurando como migrações temporárias propriamente ditas, são ritmadas de acordo com a safra e as estações do ano. Todavia, quando o camponês se emprega numa fábrica ou numa usina de cana, o seu “ritmo” ou “tempo” é o do capital, não importando se é dia ou noite, e em qual estação do ano estamos.

A apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital, o que permite afirmar que o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país. É por isso que Martins (1981) afirma que o camponês brasileiro não é um enraizado, é um desenraizado, é migrante, é itinerante. Desde a chegada dos europeus que são os

camponeses-proprietários até os camponeses-posseiros, tem uma história de perambulação. A ida para o sul e sudeste e atualmente para o norte e centro-oeste, são determinados pelo avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1981, p. 17).

É notável que, o camponês, mesmo diante de profundos conflitos e grandes crises, se mantém como tal. Pode-se observar que são homens e mulheres que buscaram/buscam forças para lutar contra a expropriação, fazendo do seu cotidiano uma verdadeira trincheira de sobrevivência.

#### **4.2.3 O trabalho não-agrícola: a possibilidade da venda da força de trabalho e a permanência na terra**

O camponês é expropriado ora da sua própria terra, ora da sua produção. Durante esta transformação, o camponês é metamorfoseado em verdadeiro trabalhador para o capital, uma vez que este exige o uso dos implementos e insumos introduzidos pela indústria moderna, o que repercute no privilegiamento das culturas comerciais sem a garantia dos rendimentos dessa produção para quem trabalha nela (LISBOA, 2007, p. 55).

Este privilégio em relação às culturas comerciais beneficia apenas os detentores do capital, o camponês que trabalha na propriedade capitalista não se beneficia em nada do lucro obtido com a comercialização dos produtos e, ainda que trabalhe na própria propriedade, adquirir insumos através de empréstimos compromete a renda da terra e, sem o recurso para investir em insumos para a mesma, só aumenta a discrepância entre este e o capitalista, restando-lhes, muitas vezes, a alternativa de trabalhar no não-agrícola, sujeito a grande exploração.

Tanto camponeses parcelários, posseiros ou agregados quanto proletários, vivem num incessante ir e vir, ser, não ser e vir a ser, numa busca interminável por melhores condições de vida ou simplesmente, sobrevivência. No campesinato, as principais alternativas encontradas como tentativa de fuga da crescente pobreza são as migrações (campo-cidade), as migrações temporárias e o assalariamento, seja com trabalho agrícola ou com o não-agrícola, ou até mesmo na junção dos dois. Desse modo, verifica-se o aumento da exploração do trabalhador.

O trabalho não-agrícola representa uma proporção cada vez maior de ocupação entre os trabalhadores rurais. Todavia, este não cresce de maneira igualitária nas regiões, ou seja, cada área traz diferentes modos de lidar com as questões do campo, a exemplo, das regiões com maior composição orgânica do capital, conseqüentemente

com maior possibilidade de territorialização do capital, através da mecanização do processo produtivo no meio rural, implica em pouca expressividade da mão-de-obra, como são o caso das regiões sul e sudeste do Brasil. Nestas regiões o camponês tende a buscar outros tipos de trabalho, que não o agrícolas, por causa dos impactos da intensa modernização tecnológica e produtiva a qual alterou fundamentalmente a estrutura e a composição do trabalho rural.

Contudo, pode-se notar também um crescimento acelerado do trabalho não-agrícola no nordeste do país, todavia, esse crescimento não decorre, em larga escala, do avanço tecnológico no campo, mas sim, em grande parte, da pobreza acentuada que predomina nas áreas rurais. Diante disso, como tática de sobrevivência o camponês desenvolve tanto trabalho agrícola (que é muito expressivo no nordeste), como o não-agrícola, não sendo este necessariamente, trabalho secundário.

Portanto, as mudanças pelas quais o meio rural vem passando, os novos tipos de ocupação, ou as novas feições tomadas por este meio, ocorrem de diferentes maneiras, a depender da área e da história econômica, política e social pela qual passou/passa cada região.

Grande parte da população que reside na zona rural está sujeita ao elevado índice de pobreza, serviços básicos e infra-estruturas insuficientes, alto índice de mortalidade infantil e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Pode-se perceber também um alto índice de analfabetismo, tanto entre adultos como adolescentes. E diante da ausência de recursos, é nítida a procura pelo assalariamento (principalmente o emprego informal), embora em muitos povoados da área estudada a agricultura represente uma das principais atividades econômicas. Os povoados de Itabaiana mostram-se com uma tendência não-agrícola acentuada, em alguns destes, como o povoado Carrilho, por exemplo, a presença da ocupação agrícola entre os moradores é muito pequena. Podemos constatar que os trabalhos não-agrícolas mais importantes nessa região são produção de castanha de caju, casas de farinha, serviços gerais, comerciantes, domésticas, autônomos, entre outros.

Entre as atividades identificadas na área de estudo, a produção de castanha se destaca, uma vez que, num universo de 225 pessoas empregadas em trabalho não-agrícola, que fazem parte das famílias alvo da aplicação dos questionários, 55 destas pessoas, ou seja, 24,5% estão ocupadas na produção de castanha de caju. Outra atividade que ganha destaque, entre as ocupações, do universo pesquisado, é o trabalho de ceramista, que emprega 20,4% das pessoas que desenvolvem o trabalho não-agrícola.

É notável a presença de diferentes tipos de trabalho no campo, como serviços gerais, comerciantes, domésticas, autônomos, entre outros. Todavia, é muito expressivo o trabalho agrícola neste município. Contudo, a população dos povoados Carrilho e Rio das Pedras do município de Itabaiana, sobrevivem basicamente da produção de castanha e da indústria ceramista respectivamente. Ao analisar a Tabela 08, resultado da sistematização de dados de campo, nota-se a presença do trabalho não-agrícola, que é desenvolvido no município em questão.

**Tabela 08 – Município de Itabaiana: pessoas ocupadas em trabalho não-agrícola - 2010**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Serviços Gerais	16	7,2
Castanha	55	24,5
Cerâmica	46	20,4
Autônoma	25	11,2
Comerciante	27	12,1
Doméstica	10	4,4
Costureira	4	1,8
Vigilante	4	1,8
Porteiro	4	1,7
Merendeira	3	1,3
Tesoureira	3	1,3
Casa de Farinha	7	3,0
Frentista	2	0,8
Professora	6	2,6
Caminhoneiro	3	1,3
Secretária	4	1,7
Pedreiro	3	1,4
Cantor	1	0,5
Monitora do PETI	1	0,4
Pintor	1	0,5
Garçom	1	0,5
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100</b>

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Como pode ser observado na Figura 05, a produção de castanha, no geral, é realizada em condições de precariedade. O trabalho é realizado com o emprego de pouca tecnologia e, não raro, envolve o trabalho infantil.

Atividades de prestação de serviços são comuns nesses povoados do município de Itabaiana. Em vários povoados estão presentes serviços como borracharias, bares (Figura 06), minimercados, entre outros, o que tem ampliado a oferta de trabalho não-agrícola na área rural do município.



**Figura 05 – Itabaiana: produção de castanha de caju, povoado Lagoa do Forno**  
Foto: Laercio Filho, 2010



**Figura 06 – Itabaiana: trabalho não-agrícola, povoado Rio das Pedras**  
Foto: Adelli Nascimento, 2010.

Este é mais um indício do capital “cercando” o homem do campo por todos os lados, pois, não conseguindo plantar nem para subsistência, o camponês se envolve em dívidas que precisam ser pagas, e a saída acaba sendo o que recebe do capitalista, ou seja, da venda da sua força de trabalho em atividades não-agrícolas. No intuito de

corroborar com essa afirmação, na Tabela 09 estão representados os dados sobre a renda mensal dos camponeses entrevistados no trabalho de campo.

**Tabela 09 – Município de Itabaiana: porcentagem da renda mensal dos camponeses ocupados em trabalho agrícola e não-agrícola, 2010.**

<b>Faixa de rendimento (R\$)</b>	<b>Trabalho não-agrícola</b>	<b>Trabalho agrícola</b>
10,00 a 50,00	10,8%	2,8%
50,00 a 100,00	16,0%	24,0%
180,00 a 200,00	5,4%	-
200,00 a 400,00	2,8%	-
600,00 a 700,00	23,8%	-
1.000,00 a 2.000,00	10,8%	-

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Os dados mostram que a renda no meio rural de Itabaiana é muito baixa; a renda proveniente do trabalho agrícola é ainda menor. Além da ausência de meios para investir em insumos para a produção, a grande maioria dos camponeses que trabalham na agricultura produz apenas para o auto-consumo e vende somente em épocas de safra, por isso, a maioria dos entrevistados não sabia precisar a renda mensal e não responderam. As rendas mais elevadas são dos atravessadores (estes recebem em torno de 2.000 e 3.000 reais mensais (segundo entrevistados), contudo, não compõem a tabela anterior por não serem considerados camponeses, tal fato deixa explícito a grande exploração sofrida pelo camponês que produz e vende; pois estes recebem muito menos que aquele que apenas repassa a produção.

A renda dos que trabalham no não-agrícola é maior, porém, é dessa maneira que o capital separa o homem da terra, pela ausência de meios de reproduzir-se socialmente na terra e pela sua necessidade crescente de sustentar a si e a sua família. Ainda que a renda não seja tão superior no trabalho não-agrícola, o salário mínimo acaba sendo a escolha, em detrimento dos 15,00 ou 20,00 reais que são adquiridos no trabalho agrícola. Assim, cada vez mais a terra passa a servir apenas de morada, pois o trabalho nela realizado cada vez menos garante a reprodução social do camponês.

Alguns autores como, Graziano da Silva e Del Grossi (1997), Scheneider (1994) discorrem a respeito do trabalho não-agrícola, assim como da “multifuncionalidade” do meio rural e, coloca-os como a prova do fim deste meio, dando ênfase a “nova ruralidade”, esfacelando o sentido da classe camponesa. Coloca os camponeses como agricultores familiares, desse modo, tentam passar a ideia de que o campo é um meio sem degraus, sem hierarquias, onde todos são iguais, sem diferenciação de classes.

Sendo assim, mascaram o conflito, pois dessa maneira, capital tem mais espaço para ampliar-se.

Contudo, em campo, foi constatado a presença crescente do trabalho não-agrícola, porém o meio rural, embora venha sendo negado, não se apresenta em vias de desaparecimento. Um caminho para decifrar a relação cidade/campo é compreendê-los como pares dialéticos (OLIVEIRA, 2004) e diluir a linha demarcatória entre estes espaços, pois estes se complementam, um existe pelo outro. Um exemplo disso está na luta dos camponeses pela terra, por créditos agrícolas e melhores condições para sua permanência no campo, que constantemente acontece nas cidades. Em contrapartida os bóias-frias saem das cidades para trabalhar no campo. “Aí reside um ponto importante do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está fundindo a união contraditória que separou no início de sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo” (OLIVEIRA, 2004).

#### **4.3 Estado e Capital: Políticas públicas X dependência do campesinato**

Segundo Bobbio (1986) a tese que percorre com frequência a história do pensamento político é a de que o Estado nasce quando se dissolve a comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência como o sustento e a defesa. Ou sob a tese de que o nascimento do Estado assinala o início da era moderna, segundo esta mais antiga e mais comum interpretação o nascimento do Estado representa o ponto de passagem da idade primitiva, gradativamente diferenciada em selvagem e bárbara, à idade civil, onde "civil" está ao mesmo tempo para "cidadão" e "civilizado".

Em toda a tradição jusnaturalista, o estado de natureza que precede ao estado civil é representado indiferentemente como um estado de isolamento puramente hipotético ou como o estado em que teriam vivido os povos primitivos e vivem ainda os selvagens; em ambos os casos, como a condição na qual os homens vivem quando ainda não surgiu o Estado, não por acaso chamado, em antítese ao estado natural, de *societas civilis* (civil justamente como não natural e ao mesmo tempo como não selvagem). Para Viço, a primeira forma de Estado no sentido próprio da palavra é precedida pelo estado bestial (associai) e pelo estado das famílias, que é um estado social mas não ainda propriamente político, e nasce quando, em seguida à revolta dos "fâmulos", os chefes de família são obrigados a se unir e a dar vida à

primeira forma de Estado, a república aristocrática (BOBBIO, ANO, p. 74).

Ainda para o autor a teoria política de todos os tempos dedicou-se a este tema com infinitas variações. A tipologia clássica, transmitida ao longo dos séculos, é a que se encontra na *Política* de Aristóteles, onde são distinguidos três tipos de poder com base no critério da esfera em que é exercido: o poder do pai sobre os filhos, do senhor sobre os escravos, do governante sobre os governados. Aristóteles acrescenta que os três tipos de poder também podem ser diferenciados com base no específico sujeito que se beneficia com o exercício do poder: o poder paterno é exercido no interesse dos filhos, o senhorial ou despótico no interesse do senhor, o político no interesse de quem governa e de quem é governado (donde as formas corruptas de regimento político, onde o governante, tornado tirano, governa apenas em seu próprio benefício). Esta tipologia teve relevo político porque serviu para propor dois esquemas de referência para definir as formas corruptas de governo: o governo paternalista ou patriarcal, no qual o soberano se comporta com os súditos como um pai e os súditos são tratados eternamente como menores de idade, e o governo despótico, no qual o soberano trata os súditos como escravos e a estes não são reconhecidos direitos de qualquer espécie.

Vê-se no Brasil, um governo voltado ao paternalismo ou patriarcal, no qual os governantes atuam como “pais” do povo e oferecem o pão, mas não meios de conseguí-los, ou seja, repassam quantias ínfimas à população, com este apoio diminui-se o nível de miserabilidade e aumenta o poder de compra, contudo, a população vive ainda com péssimas condições de vida, e sem uma renda que lhes dêem o sustento digno, nem educação de qualidade para que visem um futuro melhor, não lhes são passados os meios de conseguir reproduzir-se sozinhos.

A ideia de sociedade civil nos remete a uma sociedade com direitos iguais a todos, de participação em comum, todos unidos pelo mesmo objetivo: o de viver socialmente. Todavia, este objetivo se restringe a uma minoria, a que detém o capital.

A superestrutura, que é composta pelo jurídico/político (o direito e o Estado) e o ideológico, é alicerçada sobre as forças produtivas e relações de produção que fazem parte da infra-estrutura (MARX, apud MARQUES, 2007), ou seja, a super-estrutura, é sustentada pela infra-estrutura, sem esta base não há como manter o topo da pirâmide. Contudo, como a ideologia predominante, seja através da escola, igreja, ou família é a ideologia burguesa, portanto, as ideias que prevalecem na sociedade são a desta classe, sendo esta que detém o poder.

O Estado nada mais é do que o reflexo da classe dominante. É ele um meio de repressão onde a burguesia assegura sua dominação frente à classe operária, para submetê-la ao processo da extorsão da “mais valia”, ao processo da exploração capitalista declarada. Ele (Estado) é um aparelho repressivo. Repressão esta executada através de seus mais variados órgãos como polícia, tribunais, presídios, a serviço das elites frente ao proletariado, tendo por função a reprodução do modo capitalista de produção (MARQUES, 2007, p.3).

Todavia, a luta da classe dominante não é uma luta acabada, caso contrário não seria de fato uma luta. A burguesia luta contra as antigas classes dominantes e contra a classe operária e camponesa. Portanto, assevera Marques (2007) que “não há luta de classes sem classes antagônicas”.

Entretanto, para Althusser, *apud* Marques (2007), a igreja, a escola, a família, e toda a “defesa” concedida ao trabalhador, através dos direitos dos trabalhadores pela legislação social, Justiça do Trabalho, nada mais fazem a não ser “frear” o trabalhador, permitindo a manutenção da lógica capitalista. E diante das muitas horas de trabalho, não é possível um amadurecimento intelectual, no qual os trabalhadores poderiam traçar os passos para a dita “tomada do poder”.

Contudo, o Estado está no processo de produção da pobreza, ou seja, este junto aos que compreendem a burguesia, explora o trabalhador para a obtenção da mais-valia e os mantém presos ao sistema capitalista de produção. E, levando em consideração que pobreza e riqueza são pares dialéticos, é necessário que o primeiro exista para manter este último. Como pensar este (o Estado), como elaborador de políticas públicas para erradicar a pobreza que, junto à macro-estrutura, é criada e mantida com a participação dele?

As políticas públicas fazem parte de um sistema contraditório em que o Estado junto ao capital, provocam a pobreza para depois “tentar sanar”, desse modo, esculpem, feito um artesão, a imagem de um Estado bom, voltado para o bem-estar da população em geral.

As medidas paliativas tomadas pelo Estado não afetam a estrutura geradora do problema, e estes são levados adiante. Em geral, as políticas públicas não tem continuidade, são reformadas, reformuladas e até extintas, para se criar tantas outras, com o intuito de ludibriar a população.

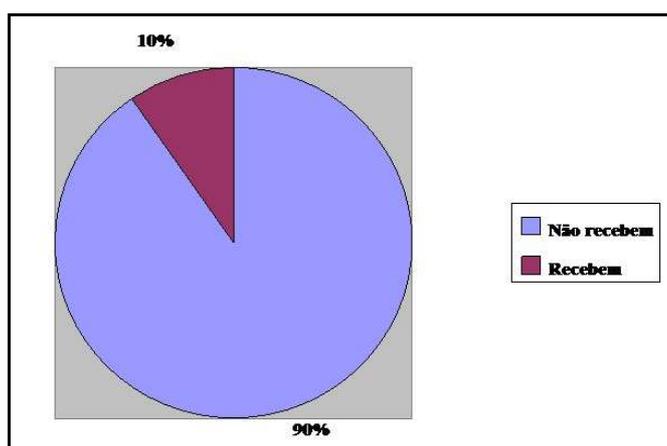
A dependência acomoda, cega, engana. O Estado, em busca de mais espaço para a expansão do capital se utiliza de diversos mecanismos, como disfarçar-se de bonzinho criando bolsa escola, bolsa família, bolsa isso, bolsa aquilo, desse modo, cega a população que acredita de fato nas boas intenções dessas políticas, acomodam-se, pois

“deixam” a luta por melhores condições de vida para trás, são enganados, se contentam com as migalhas oferecidas pela classe que se beneficia com sua pobreza.

Cabe frisar que não se trata de ser contra as atuais políticas assistencialistas. Esse tipo de política se faz necessário em momentos extremos, ou seja, quando uma parcela da população apresenta situação de risco social, risco de não sobreviver. Sendo assim, considerando o quadro de vulnerabilidade social da população brasileira justifica-se a implantação de tais políticas. No entanto, essas não podem ser implantadas isoladamente. Precisam ser acompanhadas de políticas estruturantes, para gerar possibilidades de emancipação do sujeito, com a ampliação de direitos e autonomia.

Contudo, diante da grande pobreza existente no meio rural, as políticas públicas tornaram-se fundamentais e, sem estas a miserabilidade cresce ainda mais, pode-se dizer, portanto, que a partir do momento em que inicia-se a grande necessidade do homem, acaba a sua liberdade, e a população vive “preza” a partidos políticos, ao patrão, ao capital, são impossibilitados de lutar, pois não lutariam contra quem “está ao seu lado”: o Estado. Esse quadro de dependência e alienação é latente nas áreas rurais de Itabaiana, tanto é que não raro se depara com afirmações como: “Deus me livre votar contra Lula, ele é meu patrão” (LF 1).

Analisando os dados representados na Figura 07 podemos constatar a situação da população da zona rural de Itabaiana em relação aos “beneficiamentos” do governo federal, onde verifica-se que 90% das crianças da zona rural do município de Itabaiana recebem algum tipo de benefício.



**Figura 07 – Município de Itabaiana: porcentagem das crianças residente em áreas rurais beneficiadas com o Bolsa Família**

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A grande maioria das crianças que moram no campo recebe algum tipo de benefício provenientes de políticas assistencialistas; de acordo com dados do trabalho

de campo esse índice chega a 90%. Diante disso, afirmam os entrevistados que as bolsas são fundamentais para o sustento da casa ou para manter a criança na escola; apenas 10% das crianças vão à escola e não recebe Bolsa Família. Em resposta à importância da bolsa para a família um entrevistado nos afirma que:

Essa bolsa caiu do céu. Ajuda, e como ajuda. Dá para pagar um bujão, um talão de qualquer coisa. É muito bom pra nós (morador do Rio das Pedras, Itabaiana).

Ainda sobre os “benefícios” dos programas assistencialistas outro morador fez o seguinte comentário:

Ele (Lula) manda aqui, pode chegar mil atrás de voto, digo que voto pra não fazer desfeita, mas eu só voto mesmo em quem me ajuda e ajuda o país, ajuda nós do campo. Lula foi o único que olhou pelos pobres. Hoje, a gente tem luz, a água tá pra ser ligada aí também. Voto mil vezes nele! (LF 2).

Diante de um quadro geral de exclusão social, somado às constantes crises do capital com seus consequentes cortes no emprego, qual o verdadeiro papel do Estado em relação às diferentes classes sociais? Tendo em vista que este (o Estado) dirige suas funções em favor dos mais poderosos e não tem intenção de resolver as urgências sociais, qual o verdadeiro papel das políticas públicas?

No Brasil as políticas (ditas sociais) são criadas com o propósito de diminuir a pobreza e a desigualdade. Todavia, entendemos tais políticas públicas, como políticas de governo, que servem apenas para manter a estrutura em funcionamento. Seja para dar o mínimo de condições de sobrevivência para a classe mais baixa, seja para manter os camponeses no campo enquanto mão-de-obra disponível, seja para a produção de alimentos para a classe menos abastada da cidade e, desse modo, manter baixo o salário mínimo, o fato é que são políticas imediatistas, que em nada resolvem a questão do campo, apenas garantem votos para as eleições futuras.

As políticas de governo (que são diferentes das políticas de Estado) em nosso país geram mais dependências financeiras que erradicam a pobreza (posto que este seja o objetivo principal segundo os dados do governo). Programas como Bolsa Família aparece como emancipador das famílias mais pobres do país, bem como, política de combate a fome e a pobreza, além de proporcionar às famílias, segundo o governo, acesso aos direitos sociais básicos como saúde, alimentação, educação e assistência social. Desse modo, além de complementar a renda, aumenta o compromisso nas famílias em relação à presença dos filhos à escola e uma maior frequência às redes de

saúde pública.

O Bolsa Família aumenta os benefícios, mas aumenta também o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas. Para continuar recebendo o Bolsa Família, elas terão de manter em dia a caderneta de vacinação dos filhos, comprovar sua presença na escola, freqüentar os postos de saúde da rede pública, e também, quando oferecidas, participar de atividades de orientação alimentar e nutricional e de programas de alfabetização, cursos profissionalizantes, etc. (CARTILHA DO BOLSA FAMÍLIA, 2003).

Esses programas não são acompanhados diretamente por profissionais da área social, para o cadastro de pessoas não há exigências de um técnico específico da área. Como consequência disso, é comum que famílias que realmente precisam acabam não tendo acesso ao “benefício” e outras famílias são cadastradas mais de uma vez; pode ocorrer omissão ou manipulação dos dados fornecidos, e famílias com melhores condições são incluídas no programa.

O Bolsa Família integra vários outros programas como o auxílio gás, o Bolsa escola, o Bolsa Alimentação, e o cartão de alimentação, o que segundo o governo, evita a fragmentação e dispersão setorial. Contudo, Bressan (2004) afirma que entre as secretarias que coordenavam esses antigos programas como as de Educação, Saúde e Assistência Social não há um entendimento. Estas não estão por dentro das exclusões/inclusões das famílias de um programa para outro, e isso gera desencontro de informações a respeito das pessoas que fazem parte de cada programa.

Diante dessa problemática, qual o verdadeiro objetivo desses programas sociais? São levados em consideração as reais necessidades das famílias como forma de incluir? Quais são essas necessidades?

O Estado, aliado aos interesses do capital, retira (através da alienação) do homem o direito de trabalhar, de ter segurança no emprego, a população vive em busca de qualquer tipo de trabalho, seja este, temporário ou permanente, digno ou precarizado, livre ou escravizado. E, mesmo em meio a “caos social” provocada por essa forma de agir do Estado, este mascara-se, “tira com uma mão e dar com a outra”, só que não na mesma proporção, o que lhes é retirado é muito maior. Todavia, os “benefícios” trazidos pelo poder público servem de “acalento para o povo”, além de servir como compra de voto para as eleições futuras. Sentindo-se beneficiados, a população jamais se volta contra o que está imposto, eles não se revoltariam contra quem, aparentemente, está do seu lado.

Contudo, a tentativa de desenvolvimento do campo através da entrada do capital

e a sujeição do Estado ao capitalismo monopolista, nada mais trouxe para o camponês que uma exclusão exacerbada e elevados índices de miserabilidade e, mesmo diante do crescente nível de indignação, não há políticas públicas que os apoiem de fato, que apareçam como forma de mitigar a pobreza. O poder público, quando atua, implementa políticas assistencialistas, de curto prazo, gerando mais dependência do que formas de se resolver os problemas locais.

Tradicionalmente, no Brasil, no campo das políticas públicas, o Estado transfere para a sociedade as responsabilidades mais fundamentais e restringe-se apenas às ações consideradas, por este, emergenciais. O Estado, tido como Estado Mínimo no final do século XX, segundo as correntes neoliberais, recua ainda mais sua posição, que “desobrigado” está de cumprir o seu “dever social”. E, tais deveres, passam a ser obrigação do cidadão, da sua família, da comunidade e da sociedade, os deveres do Estado se restringem às situações extremas (BRESSAN, 2004). As políticas públicas, à maneira como são implementadas, acabam por reproduzir as desigualdades sociais, ao invés de se traduzirem em políticas que viabilizem uma vida mais digna ao cidadão.

Se quisermos reverter essa lógica que vem imperando na área social, segundo Cohn (1995), tem-se que redefinir a articulação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, ou seja, reconhecer que o desenvolvimento social não decorre automaticamente do econômico. Porém, a tendência atual, no contexto da globalização e das economias de mercado, é de o crescimento econômico vir acompanhado de um decréscimo da capacidade de criação de novos empregos. Para reverter essa lógica deve-se haver uma nova articulação entre política econômica e política social, o que implica o reconhecimento de que numa há uma forte dimensão social e noutra uma forte dimensão econômica e representam, respectivamente, criação de novas oportunidades e geração de renda por meio de políticas específicas e criação de novos empregos e de demanda para o setor produtivo.

Uma política voltada para o local, sem dúvida é mais interessante para o camponês que uma política voltada para o setorial. No entanto, as políticas públicas implantadas não consideram a heterogeneidade dos lugares, generalizando desse modo, os territórios com características diferentes, e por consequência são feitos moldes de uma agricultura implementada em outros lugares que deram certo, sem levar em consideração as especificidades dos territórios. Portanto acreditamos que não se devem implantar no Brasil modelos adaptados da realidade européia ou qualquer outra realidade; o meio rural brasileiro é totalmente diferente da realidade apresentada pelos

européus; temos regiões de grandes contradições econômicas que necessitam da intervenção direta e efetiva das diferentes esferas do governo federal, estadual e municipal para amenizar os problemas apresentados pelo campo. Esta necessidade tem relação direta com a alta concentração fundiária e a baixa produtividade no campo.

Contudo, deve-se levar em consideração que o Brasil representa um conjunto regional e, ao planejar políticas para esse país, deve-se levar em conta as peculiaridades das regiões, daí a problemática de não trazer projetos prontos vindos de outros países, nem o mesmo projeto para todas as regiões.

O Estado procura manter o camponês no campo através, por exemplo, da “doação” de terras aos camponeses sem-terras, que em quase todos os casos são terras com péssimas condições para o plantio. Distribui terras, mas não garante condições de produção para gerar renda suficiente para a reprodução social desse sujeito social. Mantém o homem no campo para que em tempos de colheita nas grandes fazendas, estes “sirvam” de mão-de-obra barata, desse modo, os detentores do capital, unem a ausência de meios para reproduzir-se do camponês à sua incansável procura por esta reprodução e contratam, exploram e demitem quando não mais precisam de seus braços para o trabalho pesado.

O Estado não “doa” terras apenas com o intuito de manter o homem no campo, desenvolver e ampliar o capital, tornando-o mão-de-obra disponível e barata. Mantendo-os na terra, favorece também as grandes empresas, pois, estas munidas do capital e da tecnologia, que estão muito à frente, comparando-se ao camponês, na grande maioria das vezes, aparta-o dos seus meios de produção, tornando-o reféns das armadilhas impostas pelo capital. Tais ações também servem para manter o camponês no campo e, desse modo, as migrações (campo–cidade) são, até certo ponto, contidas. Sendo assim, contém o inchaço das cidades e o capitalista extrai grandiosamente a mais-valia com a exploração da mão-de-obra camponesa.

#### **4.4 Em meio às mudanças ocorridas no campo, é possível dizer que o camponês resiste?**

O significado da palavra camponês é algo amplo e alvo de antigos debates. O substantivo é carregado de ideais políticos e culturais, traz consigo o fardo do “atraso” e, por isso, ser camponês significa também ser o jeca, o da roça, o sem estudo, o tabaréu, adjetivos que minimizam a real contribuição do camponês para a história.

Desse modo, cidade e campo são postos como ímpares, distantes um do outro, como se a divisão entre o urbano e o rural, delimitasse a divisão entre o progresso e o atraso, entre um homem e outro, totalmente distintos.

Diversos autores discutiram e discutem o conceito de camponês, alguns destes delimitam de tal forma que para a realidade ser abordada a partir de tal conceito tem que ser deixado de lado muitos aspectos importantes da realidade social e histórica desses sujeitos. Todavia, Shanin (1980) afirma que para testar um conceito, convém começar considerando seu conteúdo, à maneira consagrada pela “hipótese de nulidade”, ou seja, não deve-se ir a campo com a certeza do que vai encontrar, a hipótese pode ser refutada ou não.

Para começar, um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico, estes se diferem em conteúdo, a depender de em qual parte do mundo esteja. Até mesmo numa aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, inclusive o mesmo homem, poderia não ser o mesmo em diferentes décadas e séculos (SHANIN, 1980).

Desse modo, listar modelos do que é o camponês, ainda que entre os vários estudos em muitos lugares levem a determinadas características, generalizar ou homogeneizar o campesinato não é a melhor saída para compreender o que de fato seja o camponês, até porque, não existe um modelo específico.

Shanin (1980) destaca que a especificidade do camponês pode ser apresentada através de seis categorias:

- A economia se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma, pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional;
- Padrões e tendências da organização política, com semelhanças em diferentes regiões e países;
- Normas e cognições típicas muito semelhantes;
- Semelhanças, em todo o mundo, em relação a unidades básicas de características de organização social e seu funcionamento;
- A reprodução social, isto é, produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genéricos dos camponeses;

- À maneira como as comunidades camponesas reagem diante das mudanças estruturais e como estas reagem de modo similar.

Contudo, o autor coloca o lado negativo de generalizar, pois o uso da generalização como conceito não implica a homogeneidade dos camponeses. “Seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação de semelhanças ou sequências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas” (SHANIN, 1890, p. 49).

Todavia, tais categorias citadas acima, não devem ser deixadas de lado, é necessário uma análise profunda destas nas comunidades camponesas, e deve-se ter o máximo de cuidado para não cair num círculo vicioso e deturpar a realidade para adequar-se ao conceito.

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos, como: a) a propriedade rural familiar como unidade básica de organização econômica e social; b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) situação sujeição, dominação e exploração por forças externas, e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (SHANIN, 1980, P. 51).

Entretanto, como dito anteriormente, não pode-se reduzir o camponês e engessá-lo para enquadrá-lo em uma teoria, e logo depois generalizar. Não se deve perder de vista o fato de que o camponês é diferente a depender das regiões e do período histórico que está sendo analisado e, como afirma Shanin (1980), o camponês é processo, portanto muda. E é a partir da fluidez do trabalhador, mais especificamente o trabalhador camponês que Shanin (1980) coloca que o campesinato deve ser entendido como processo, não como realidade estática. Devemos evitar procurar na realidade um tipo (de camponês) definido pelo processo de abstração.

Shanin (2008) afirma ainda que no século XIX, houve um debate a respeito da definição do campesinato em decorrência das principais mudanças desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Hoje, vemos que alguns elementos daquele debate foram antecipações do que realmente se realizou. Um exemplo foi a previsão de que a participação do percentual do campesinato no conjunto da população diminuiria, e também de que os camponeses precisariam realizar trabalhos alternativos. Isso pode

acontecer devido a uma involução do rural, situação em que a pobreza não se resolve sozinha e é necessário sair do campo. Entretanto, outros processos estão acontecendo e um é de reprodução/produção do campesinato, pessoas que não são camponesas recebem terras por meio de políticas públicas. De acordo com Shanin (2008), o retorno as vilas na Rússia pode ser outro exemplo, há um processo de restabelecimento do campesinato acontecendo com base em razões étnicas, ou por decisões governamentais como no Brasil.

O autor complementa que o camponês é uma classe social que se adapta a outros modos de vida, vivem do turismo, de novos métodos de produção, do trabalho camponês e não-camponês. Sua resposta a crise é complexa e o camponês não espera que lhe tragam a solução, são resilientes e criativos, conseguem permanecer camponês e assegurar a sobrevivência familiar.

Segundo Antunes (1999) os assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora no campo, no Brasil, extrapolando os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; colhedor de algodão; servente de pedreiro na construção civil; metalúrgico e em outros tempos, temporada, ser ocupante de terra, segurança, motorista, catador de papel e papelão, camelô etc.

Diante do elevado nível de pobreza pelo qual passa o camponês, com o não acesso à boa educação, a hospitais de qualidade, ou a simplesmente a uma boa infra-estrutura, e, onde lhe são “tirados” os meios para a reprodução social, este, para permanecer no campo, busca outras alternativas que não sejam apenas o trabalho agrícola, submetendo-se a exploração do trabalho, tornam-se subproletários, sem direitos trabalhistas, todavia não deixam de ser camponês, e lutam pela permanência na terra que é sua condição de vida.

Para Antunes (1999) no campesinato há uma complexificação e heteroginização do trabalho, sobretudo por meio da consolidação das hordas de desempregados, o camponês marca também posições políticas afinadas, historicamente, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais da família.

Shanin (1980) corrobora tal afirmação ao afirmar que apesar de ter o “poder” de transformar em capitalismo tudo o que toca, ele (o capitalismo) não é capaz de transformar tudo ao seu redor à sua semelhança. E assim é com o camponês.

E perante o avassalador crescimento do capitalismo no campo e a consequente marginalização dos camponeses, a reforma agrária se coloca como questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade. Guimarães (1982, p.23) destaca:

é necessário uma reforma agrária que destrua o sistema latifundiário, base territorial das relações econômicas e sociais atrasadas que bloqueiam o crescimento agrícola e a livre expansão do mercado interno. Somente uma reforma agrária dessa extensão e profundidade poderá inverter a correlação do poder no campo, e substituir o arbítrio da minoria latifundiária pelo democratismo da maioria da população trabalhadora. Somente através da redistribuição da terra, dos demais meios de produção e da renda entre os trabalhadores do campo será possível extinguir a miséria rural, melhorar as condições de vida dos trabalhadores das cidades e estabelecer em nosso país os fundamentos de um regime democrático.

Oliveira (2004, p. 63) complementa afirmando

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não tem pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado, Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em busca por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Enfim, a população rural sempre esteve ante as dificuldades de acesso à vida com qualidade e dignidade, estando, frequentemente, diante da falta de terras, ausência de direitos sociais, ausência de infra-estrutura, dificuldades de acesso aos mercados e concorrência desigual. Essas condições são o resultado do predomínio dos interesses do latifúndio e das grandes empresas rurais na definição das políticas públicas. São condições que podem ser alteradas com a reforma agrária e políticas que beneficiem os camponeses em lugar de marginalizá-los ou aliená-lo, como o fazem as políticas assistencialistas como o Programa Bolsa Família.

A grande expansão capitalista no campo, a crescente importância fundiária, estimulou despejos, violências, crescimento das contradições de classes, a miséria, a falta, a injustiça, a pobreza, a fome, o esvaziamento, ou seja, trouxe grandes impasses à vida no meio rural. Mas trouxe também novas atitudes para antigos significados, a resistência, a luta pelo direito de propriedade, e, a mesma força que lhes trás sustento,

que limpa a terra, corta as cercas postas e impostas por um grupo representado pela minoria de proprietários fundiários.

Em meio a discussões e tantos debates a respeito da resistência camponesa, e a toda a contradição que é dizer que um sujeito que não está totalmente inserido no modo de produção capitalista é mantido para a ampliação deste. Podemos dizer que o camponês, o sertanejo, o homem que trabalha no meio rural é antes de tudo um forte. Resistem às intempéries da vida, contornam crises, resistem ao capital, e, lutam, lutam por dias melhores, lutam pela sobrevivência, lutam pela permanência na terra, ou apenas lutam, lutam pela vida, contra um sistema que ora parece querer destruí-lo, ora os mantém enquanto camponeses. Temos muito a aprender com esses sujeitos, que embora “modificados” pelo tempo, mantêm a essência e se utilizam os mais diversos mecanismos para permanecerem camponeses.

O camponês do município de Itabaiana, apresenta-se com um modo de vida próprio; o trabalho na terra é sua prioridade, principalmente pela autonomia que esse trabalho lhes confere; sentem-se mais libertos no campo, e procura-se com o sustento da família, com o trabalho agrícola. Contudo, com a inserção e territorialização do capitalismo no campo, a dependência financeira passou a ser uma constante na vida desses sujeitos e, a quase impossibilidade de reproduzir-se socialmente com o trabalho agrícola, os fizeram procurar no trabalho não-agrícola a sua sobrevivência e de sua família. Por isso, encontramos com frequência camponeses trabalhando na produção de castanha, nas olarias, indústrias ceramistas, garçons, caixa de mercearias, enfim, é comum encontrarmos camponeses assalariados, dependentes do patrão.

Contudo, independente de serem autônomos ou não, o camponês mantém ativo o seu modo de vida, com peculiaridades que lhes são próprias, a ligação direta com a terra, a cultura, a busca de respostas através dos fenômenos naturais: como saber se o inverno será chuvoso, o horário dado através da posição da terra em relação ao sol, a religiosidade. Todas essas características são próprias ao camponês e nos foi apresentada através do camponês de Itabaiana.

O campesinato apresenta um grande papel social em Itabaiana, pois, o município em questão tem um grande destaque no Estado de Sergipe como fornecedor de produtos agrícolas, e mesmo que muitos dos produtos fornecidos aos mercados sejam provenientes das fazendas dos capitalistas, não o é em sua totalidade, pois, muitos camponeses vivem do trabalho na agricultura e estes contribuem para manter a sexta-básica do estado uma das mais baixas do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um caminho para decifrar a relação cidade/campo é compreendê-los como pares dialéticos (OLIVEIRA, 2004) e compreender que estes espaços se complementam, um existe pelo outro. Um exemplo a tal colocação é o fato da luta dos camponeses pela terra, por créditos agrícolas e melhores condições para a sua permanência no campo estar constantemente acontecendo nas cidades, em contrapartida, os boias-frias, saem das cidades para trabalhar no campo. “Aí reside um ponto importante do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está fundindo a união contraditória que separou no início da sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo” (OLIVEIRA, 2004, p. 64).

A busca da ciência geográfica por desvendar os processos e transformações existentes no espaço, nos despertou na busca por algumas respostas a respeito da existência do campesinato. Essa busca nos possibilitou observar que mesmo diante das mazelas provocadas pelo modo de produção capitalista, o qual é alicerçado no lucro e na desigualdade entre as classes, percebemos que ocorreram mudanças ao longo da história, no município de Itabaiana. Contudo, mesmo o campesinato apresentando outra “roupagem” ou outras formas de se organizar, vimos que o camponês, permanece tal como antes, mantendo seus costumes, crenças, e, principalmente, o trabalho familiar, ainda que tenham diferentes tipos de ocupações ao longo do ano, do mês, do dia.

O capital utiliza-se dos mais variados mecanismos para expandir-se, desde meios totalmente voltados ao capitalismo, até relações não capitalistas. Diante disso, notamos mais outros pontos contraditórios deste sistema, que ora territorializa o capital, ora “sai de cena” para “dar vez” a outras relações, sempre no intuito de sua reprodução ampliada.

A tendência do capital é usurpar dos menos favorecidos em favor dos mais abastados. Sendo assim, podemos inferir que os trabalhadores, através tanto do seu trabalho em tempo normal, quanto das horas extras, em atividades agrícolas por conta própria ou em atividades não-agrícolas, é que enriquece ainda mais o capitalista.

Diante das constantes crises pela qual passa o capital, o capitalista cria e recria diferentes maneiras de reproduzi-lo e ampliá-lo. Nos últimos anos estamos vivenciando a reestruturação produtiva do capital, na qual, investe-se cada vez mais na alta tecnologia, como tentativa de substituir o trabalho vivo (o homem) pelo trabalho morto (a máquina), com a finalidade de produzir mais e gastar menos, ou seja,

intensificar o lucro. Por outro lado, observa-se a estratégia da realocação geográfica de atividades industriais menos modernas, do ponto de vista da técnica. Essas indústrias buscam áreas com abundância de mão-de-obra barata, trabalhadores não sindicalizados. Dessa forma, está ocorrendo com frequência investimentos industriais em áreas rurais.

Com a reestruturação provocada pela ampliação da técnica diminui-se os postos de trabalho e torna-os mais seletivos, pois é necessário uma mão-de-obra altamente qualificada. Em decorrência destas mudanças, muitos acreditam e defendem o fim do trabalho, contudo, tais transformações não podem ser vistas como o fim do trabalho, até porque este (o trabalho) é o principal gerador da riqueza. O que se verifica é um novo direcionamento do mesmo; o trabalho existe e continuará a existir, todavia, cada vez mais precarizado, explorado, exaustivo.

Desta maneira, estamos diante de mais outra contradição, o trabalho deve existir para manter o capital e o mesmo parece querer destruí-lo. Por um lado, tem-se a desestruturação do mundo do trabalho e o desemprego estrutural, e, por outro lado, temos o trabalho como força motriz do modo capitalista de produção.

E, na procura por novos espaços de acumulação, o capital busca, como dito, a máquina, e une indústria à agricultura, tem-se a agroindustrialização. Através desta diminui o número de empregos no campo e aumenta a concorrência desleal entre agroindústrias e o trabalho camponês. O capital busca também na terceirização da produção, bem como na realocação industrial, meios que possibilitem a sujeição da agricultura ao capital.

Foi analisado os desdobramentos das intervenções do Estado através da implementação de políticas públicas. Estas mascaram as ações do Estado que se mostra “solidário” com a sociedade em geral, e no entanto, servem antes de mais nada para manter a pobreza.

Todavia, a tão propalada reforma agrária, que segundo dados do governo cresce a passos largos no Brasil, está longe de ser uma reforma justa, se é que existe de fato uma reforma, tanto as divisões de terras quanto os empréstimos concedidos ao camponês, visto como uma maneira de “estender a mão” aos pobres do campo, em muito diferem da justiça social e da justa divisão de terras a qual busca o Movimento Sem Terra (MST).

Contudo, foi visto que o Estado, que “visa” o bem estar social de todos, posto que perante a lei todos são iguais, não concebe a sociedade tal como prega a constituição, este prioriza uma minoria de capitalistas em detrimento da grande massa

de proletários, camponeses e desempregados. O Estado investe altas quantias para fazer “girar” o processo produtivo do capital. No campo, estes investimentos se dão através, principalmente, da modernização da agricultura. Todavia, embora essa modernização aumente a produção e produtividade, traz também para o meio rural o desemprego e a falta de oportunidade ligada ao trabalho agrícola. Portanto, a modernização agrícola intensificou o que no campo pode-se chamar de mais antigo, a pobreza do homem que vive neste meio. Desse modo, vemos que modifica-se os modos de produzir e mantêm-se o maior atraso para um país, a falta de perspectiva de uma vida digna para uma parcela significativa da população, contudo, no meio rural de Itabaiana, a modernização não é tão intensa, mas o mínimo de modernização que se implantou neste meio, trouxe o desemprego para a população local: “Antigamente o serviço por aqui era melhor de conseguir, mas depois que chegou o trator, o serviço ficou cada vez “mais pouco” (CR 4).

Os “benefícios” concedidos aos camponeses pelo Estado através das políticas assistencialistas e da previdência são de grande significado para as famílias, muitas destas tinham apenas esta renda para comprovar: “A gente planta macaxeira, batata, mas só dá mesmo pra comer, quando sobra a gente vende, mas é de vez em quando, o dinheiro que entra aqui mesmo é o bolsa família, e este dinheiro tem uma grande importância pra nossa família, se não tivesse ele, nem sei o que seria” (RP 4).

Diante da reestruturação produtiva do capital e de todas as “transformações” e diferentes configurações do espaço provocadas por esta, o camponês modificou, até certo ponto, sua relação de trabalho com a terra, e, em busca da reprodução social sua e de sua família, procura outros tipos de trabalho, que não apenas o agrícola, um meio de manter-se na terra. Este trabalha na agricultura, no trabalho não-agrícola, ou nos dois ao mesmo tempo, aumentando, desse modo, a exploração do trabalho.

No meio rural de Itabaiana, assim como no meio rural do Brasil, as mudanças que a territorialização, reestruturação e monopolização do capital trouxeram, acarretaram, principalmente, na ausência de meios que possibilitassem a reprodução social do camponês através do trabalho agrícola. Contudo a busca por esta reprodução, fez crescer o trabalho não-agrícola no município, porém, este trabalho, para o camponês, representa falta de liberdade: “Na cidade é uma prisão, a violência, o barulho, tudo é ruim, aqui a gente tem mais liberdade” (LF 3).

Os trabalhos não-agrícolas que se destacam em Itabaiana são: os produtores de castanha, oleiros, operários ceramistas, moto-taxistas, garçons, todavia, ainda que

estes trabalhos representem para o camponês possibilidade de sobrevivência, os mesmos não se sentem satisfeitos: “Trabalhar pros outros é ruim, bom mesmo é trabalhar na terra, mas o serviço é pouco e não dá nem pra comer com o que ganha” (LF 4). Diante desta realidade, a exploração da mão-de-obra familiar é visível no meio rural do município em questão, pois, em muitos casos, como dito anteriormente, o camponês trabalha tanto no trabalho agrícola quanto no não-agrícola: “Trabalho na olaria durante o dia, no finzinho da tarde vou pra casa cuidar no que tiver de cuidar na terra, mas como já vou cansado não faço muita coisa não, o trabalho aqui na olaria é duro, trabalho na terra mesmo no final de semana, que é quando eu tenho tempo, seu eu pudesse, era só na terra que eu ficava, mesmo com o sol na moleira o dia todo, na terra é outra coisa, muito melhor” (RP 5).

O trabalho acessório cresce a cada ano no meio rural, e o município de Itabaiana não difere disso, entretanto, o trabalho agrícola, no município em questão, apresenta-se com maior intensidade que o trabalho não-agrícola. Porém, levando em consideração as “mudanças” que ocorrem na vida campesina ao longo do ano, ora o trabalho agrícola é o principal, sendo o não-agrícola o secundário, ora ocorre o contrário. Em alguns casos a agricultura é para alimentar a família e o trabalho não-agrícola é para adquirir outros produtos que o camponês não pode produzir na terra, ou até mesmo para investir na terra.

Eis, então, que sendo o camponês em algum período do ano um marceneiro, catador de papelão, garçom, trabalhador da indústria, moto-taxista, caminhoneiro, costureira, manicure, produtor de castanha, lavrador noutros estados (migrações temporárias) o que vimos é que, estes homens e mulheres buscam um mesmo objetivo, almejam a autonomia, o trabalho na terra, o trabalho para si com a família, é este o pensamento único, é esta a busca incessante de um povo que fez/faz da história do campo brasileiro, uma história de luta.

Ora esta luta se faz contra o capital, ora apenas contra a fome, por vezes retiram-se da luta para novamente atirar-se a esta. Vivem por longos anos embaixo da lona nos acampamentos sem terra, jovens entregues ao cansaço nos canaviais e cafezais, ficam a mercê do capital e, nesse contexto, o Estado lhes “vira as costas”, esperando um dia, quem sabe, que seja extinta toda a corrupção existente, que tenha fim as concentrações de terras que faz parte da nossa história desde que resolveram (os portugueses) escrevê-la a seu modo.

O campesinato é processo, portanto não deve ser entendido como realidade estática. O cerne de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção familiar, e independente deste ser “obrigado” a exercer o trabalho acessório em atividades não-agrícolas, em decorrência do alto índice de miserabilidade e indigência que assola o meio rural, preservam sua cultura e suas principais características, não deixam de ser camponês e, contraditoriamente, estes são sujeitos historicamente autônomos, porém, dependentes de políticas públicas que os mantêm no campo sob condições muito precárias.

É inegável o aumento da marginalização do trabalhador, diante da reestruturação do capital, e para garantir sua reprodução social e da família, o camponês submete-se as mazelas provocadas pela exploração do trabalho. Como se não bastasse, temos um Estado voltado para os interesses da classe mais abastada e, em meio a tantas dificuldades só resta lutar, não cessar a luta, e buscar através desta a tão sonhada distribuição justa de terras e condições de nesta viver.

## 6 REFERÊNCIAS

ALEIXO, C. E. M ; CRUZ, C. E. B. ; LIMA, P. V. P. S. Importância do Pronaf na infraestrutura, produção agropecuária e geração de renda nos assentamentos do nordeste. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2007, Londrina. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e Campo no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1974.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 11. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo, **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo 9º edição, 2007, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **SÉCULO XXI: NOVA ERA DA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2010> acessado em: 01/06/2011.

BRESSAN, Ana Laura. **As políticas públicas no atual contexto brasileiro: universalidade versus focalidade**. In Revista Universidade & Sociedade, ano XVI, nº33, junho de 2004, p.163 – 170.

BOTELHO, F. **Considerações sobre o PNAD**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

CANO, Wilson. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970 – 2005**. São Paulo, Editora UNESP, 2008

CARVALHO, Diana Mendonça. **Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana**, Dissertação de Mestrado. NPGeo/UFS. São Cristóvão, 2010.

CARTILHA DO BOLSA FAMÍLIA, disponível em: [www.mds.gov.br/.../cartilhas/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/.../cartilhas/bolsafamilia), acessado em 20/04/2010.

CHAYANOV, A. V. **a Organização da Unidade Econômica Campesina**. Buenos Aires: Novas Visões, 1974.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. IPEA/Publicações. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12.html>>. Acessado em: 21/01/2010.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Questão Camponesa: Olhar Sob o Signo Dialético**. Dissertação de Mestrado. NPGeo/UFS, São Cristóvão, 1991.

ERTHAL, Rui. A colonização Portuguesa no Brasil e a pequena propriedade (UFF), tese de doutorado "A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo – uma abordagem geográfica". Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

FUNDACENTRO/BA e CTN e ENTIDADES PARCEIRAS DO ESTADOS DE SERGIPE. Condições e Ambientes de Trabalho na Agricultura Familiar, 2009. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/ctn/anexos/AcervoDigital/AGRICULTURA%20FAMILIAR%20SERGIPE%20FINAL.pdf>, acessado em: 10/01/2011.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA E DEL GROSSI. A Evolução do Emprego não Agrícola no Meio Rural Brasileiro, 1992-95. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, Anpec*, Recife, vol. 2 p. 940-954, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção o mundo, hoje; v.29).

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 1992

HARVEY, David. **Mundos urbanos possíveis**, São Paulo: Anablume, 2002.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 15/10/2010.

IPEA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2007.

KAUTSKY, KARL. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial, 3ª ed. 1980.

KREMER, Antonio; FARIA, José Henrique; **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho**: o mundo do trabalho em transformação; R.Adm., São Paulo, v.40, n.3, p.266-279, jul./ago./set. 2005

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Volume I. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso de Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na dissimulação da esperança**. Tese de Doutorado. NPGeo/UFS, Aracaju, 2007.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Impactos do PRONAF B nos municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe: para além da dimensão econômica**. UFRN/IICA/NEAD/FUNTEC, 2007.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade. Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis/SP**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004.

LOCATEL, Celso Donizete. AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Desenvolvimento rural, política nacional de biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XII, núm. 270 (73), 1 de agosto de 2008 [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-73.htm>, acessado em: 15/02/2011.

MARQUES, H. Agricultura a tempo parcial e agricultores Pluriativos no Noroeste de Portugal. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I série, V.XXI. Porto, 1994/95, p.39-104.

MARQUES, Rafael da Silva. Os aparelhos ideológicos de estado: breves considerações sobre a obra de Louis Althusser. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região**. v. 35, 2007, Porto Alegre, HS Editora, p. 90/100.

MARX, Karl. A Ideologia alemã / Karl Marx, Friedrich Engels, Lenine ; trad. de J. Conceição, 1971.

MARX, Karl. Liberdade de imprensa. [Tradução de Cláudia Schelling e José Fonseca]. Porto Alegre, RS: L & PM, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**, Editora vozes, Rio de Janeiro, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência a questão política no campo**, 3ª edição, São Paulo, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

MATTEI, Lauro. Pronaf 10 anos : mapa da produção acadêmica / Lauro Mattei. -- Brasília: MDA, 2006. 202 p. ; 28 x 21 cm. -- (NEAD Estudos ; 12).

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>, acessado em: 21/05/2011.

MITIDIERO, Marco Antonio. **A PLURIATIVIDADE EM QUESTÃO**, 2011, (no prelo).

NARDOQUE. Sedeval. **A Formação da pequena propriedade em Jales**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: Quatro ancoradouros!** 2007.

NUNES, Paulo. **Ciências Econômicas e Empresariais**, 2007, Disponível em: <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/kanban.htm>, acessado em: 15/02/2011.

OLIVEIRA, Carlos Alonso *et al.* (Org.). **O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta /Campinas: Cesit-Unicamp, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. . **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI**. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M.. (Org.). **O Campo no Século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. . **A violência no campo, os movimentos sócioterritoriais modernos e a reforma agrária no Brasil**. In: Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. (Org.). **Conferência Nacional da Terra e da Água: Reforma Agrária, democracia e desenvolvimento sustentável**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PINSK, Jaime (org.). **Capital e Trabalho no campo**. São Paulo: Huctec, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**, São Paulo, editora brasiliense, 3ª edição, 1968.

SANTIAGO, Vandek. O plano de Kennedy para desenvolver o Nordeste, 2006. Disponível em: <http://misturadigital.blogspot.com/2006/09/o-plano-de-kennedy-para-desenvolver-o.html>, acessado em 10/03/2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SCHENEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul**. Campinas, (Dissertação Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.

SCHENEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Industrialização**. Rio Grande do Sul, 1ª edição, 1999.

SERGIPE PANORÂMICO, UNIT, 2002.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. ALCEU – V.4 – N. 7 – P. 231 A 248 – JUL./DEZ. 2003.

SHANIN, Teodor, A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. In: **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980.

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: \_\_\_\_\_ PAULINO, Eliane Tomiasi FABRINI, João Edmilson; (orgs). **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio; **Reestruturação do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho**, Volume 5, número 1 e 2, novembro de 2004.

TUMOLO, Paulo Sergio. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO INTRODUTÓRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA. *Educação & Sociedade*, ano XXII, no 77, Dezembro/2001.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

## ANEXOS

### ENTREVISTA

#### MIGRAÇÕES

- 1 - Qual o município de origem?
- 2 - Se mudou, qual o motivo da mudança?
- 3- Quantos filhos tem?
- 4- Qual a idade deles?
- 5 - Seus filhos moram com você?
- 6 - Pra onde migraram? (caso tenham migrado).
- 7 – O que levou seus filhos a saírem de casa? Pretendem voltar?  
( ) emprego ( ) estudo ( ) outros

#### TRABALHO AGRÍCOLA

- 8 - Trabalha na agricultura?
- 9 – Quantas pessoas trabalham na agricultura em sua casa?
- 10 – Qual a finalidade da produção?  
( ) consumo ( ) comércio

Destino da produção

---

- 11 – Qual a média do rendimento agrícola?
- 12 - Essa renda é suficiente para atender as necessidades de toda a família?

#### TRABALHO ACESSÓRIO

- 13 – Trabalha fora da propriedade? Em que?
- 14 – Essa renda é fundamental para o sustento da casa?

#### TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA

- 15 – Por que buscou pelo trabalho não-agrícola?
- 16 – Gostaria de trabalhar somente na terra? Ou somente no trabalho não-agrícola?

#### CONDIÇÕES DE TRABALHO

- 17 – Trabalha em quais meses do ano?
- 18 – Tem carteira assinada?
- 19 – Quanto recebe por mês?
- 20 – Alguma renda é convertida para a melhoria da produção agrícola?
- 22 – Qual a renda mais importante para o sustento da família?
- 23 – As crianças estudam? Recebem algum tipo de bolsa?
- 24 – Para qual finalidade a bolsa é utilizada? Ajuda nas despesas?

**CONDIÇÃO SO CAMPONÊS**

25 – Possui água encanada e energia elétrica?

26 – É associado a alguma cooperativa?

27 - Se pudesse escolher entre trabalhar no trabalho agrícola ou ser empregado em um trabalho não agrícola, qual escolheria?

28 – Você gosta de morar no campo ou preferia ir morar na cidade? Por que?